



PROESDE DESENVOLVIMENTO



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - PROESDE DESENVOLVIMENTO
UNIVALI – 2019 – EDIÇÃO ESPECIAL**

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento, é regulamentado pela Portaria 47/SED/2013.

A implantação do programa se justifica pela possibilidade de articulação do Curso de Extensão com o contexto social, cultural e econômico dos municípios catarinenses, permitindo aos estudantes integrarem e relacionarem seus conhecimentos profissionais com as experiências de vida que poderão induzir à participação na vida pública/comunitária, influenciando nas decisões como agente que interfere na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O objetivo geral do Curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento é capacitar estudantes de graduação, mobilizando um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão, capaz de intervir nas políticas públicas, mediante articulação entre a formação acadêmica do estudante com o desenvolvimento socioeconômico da região.

O PROESDE Desenvolvimento aplicou metodologias de modo que possibilitou ao estudante fazer a reflexão da sua região, por meio de aulas teóricas-práticas, seminários, visitas técnicas, atividades de estudo, pesquisa e elaboração de projetos.

Em 2019 os estudantes do PROESDE Desenvolvimento – Edição especial da UNIVALI realizaram projetos sobre Iniciativas Regionais Inovadoras dos municípios da área de abrangência dos municípios que compõem a Gerência de Educação de Itajaí, envolvendo os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) definidas na agenda ONU 2030.

A inovação, nos tempos modernos, é parte dominante do novo cenário de cidadãos afeitos e sedentos por iniciativas inovadoras, principalmente com o uso de tecnologia inclusiva e participativa.

Em 2002, o economista e pesquisador Richard Florida publicou sua obra “A ascensão da classe criativa” e acendeu o debate sobre a importância da força de trabalho criativa para o atual desenvolvimento econômico urbano e regional. A suposição básica do autor é que uma região com maior concentração de profissionais criativos possui melhor desempenho econômico, considerando que tais indivíduos costumam empreender, atuar em negócios

inovadores, produzir e até mesmo atrair novos serviços, investimentos e atividades para o local. [...] A classe criativa é formada, basicamente, por pessoas que agregam valor econômico por meio de sua criatividade (DEPINÉ, 2019, p.11).

A criatividade, o conhecimento e a inovação, potenciadas pelas múltiplas oportunidades geradas pela globalização, disseminação de informação e comunicação, têm sido assim reconhecidas como os principais motores de desenvolvimento econômico, social e cultural das cidades.” (GONÇALVES; CUNHA, 2012, p.76).

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes.

O Curso de Extensão PROESDE contou com 70 estudantes dos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Comércio Exterior, Direito, Educação Física (Bacharelado), Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Fonoaudiologia, Logística, Música, Odontologia e Psicologia.

Foram realizados projetos¹ nas, área de abrangência dos municípios que compõem a Gerência de Educação de Itajaí, quais sejam: Itajaí, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Porto Belo, Navegantes e Penha.

Foram selecionados os três melhores projetos, sendo o primeiro para apresentação no Seminário Estadual, o segundo para elaboração de um artigo e o terceiro que elaborou um banner. A seleção do projeto com a melhor ideia inovadora foi escolhida pelos professores e estudantes, sendo o JOGO DO CIDADÃO: Atividades lúdicas no ensino da cidadania, que teve como objetivo geral Desenvolver um instrumento lúdico de aprendizagem para alunos do ensino fundamental (1ª a 5ª série) das escolas do município de Balneário Piçarras conforme as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Assim, como aponta a Política Nacional de Extensão Universitária, definida pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), a Universidade, enquanto instância produtora do conhecimento, deve ser capaz de oferecer aos governos e à sociedade tecnologias, teorias, processos e profissionais capazes de impulsionar o desenvolvimento e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses “produtos” estejam afinados com os valores e interesses sociais (PAIVA, 2018).

¹ Informo que não foi realizada alteração nos textos dos projetos desenvolvido pelos estudantes.

Em anexo, segue os três melhores trabalhos, **na íntegra**, desenvolvidos no PROESDE Desenvolvimento 2019 – Edição Especial.

Acesse o facebook do Proesde UNIVALI e conheça as ações desenvolvidas no decorrer no curso. Disponível em: <https://www.facebook.com/proesdeunivali/>

REFERÊNCIAS

DEPINÉ, Ágatha. Como a classe criativa pode impulsionar o desenvolvimento econômico urbano e regional. 2019. Disponível em: <<https://scinova.com.br/como-classe-criativa-pode-impulsionar-o-desenvolvimento-economico-urbano-e-regional/>>. Acesso em 02 Abr 2020.

GONÇALVES, Jorge; CUNHA, Inês Vilhena. **Processos de elaboração de criatividade, inovação e capital social: O caso de Almada**. Revista Crítica de Ciências Sociais - 2012. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5117>>. Acesso em: 02 Abr 2020.

RELAÇÃO DOS ESTUDANTES E TÍTULOS DOS TRES MELHORES PROJETOS

Nome dos Estudantes	Título do Projeto	Objetivo Geral
<p>Andrews Tatsch Carvalho OSWALDO STAHLSCHMIDT JÚNIOR Robson Uilian Ditadi Suzana Patricia Dos Santos</p>	<p>JOGO DO CIDADÃO: Atividades lúdicas no ensino da cidadania</p>	<p>Desenvolver um instrumento lúdico de aprendizagem para alunos do ensino fundamental (1ª a 5ª série) das escolas do município de Balneário Piçarras conforme as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</p>
<p>Danrley Gonçalves Da Silva¹ Emanuela Schroeder² Marieli Portella Glowczynski³ Paulo Mocelin⁴</p>	<p>REDE SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIO INFRAESTRUTURA Modelo de Aplicativo às Escolas estaduais de Camboriú-SC</p>	<p>Propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura nas escolas estaduais do município de Camboriú-SC</p>
<p>Érica Mayara Jessica Da Cunha Keila Nasciment Luana Gouveia</p>	<p>PROTEGER É MAIS BONITO: Diga não à violência infantil</p>	<p>Propor um programa de combate e prevenção à violência contra a criança e ao adolescente na cidade de Balneário Piçarras – SC</p>

ANEXO: FOTOS TURMA PROESDE DESENVOLVIMENTO 2019 – EDIÇÃO ESPECIAL

AULA INAUGURAL – PROESDE DESENVOLVIMENTO



FOTOS DAS DISCIPLINAS















SEMINARIO ESTADUAL - UNIDAVI









UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO
ANDREWS TATSCH CARVALHO
OSWALDO STAHLSCMIDT JÚNIOR
ROBSON UILIAN DITADI
SUZANA PATRICIA DOS SANTOS

JOGO DO CIDADÃO:
Atividades lúdicas no ensino da cidadania

ITAJAÍ
2019

**ANDREWS TATSCH CARVALHO
OSWALDO STAHLSCHMIDT JÚNIOR
ROBSON UILIAN DITADI
SUZANA PATRICIA DOS SANTOS**

JOGO DO CIDADÃO:

Atividades lúdicas no ensino da cidadania

Trabalho desenvolvido para a disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional, Curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento, Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento, oferecido em parceria entre a Universidade do Vale do Itajaí e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Prof.^a. Orientadora: Maria Eugênia Furtado,
Prof.^a. Orientadora: Samara Ap. da Silva Garcia

ITAJAÍ

2019

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente a Coordenadora do Curso PROESDE Prof.^a Samara Ap. da Silva Garcia, por todo seu empenho e dedicação com os alunos, aos Orientadores, Professora Maria Eugênia Furtado, Professor Ayrton Santos e Professora Maria Elisabeth Pereira Kraemer por compartilharem do seu tempo e de sua sapiência, e pela prestada dedicação. A todos os professores que lecionaram nos trazendo conhecimentos auxiliares na preparação deste projeto. Ao governo do Estado de Santa Catarina pelo incentivo de projetos sociais e pela oportunidade que nos proporcionaram. Às Secretarias de Turismo e de Educação de Balneário Piçarras pela cooperação com o presente trabalho. E a todos que colaboraram de algum modo para que o projeto fosse concluído. E, por fim, agradecemos a UNIVALI por possibilitar a oportunidade de participar do projeto PROESDE/2019, bem como aos colegas pela convivência e simpatia.

A todos vocês, nosso muito obrigado.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.” (Cel. Theodore Roosevelt, 26º Presidente dos EUA)

EQUIPE TÉCNICA

a) Acadêmicos

Andrews Tatsch Carvalho

Oswaldo Stahlschmidt Júnior

Robson Uilian Ditadi

Suzana Patrícia dos Santos

b) Área de pesquisa

70804001. ENSINO-APRENDIZAGEM

c) Orientador de conteúdo

Prof.^a Maria Eugênia Furtado

Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia

d) Responsável pelo Curso

Prof.^a. Samara Aparecida da Silva Garcia

RESUMO

O presente projeto visa a desenvolver uma ferramenta educativa lúdica que contempla informações sobre cidadania, saúde, segurança, turismo e trânsito. O produto derivado deste projeto intitulado "JOGO DO CIDADÃO – Um novo Cidadão para uma nova Balneário Piçarras", é um jogo de tabuleiro direcionado para os alunos do ensino fundamental da primeira a quinta série, que receberão através do jogo orientações e dicas sobre cidadania, segurança, entre outros. Reitera-se que jogos como atividades educativas são comprovadamente mais eficientes que as aulas em formato tradicional e se tornam multiplicadores naturais de conhecimentos. Para atingimento dos objetivos propostos neste projeto, faz-se necessário a passagem por diversas áreas do conhecimento, iniciando-se nos conceitos de sustentabilidade, cidadania, e nos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, suas dimensões e seus desdobramentos em metas plausíveis de entendimento e monitoramento; navega-se pelo conceito de Cidades Inteligentes e suas inovações e quebras de paradigmas; ainda supre-se as carências no conhecimento do conceito e das técnicas de ensino-aprendizagem existentes além dos modelos de ensino não convencionais e disruptivos baseados em ferramentas lúdicas de ensino-aprendizado. Tudo isso para que se possa atingir um objetivo de aprendizagem através do exigência de conhecimento do funcionamento dos jogos de tabuleiro como ferramenta de ensino e como jogo em si, para só então definir como deve ser realizado o desenvolvimento do Jogo pretendido e posteriormente idealizado como ferramenta lúdica de ensino da cidadania para estes alunos do sistema de ensino fundamental de Balneário Piçarras. Após o estudo de tantas áreas de conhecimento a aplicação destes conhecimentos possibilitou-se inicialmente a prototipação em um modelo de baixo custo, sua análise de viabilidade, jogabilidade e conteúdo, para somente então, partir para a execução de um modelo aperfeiçoado com características do modelo final de produção e distribuição para as escolas. Com o modelo pronto vem a pesquisa de conteúdo e sua transformação e adaptação para o público a ser atingido com a implementação desta ferramenta, tornando-a atrativa e divertida e ao mesmo tempo educativa e formativa.

Palavras-chave: Cidadania. Sustentabilidade. Educação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1 - Recorte do Mapa Político de Santa Catarina	16
Figura 2 - Praias com Certificado Bandeira Azul.....	18
Figura 3 - Radar da Inovação.....	21
Figura 4 – Cidades Inteligentes.....	24
Figura 5 - Smart City	26
Figura 6 - Origem das ODS.....	27
Figura 7 - Evolução das ODS.....	28
Figura 8 - As dimensões dos ODS	28
Figura 9 - Pilares da Sala de Aula Invertida	33
Figura 10 - Mapa Turístico de Bal. Piçarras	40
Figura 11- Percurso do Jogo.....	41
Figura 12 - ODS trabalhadas no Jogo do Cidadão.....	41
Figura 13 – Peões do Jogo do Cidadão	42
Figura 14 - Cartas do Jogo do Cidadão	43
Figura 15 - Regras do Jogo do Cidadão	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
1.2 Justificativa da realização do estudo	11
1.3 Aspectos Metodológicos	12
1.4 Técnicas de Coleta e análise dos dados	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	15
2.1 Histórico	15
2.2 Geografia	16
2.3 Social	17
2.4 Economia	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 Inovação	20
3.1.1 Cidades Inovadoras	22
3.1.2 Balneário Piçarras como Cidade Inovadora	23
3.2 Cidades Inteligentes	24
3.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS	26
3.4 Municipalização das ODS	29
3.5 Cidadania	30
3.5.1 Cidadania para melhorar a qualidade de vida no município.....	31
3.6 Uso de Metodologia Ativa no Ensino-Aprendizagem	32
3.6.1 Jogo de Tabuleiro.....	33
4 RESULTADOS ALCANÇADOS	36

4.1 Identificação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas Dimensões	36
4.2 Benefícios alcançáveis através do Jogo.....	37
4.3 Desenvolvimento das fases de elaboração do Jogo.	38
4.3.1 A Logística do Jogo	38
4.3.2 A Temática	39
4.3.3 Tabuleiro, Peões, Cartas e Regras	39
5 SUGESTÕES	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO A – Declaração de autenticidade.....	53
ANEXO B – Assinatura dos responsáveis	54
ANEXO C – Conteúdo das cartas.....	55

1 INTRODUÇÃO

Como consequência da vida atribulada as pessoas tem deixado muitos bons costumes para trás, relegados a segundo plano em suas vidas, e muitos destes conceitos tem a ver com a sociedade em si, com a vida em comunidade e com os relacionamentos sociais, a preocupação com o próximo, com o bem-estar da sua comunidade e de seus vizinhos.

O município de Balneário Piçarras não é diferente de outros do Brasil, e tem suas carências como eles, e entre essas carências está a educação para o crescimento populacional e a vida complexa nas cidades que cresceram deixando de ser aquele lugar que você cresceu conhecendo todas as pessoas, sabendo quem são os seus vizinhos, o que fazem da vida, seus nomes e o nome de seus filhos.

Conforme levantado junto a Prefeitura de Balneário Piçarras, em função dos inúmeros alvarás e consultas, este município encontra-se em uma fase de expansão populacional, na iminência de um crescimento imobiliário que levará o município a um novo patamar de cidade, com os bônus e os ônus do crescimento populacional e do desenvolvimento urbano.

As cidades em geral, seus gestores e colaboradores, têm uma tarefa Hercúlea para gerir as consequências deste crescimento, e mais ainda, a população tem uma dificuldade em se adaptar, pois estão acostumados a um ritmo de vida que não mais cabe neste momento de crescimento acelerado do município.

A importância deste assunto é tal que existem inúmeras iniciativas pelo mundo todo, trabalhos e foros mundiais para sua discussão. Direta ou indiretamente, preocupa-se com o desenvolvimento nos foros sobre cidades, inclusive o CODESE/DF - Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal realizou o I Fórum Nacional para Certificação de Cidades Inteligentes no intuito de conscientizar e preparar os Gestores para a Certificação.

O Presente Trabalho mostra-se relevante pelo seu aspecto educacional e na formação do conceito e das boas práticas de cidadania, pois com a sua utilização continuada, é possível a formação de cidadãos mais preparados para o município de Balneário Piçarras.

Faz-se necessário lembrar que a educação para a cidadania implica, antes de mais nada, em uma ação transformadora focada na construção de valores e atitudes que possibilitem traduzir conhecimentos em ações de mudança individual e social.

Não se trata apenas de ampliar e aprofundar a compreensão do social, mas de promover a aprendizagem de colaboração, empatia, solidariedade e convivência. O cidadão global é aquele que sente pertencer a uma humanidade comum e compreende que precisa cuidar do outro.

Com vista nestes objetivos está sendo desenvolvido um jogo de tabuleiro que auxilia os estudantes das primeiras séries do ensino fundamental a adquirirem conhecimento e desenvolverem a sua cidadania, através de uma atividade lúdica que teve seu conteúdo baseado nos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Os ODS, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local. Conscientes de que o cenário de implementação dos ODS gera uma oportunidade única para se construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável e que é possível proporcionar uma contribuição decisiva para acelerar a implantação das metas e objetivos assumidos. O comprometimento dos municípios se faz necessário para o cumprimento da Agenda Mundial estabelecida pelas Nações Unidas.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um instrumento lúdico de aprendizagem para alunos do ensino fundamental (1ª a 5ª série) das escolas do município de Balneário Piçarras conforme as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar as dimensões e objetivos do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Apresentar os benefícios alcançáveis através do Jogo;
- ✓ Desenvolver as fases de criação do Jogo do Cidadão, sua idealização, funcionamento, tabuleiro e cartas.

1.2 Justificativa da realização do estudo

Balneário Piçarras, como identificado pelos dados dos últimos censos¹, é um município que vem se desenvolvendo rapidamente nos últimos anos. O município tem grande movimento durante a alta temporada, onde recebe muitos visitantes que vão à procura de praia. Porém é importante que os cidadãos estejam preparados para receber os turistas bem como, para lidar com o desenvolvimento municipal.

Sendo assim, o presente projeto mostra-se relevante pelo seu aspecto educacional e na formação do conceito e das boas práticas de cidadania, pois, com a sua utilização continuada, é possível a formação de cidadãos mais preparados para o município de Balneário Piçarras.

Faz-se necessário lembrar que a educação para a cidadania implica, antes de mais nada, em uma ação transformadora focada na construção de valores e atitudes que possibilitem traduzir conhecimentos em ações de mudança individual e social. Não se trata apenas de ampliar e aprofundar a compreensão do social, mas de promover a aprendizagem de colaboração, empatia, solidariedade e convivência. O cidadão global é o que sente pertencer a uma humanidade comum e compreende que precisa cuidar do outro.

Neste projeto, é possível identificar, três principais pontos positivos, sendo estes: o incentivo a crianças/adolescentes do ensino fundamental relacionado ao tema da cidadania; a educação apresentada de forma lúdica e didática e a melhoria da qualidade de vida no Município.

A Constituição da República Federativa do Brasil diz que a educação é dever do Estado e da Família, e deve ter como um de seus focos, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo frente ao exercício da cidadania².

Para que seja possível conquistar o interesse dos alunos, é indispensável o uso de metodologias ativas e jogos no processo educacional. Isso permite uma aprendizagem mais fácil e interativa, possibilitando desprender-se do tão utilizado método tradicional de ensino-aprendizagem, que acaba por ter um professor superior,

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Séries Históricas dos Censos demográficos. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 17/11/2019.

² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado 1988.

responsável por passar o conhecimento e esquecendo que na verdade a aprendizagem é uma via de mão dupla, onde o professor aprende com o aluno e aluno aprende com o professor.

Sendo assim, almeja-se com este Projeto a ampliação do conceito de cidadania e do conhecimento dos ODS - Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável - por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio a partir do uso de metodologias ativas e lúdicas.

Atualmente a sociedade vem trazendo diversas reflexões sobre o comportamento humano como cidadãos do mundo. Sendo assim, nota-se uma oportunidade para poder trazer o tema para alunos, que atuaram como multiplicadores do conhecimento, visando que estes, se tornem mais preparados para uma nova sociedade, melhor e mais justa.

Pretende-se que a partir da aplicação deste projeto, seja possível que as crianças, conscientizem-se sobre a importância que se deve dar para assuntos que acabam por ser muito falados, porém, ao mesmo tempo esquecidos, pois não se observa nenhuma mudança. Sendo assim, é de extrema importância que assuntos como meio ambiente, saúde e regras de trânsito sejam abordadas desde a infância.

Vale ressaltar, que as crianças/adolescentes de hoje em dia, estão exercendo mais influência nos pais, antes elas apenas aceitavam o que os adultos falavam para elas. Hoje em dia, vê-se jovens, chamando a atenção de outras pessoas frente a diversas problemáticas como por exemplo a poluição, preconceitos e desperdício de água e alimentos. Por este motivo, é indispensável trabalhar com esta faixa etária e tentar mostrar a importância de modificações comportamentais.

Além disso, o desenvolvimento deste projeto, agrega também aos acadêmicos envolvidos. Visto que, promover ações inovadoras para estes municípios, acaba por agregar diversos conhecimentos e experiências na vida acadêmica, que tendem a ser um diferencial na vida profissional do indivíduo.

1.3 Aspectos Metodológicos

Este projeto trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Este tipo de pesquisa, não parte da preocupação com a representatividade numérica do grupo que

será pesquisado, mas tem como foco, o aprofundamento da compreensão do grupo, podendo ser este um grupo social, uma instituição, entre outros³.

Além disso, a abordagem qualitativa, se baseia em cinco características básicas, sendo que, (I) possui como principal instrumento o pesquisador e o ambiente natural como fonte direta de dado, (II) em maioria, os dados coletados são descritivos, (III) a preocupação está muito mais relacionado com o processo do que com o produto final, (IV) o pesquisado possui uma atenção especial ao significado que as pessoas dão a sua vida e as coisas e (V) a análise de dados acaba por seguir um processo indutivo⁴.

Os procedimentos técnicos utilizados para o desenvolvimento deste projeto foram a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, como o próprio nome sugere, é o estudo crítico, minucioso, e amplo das produções de uma determinada área do conhecimento⁵. Esta, visa proporcionar maior familiaridade com o problema, explorando na literatura as teorias já formuladas que o cercam na tentativa de torná-lo mais explícito⁶. Sendo assim, a pesquisa é realizada a partir de bibliografias já publicadas, com jornais, revistas, artigos, livros, meios de comunicação orais entre outros⁴.

Portanto, segundo o exposto acima, a pesquisa bibliográfica não é exclusivamente uma simples repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, e sim, uma apuração de um tema sob uma nova perspectiva ou tratamento, atingindo conclusões inovadoras.

Já a pesquisa documental, é realizada a partir de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, e ainda permite que a partir do objeto da pesquisa, estes materiais possam ser reelaborados. Sendo assim, as fontes utilizadas, podem

³ GOLDENBERG, Mirian. (RE)APRENDENDO A OLHAR. In: GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 13-15.

⁴ LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

⁵ MARCONI, M.A. E LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

⁶ GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

ser muito diversificadas e dispersas, como, arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, cartas de pessoas, fotografias, etc⁷.

1.4 Técnicas de Coleta e análise dos dados

Esse estudo acadêmico teve início com o desenvolvimento de um arcabouço teórico baseado no conhecimento existente e na inter-relação de três fatores: as técnicas de aprendizagem, dentro dela, as técnicas de ensino-aprendizagem através de atividades lúdicas; o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e o conceito de Cidades Inteligentes.

Para propor uma inserção acerca dos estudos da inovação e do desenvolvimento sustentável nas séries iniciais (1^a a 5^a série) e intermediárias (6^a a 9^a série) das escolas do Município de Balneário Piçarras, bem como elucidar a sua relevância, foram desempenhadas coletas de informações realizadas pelo método de pesquisa investigativa e revisão bibliográfica, auxiliado, em parte, em entrevista com membros da comunidade e da Secretaria de Educação da atual administração da cidade.

Por meio deste, a importância de trabalhar em relação a cidadania foi o principal destaque. Considerando que o Município vem se desenvolvendo rapidamente, fazendo com que seja necessário que os cidadãos estejam preparados para lidar com uma Balneário Piçarras diferente da que se tem na atualidade.

Sendo assim, optou-se pela utilização de atividades lúdicas para se trabalhar, a princípio, nas séries iniciais das escolas municipais. Para tal, um Protótipo de Jogo foi criado, e este terá sua viabilidade melhor avaliada, se for efetivamente aplicado em um caso real, para que assim, seja possível avaliar seus efeitos, e a partir desses introduzir novas regras e novos conceitos que irão para o desenvolvimento do Jogo em um processo contínuo de aprendizado a partir do uso.

Com este ciclo de pesquisas e desenvolvimentos pode-se expandir a utilização para as séries seguintes e talvez até para o Ensino Médio, alcançando uma população de crianças e jovens que estarão fazendo a Nova Balneário Piçarras, a Balneário Piçarras do futuro.

⁷ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Histórico

A origem do nome Piçarras vem das rochas de argila que existem em grande quantidade no subsolo do município. Piçarras tem suas origens étnicas advindas de colonizadores paulistas e da povoação da Ilha de Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul⁸.

Conforme o historiador José Ferreira da Silva na segunda metade do século XVIII, pescadores portugueses vindos de São Francisco do Sul foram acompanhando a costa na direção sul, em busca de baleias, matéria prima da principal atividade econômica da região, naqueles tempos. Alguns desses desbravadores se fixaram no pedaço de terra do litoral catarinense que mais avança pelo mar, ao qual chamaram de Ponta do Itapocorói, região habitada pelos índios Carijós.

A fartura de baleias e as condições marítimas e geográficas ideais foram fatores decisivos para que ali surgisse um povoado de pescadores de baleias. Em 1777 nasce Armação do Itapocorói, local onde se iniciaram os municípios de Penha e Piçarras. O Nome Armação era como os portugueses chamavam o local onde eram erguidas estruturas próprias para o manuseio das baleias.

Neste período os poucos moradores que se fixaram ao longo da costa catarinense começaram a ser visitados periodicamente por comerciantes que vinham do porto do Rio de Janeiro e retornavam com seus navios carregados de azeite, barbatanas e outros derivados da baleia, negociados em Armação.

Esse viés econômico atraiu muitas famílias e no final do século XVIII e início do século XIX as famílias dos Vieira, Macedo, Silva, Lima, Quadros, Pinto e Figueiredo já eram as famílias tradicionais de Piçarras.

Com o declínio da pesca da baleia, Armação perde espaço econômico e político para Penha. A região hoje compreendida pelo município de Piçarras passa, em 1839, a integrar a freguesia da Penha, subordinada a São Francisco do Sul.

Mais tarde, em 1860, Itajaí assume o distrito de Penha e, portanto, Piçarras. A emancipação política de Penha vem em 1958 e na mesma época Piçarras inicia um

⁸ Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras. Cidade. 2019. Disponível em: <<https://balneariopicarras.atende.net/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

movimento para emancipar-se também, o que consegue cinco anos depois. A instalação da sede do novo município acontece em 14 de dezembro de 1963. Francisco Fleith assume a Prefeitura iniciando assim o município de Piçarras.

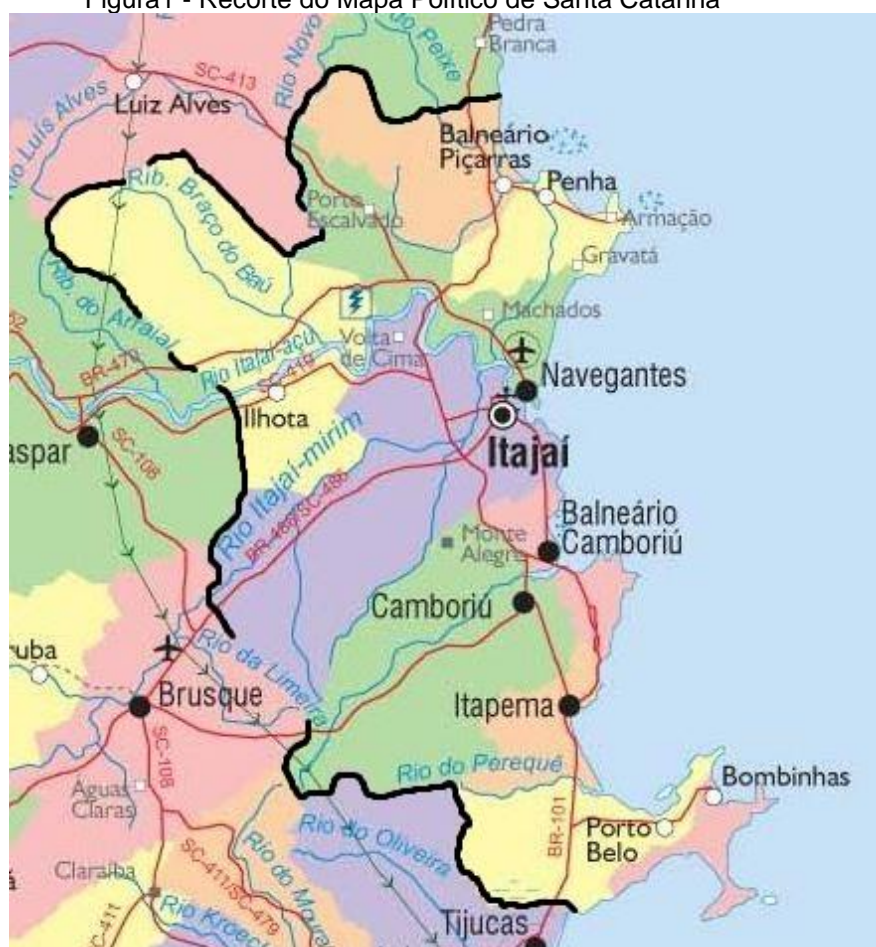
2.2 Geografia

Balneário Piçarras é uma cidade de Estado do Santa Catarina. Os habitantes se chamam piçarrenses.

O município se estende por 99,4 km² e contava com 17 078 habitantes no último censo, sendo sua população essencialmente urbana (90,76%), ainda assim a menos urbanizada da região. A densidade demográfica é de 171,8 habitantes por km², e a taxa de crescimento é de 3,74% no município.

Vizinho dos municípios de Penha, Barra Velha e Ilhota, Balneário Piçarras se situa a 3 km ao Norte-Oeste de Penha a maior cidade nos arredores (Figura 1)

Figura1 - Recorte do Mapa Político de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2015).

Situado a 16 metros de altitude, de Balneário Piçarras tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 26° 45' 52" Sul, Longitude: 48° 40' 20" Oeste.

O prefeito de Balneário Piçarras se chama LEONEL JOSÉ MARTINS.

2.3 Social

Localizado ao norte do litoral catarinense, BALNEÁRIO PIÇARRAS é privilegiado por possuir uma das mais belas orlas marítimas do estado, com 7 (sete) quilômetros de praia de águas calmas e duas belas ilhas (Ilha Feia e Ilhas Itacolomi).

O município tem diversos atrativos turísticos devido aos seus recursos naturais, com atenção especial para suas águas. A praia de BALNEÁRIO PIÇARRAS é considerada uma das mais limpas do Estado, possui balneabilidade em toda a orla marítima, sendo uma opção excelente para toda a família.

Seus 7 km de orla emoldurada por castanheiras centenárias são um espetáculo para quem conhece. A mais Castanheira mais conhecida e atraente delas, a “Árvore torta” é um patrimônio natural da cidade, e se transformou em um dos pontos turísticos da sua orla marítima

Balneário Piçarras tem uma programação de verão variada com eventos esportivos, culturais e musicais, é também conhecida por ter um dos melhores carnavais do litoral norte de Santa Catarina.

O município destaca-se, por ter uma grande área rural com exploração do turismo, em algumas propriedades existem diversas atividades tais como pesque-pague, pesca esportiva, trilhas ecológicas que dão destaque a natureza e ao patrimônio cultural.

Balneário Piçarras, no Litoral Norte de Santa Catarina, foi uma das únicas cidades do País a ter a certificação ‘Bandeira Azul’ (Figura 2) para a temporada de verão 2018/2019.

O reconhecimento deste importante programa internacional, que promove a certificação ambiental de praias, marinas e embarcações, alavancou as expectativas do município para a recepção de turistas no veraneio.

Figura 2 - Praias com Certificado Bandeira Azul



Fonte: site G1.com (2019).

Na Avenida Sambaqui, no bairro Santo Antônio, às margens da BR 101, fica localizado o Museu Oceanográfico Univali, fundado em 1987, está entre os quatro principais acervos de história natural do Brasil, sendo que no conteúdo oceanográfico é o maior das Américas e um dos maiores do mundo.

Contando com mais de 200.000 unidades, o acervo do Museu propicia ao visitante um cenário da biodiversidade marinha brasileira. Incluindo também, animais vivos em aquários, fazendo com que se acrescente vida e movimento a rota de exibição. O museu está segmentado em sete diferentes setores, conforme os seguintes conteúdos: Setor Azul - Surgimento da Vida e da Oceanografia; Setor Bege - Aves Marinhas; Setor Vermelho – Invertebrados Marinhos; Setor Preto - Mamíferos Marinhos; Setor Verde – Peixes Cartilaginosos; Setor Marrom - Peixes Ósseos; Setor Cinza - Répteis Marinhos.

O programa Museográfico é contemporâneo e valoriza os utensílios de maneira segura e agradável para os visitantes. O projeto luminotécnico é todo em tecnologia LED e os ambientes são climatizados, o que garante uma visita agradável em qualquer época do ano. É totalmente acessível para pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida.

2.4 Economia

Balneário Piçarras está entre os maiores polos de crescimento do Estado de Santa Catarina. Com um projeto amplo de recuperação da faixa de areia, novos

molhes construídos, novos passeios recuperados e urbanizados, a cidade fortalece a alcunha de “NAMORADINHA DO ATLÂNTICO”, título carinhosamente recebido por ser considerada uma das mais belas praias do litoral catarinense.

O Setor de Construção Civil vive uma das maiores fases de expansão, com o número de obras crescendo exponencialmente. A cidade se firma como uma das com maior taxa de crescimento na região norte catarinense, trazendo o desenvolvimento sustentável como valor fundamental para garantir a viabilidade turística da cidade.

Dispondo de privilegiada localização geográfica, Balneário Piçarras vislumbra um grande crescimento para os próximos anos. O setor terciário é responsável por 72,21% do PIB do município e tem no turismo sua mola propulsora. O PIB do Município tem uma taxa de crescimento nos últimos seis anos de 69% o que demonstra que os investimentos estão sendo feitos e estão sendo colhidos os resultados.

Com os índices favoráveis de crescimento verifica-se que o número de estabelecimentos empresariais no município praticamente dobrou no período compreendido entre os anos de 2010 e 2018, atingindo o número de 1244.

O Município de Balneário Piçarras é cortado de norte a sul pela BR-101 e as indústrias estão localizadas próximo às suas margens; possui também acesso a rede de gás natural que da mesma forma corta o município.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A elaboração do referencial teórico requer um levantamento bibliográfico cuidadoso, para analisar as contribuições já expressas acerca do assunto, capazes de esclarecer o fenômeno investigado. Exige, portanto, capacidade de elaboração própria e espírito crítico⁹.

Neste sentido, apresentar a revisão bibliográfica realizada sobre o tema desenvolvido, no Trabalho PROESDE, cujo objetivo principal foi potencializar o desenvolvimento da sua capacidade de inovar suas aplicações, na sociedade, mediante a pesquisa, e ensino, foi de suma importância, pois o mesmo abrangerá os seguintes tópicos: Inovação, Cidades Inteligentes, ODS, Municipalização dos ODS, Cidadania e Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem.

3.1 Inovação

Se faz necessário expor alguns conceitos do que é inovação para que se possa balizar os conhecimentos sobre o assunto. Peter Drucker¹⁰(1989) diz que inovação é o ato de atribuir novas capacidades aos recursos (pessoas e processos) existentes na empresa para gerar riqueza; Ernest Gundling¹¹(1999) defende que inovação é uma nova ideia implementada com sucesso, que produz resultados econômicos; e C.K. Prahalad¹²(1990), por sua vez, afirma que inovação é adotar novas tecnologias que permitem aumentar a competitividade da companhia.

A inovação é um conceito econômico que depende da implementação no mercado e diferente do que muitos pensam, não depende diretamente da tecnologia,

⁹ TARAPANOFF, Kira. Referencial teórico: introdução. Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: UnB, 2001. p. 33-49. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14810>>. Acesso em: 16 Nov. 2019.

¹⁰ DRUCKER, P. F. As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

¹¹ GUNDLING, E. F. The 3M way to innovation: balancing people and profit. 2nd ed. New York: Vintage Books, 1999.

¹² PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. Harvard Business Review, Boston, v. 68, p. 79-91, 1990.

existem diversos tipos de inovação: inovação de produto, inovação de serviço, inovação de processo, inovação logística, inovação em marketing, entre outras.

Sawhney, Wolcott e Arroniz ¹³(2006) desenvolveram uma ferramenta bem interessante chamada de Radar da Inovação (figura 3). O Radar da inovação apresenta 12 dimensões possíveis de se inovar em um negócio.

Figura 3 - Radar da Inovação



Fonte: SEBRAE (2013).

Além de mostrar as áreas possíveis de inovar o Radar da inovação permite que você categorize o nível de inovação em uma organização, onde 0 representa nenhum desenvolvimento de inovação e 5 é o máximo na escala.

Criatividade e inovação não têm nenhuma ligação comprovada com algum talento nato. O processo de inovar é uma abordagem sistêmica e gerenciável que pode ser aprendida por qualquer pessoa, inovar é fruto de processo e esforço e muito pouco de acaso.

¹³ M. SAWHNEY, R.C. WOLCOTT, I. ARRONIZ. **The 12 Different Ways for Companies to Innovate**. MIT Sloan Management Review, Spring (2006), pp. 75-81

3.1.1 Cidades Inovadoras

Experiências em projetos de prospectiva e de desenvolvimento social e tecnológico asseguram que cidades inovadoras são "habitats" de pessoas inovadoras. São locais onde pessoas inovadoras querem ficar, onde sentem que podem e conseguem manifestar seu potencial humano e fazer a diferença. Onde encontram condições favoráveis para o desenvolvimento de seus projetos, negócios e sonhos¹⁴.

Assim, as cidades inovadoras são aquelas capazes de criar e manter ambientes que atraiam, retenham e desenvolvam pessoas empreendedoras e, conseqüentemente, empreendimentos inovadores e sustentáveis.

De acordo com Hundi¹⁵, Ecossistema de inovação designa a rede de espaços abertos, estimulantes e criativos que favorecem a inovação e o empreendedorismo através do fluxo de ideias. Tanto os espaços públicos quanto privados ainda mantêm sua característica fundadora, voltada para a produção em série, e não para o compartilhamento de ideias e a convivência interpessoal.

Esta realidade vem se transformando nas empresas, mas no setor público avança mais lentamente. "Precisamos pensar nas cidades inteiras como espaço de inovação. O espaço público tem de proporcionar inovação, desenvolvimento e favorecer a convivência entre os cidadãos"(Hundi, 2014).

Segundo Michael Porter¹⁶, o tripé que vai garantir o desenvolvimento sustentável das cidades é composto pela qualidade de vida das pessoas, do empreendedorismo e da inovação.

Observa-se uma mudança de padrão que mostra que a reflexão sobre as cidades passa a ser feita por quem a vivencia e conhece suas demandas, o protagonismo passa a ser do usuário, e não mais de políticos e grandes empresários.

As pessoas possuem um conhecimento intuitivo sobre o que precisam para viver com mais qualidade e oportunidades. Fortalecer o ecossistema de empreendedorismo é um processo coletivo. Legislação ainda é um obstáculo.

¹⁴ Cidades inteligentes. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/cidades-inovadoras-2-95-122846.shtml>>. Acesso em 15/12/2019

¹⁵ HUNDI, Pablo. Transcrição de Palestra na Conferência Internacional de Cidades Inovadoras (CICI 2014).

¹⁶ PORTER, Michael E. (1991) **Estratégia competitiva.**, *Campus*, Rio de Janeiro, 1991.

3.1.2 Balneário Piçarras como Cidade Inovadora

A Secretaria de Educação de Balneário Piçarras na Gestão (2017-20) se define como um grupo de pessoas que tem como objetivo a inovação em Educação, buscando o empreendedorismo, a participação em massa da comunidade em ações voltadas ao um mundo mais humano, mais crítico e mais igualitário.

Os valores importantes que ela considera para executar o seu propósito são: a Educação focada no aprendizado; o Melhoramento contínuo; a Busca de Inovações; o Foco no futuro e a Qualidade no Ensino.

Cabe à secretaria de Educação formular e coordenar a Política Municipal de Educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência.

Com esta visão foram criados alguns projetos¹⁷ como inovação na área educacional a fim de promover maior aproveitamento e produtividade dos alunos, entre eles estão: “Descobrimo Balneário Piçarras: o futuro do turismo nas mãos dos jovens”; “Educação e Esporte juntos por uma aprendizagem de qualidade” e “Educando para a vida através do Esporte!”.

O Projeto Descobrimo Balneário Piçarras: o futuro do turismo nas mãos dos jovens é um projeto em parceria com a Secretaria de Educação através da mobilização e sensibilização por meio de palestras educativas e passeios monitoradas. Percebe-se a necessidade destas ações como uma estratégia de conhecimento turístico do ambiente em que vivem, considerando que a cidade apresenta atrativos que muitas das vezes os moradores não têm o conhecimento e deixam de oferecer ao turista.

A Secretaria de Educação, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer, por meio do projeto “Educação e Esporte unidos por uma aprendizagem de qualidade”, oferecem oficinas de práticas esportivas nas modalidades de Atletismo, Basquete, Futsal, Xadrez, Vôlei e Futebol de Campo para alunos da Rede Municipal, no contraturno escolar, que visam proporcionar desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

¹⁷ Secretaria de Educação de Balneário Piçarras. Disponível em: <<http://www.selosocial.com/participante/1454>>. Acesso em 12 nov. 2019.

O Projeto "Educando para a vida através do Esporte!", é desenvolvido pelas Escolas de Esporte, através de uma parceria entre as Secretarias de Esporte e Educação, e tem como finalidade contribuir para a formação esportiva e educacional, bem como a qualificação e melhoria das condições de vida dos beneficiados, para tanto, é oferecido o ensino-aprendizagem de 12 modalidades esportivas no contraturno escolar, para crianças e adolescentes do Município de Balneário Piçarras.

3.2 Cidades Inteligentes

Uma cidade inteligente não é simplesmente uma cidade tecnológica, ou digital, ela trabalha todos os seus aspectos urbanos, ambientais, econômicos, de gestão e sociais. Não faz sentido planejar uma cidade inteligente pensando apenas no aspecto tecnológico se essas soluções não estiverem a serviço da sociedade¹⁸.

De modo análogo não faz sentido não considerar os demais aspectos da cidade, pois não haveria inteligência na sua organização e se resumiria a um conjunto de tecnologias que apenas poderiam facilitar a vida dos cidadãos¹⁹.

A teoria desenvolvida por Gomyde preconiza que uma cidade inteligente deve ser analisada e desenvolvida levando em consideração cinco camadas: Pessoas, Subsolo, Solo, Infraestrutura e a IoT-Internet das Coisas (Figura 4).

Figura 4 – Cidades Inteligentes



Fonte: Positivo Tecnologia (2018).

¹⁸ CARVALHO, Renan. Cidades Inteligentes, cidadãos atuantes. 2018. Disponível em: <<http://voluntariadoempresarial.com.br/cidades-inteligentes/>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

¹⁹ GOMYDE, André. As Cinco Camadas das Cidades Inteligentes. 2018. Disponível em: <<http://redebrasileira.org/materias/3324/as-cinco-camadas-das-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

A primeira camada, a mais importante, são as pessoas. Para uma cidade inteligente é preciso entender como vive a população naquela localidade, como se organiza, quais suas vocações, quais problemas enfrenta, e quais as expectativas com o futuro.

A segunda camada é o subsolo da cidade. É fundamental que a cidade monte seu Plano Diretor de Subsolo, onde passam suas redes de água, esgoto, telefonia, energia, fibra ótica, etc. A construção de galerias técnicas é importante para que haja uma conexão com soluções tecnológicas, além de oferecer avanços em serviços, tais como coleta de lixo inteligente, bueiros inteligentes, fornecimento de água quente e de ar condicionado pelo subsolo, bem como sustentabilidade ambiental.

A terceira camada é o solo. Nesta camada, devemos pensar todos os aspectos urbanos, com conceitos como de “Live, Learn and Play” e o conceito 5/10/15, o conceito que o que as pessoas estejam a no máximo 5 minutos a pé; para atividade diárias, 10 minutos para semanais; e 15 minutos para as mensais. Estimulação dos transportes coletivos, implantação de estacionamentos rotativos, manutenção das calçadas, acessibilidade, ciclovias compartilhadas, etc.

Construções com sistemas inteligentes, com captação de água da chuva, com reuso de água, com sistemas solares para aquecimento de água e para geração de energia fotovoltaica. Em suma, pensar a cidade como um sistema integrado e sustentável.

A quarta camada é a infraestrutura tecnológica, composta de um parque de iluminação inteligente que pode levar wi-fi a população, uma rede de fibra ótica, e uma central de operações da cidade.

A quinta camada é a plataforma de IoT (Internet das Coisas), como o sistema semafórico inteligente, a segurança pública, a educação, a saúde, e etc.

Uma Cidade Inteligente trabalha essas cinco camadas paralelamente e de forma integrada. Somente com um Plano Mestre de Cidade Inteligente a gestão pública pode acertar neste caminhar, evitando que as tecnologias desnecessárias invadam as cidades de maneira desorganizada.

Se o município possui indicadores que possibilitam identificar a dinâmica dos moradores da cidade, é uma boa estratégia, que estes dados sejam compartilhados

com os mesmos, possibilitando que, os habitantes transformem-se em cidadãos inteligentes (figura 5).

Figura 5 - Smart City



Fonte: Cidades Inteligentes, cidadãos atuantes (2018).

Sendo assim, pode-se definir um cidadão inteligente, como aquele que utiliza as informações do município visando melhorar tanto os serviços como a qualidade de vida daquela população. Como por exemplo, em Nova York, os habitantes compartilham entre eles por meio de um site, fotos de terrenos baldios. Esta ação faz com que a comunidade local, localize o dono deste terreno, fazendo com que haja uma pressão comunitários em relação àquele espaço e permitindo que este se transforme em algo que beneficie a comunidade.

3.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são originários de um processo iniciado na Conferência Rio+20 e concluído por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em agosto de 2015 (figura 6). Estes ODS deverão orientar as políticas dos países e as atividades de cooperação

internacional nos próximos anos, atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)²⁰.

Figura 6 - Origem das ODS



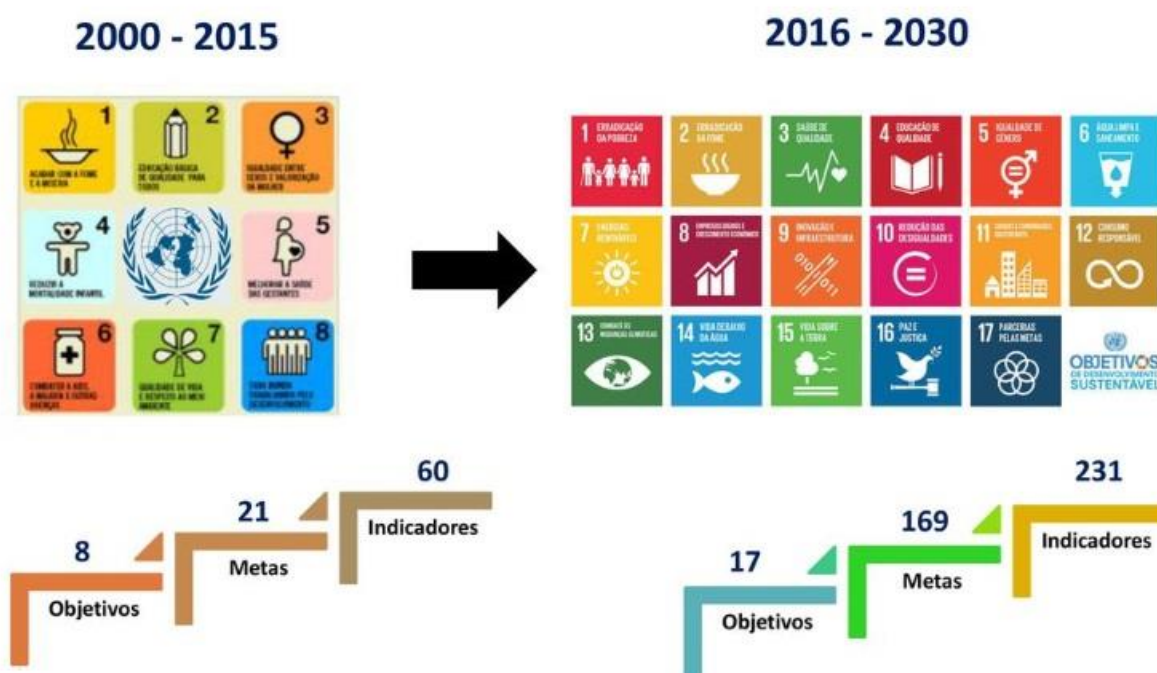
Fonte: Agenda 2030 Brasil - 103o Fórum Nacional do CONSAD (2017)
site planalto.gov.br

No total, são 17 objetivos desdobrados em 169 Metas, envolvendo diversos temas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação.

O Brasil foi o anfitrião das duas conferências principais de negociação destes Objetivos - Rio 92 (ODM) e Rio +20 (ODS) (Figura 7). A Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), é um mecanismo de coordenação doméstica e de acompanhamento nacional da Agenda 2030, alinhando as políticas públicas nacionais e os ODS.

²⁰ ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

Figura 7 - Evolução das ODS



Fonte: Agenda 2030 Brasil - 103º Fórum Nacional do CONSAD (2017)
site planalto.gov.br

A Agenda, os ODS e as metas, incluindo os meios de implementação e avaliação, são considerados universais, indivisíveis e interligados e mesclam, de forma equilibrada, as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social, a ambiental e a institucional. (Figura 8)

Figura 8 - As dimensões dos ODS



Fonte: planalto.gov.br (2017)

A dimensão social é relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça; a ambiental trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas; a econômica aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros. e finalmente a institucional que diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

3.4 Municipalização das ODS

Os ODS, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local. Conscientes de que o cenário de implementação dos ODS gera uma oportunidade única para se construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável e que é possível proporcionar uma contribuição decisiva para acelerar a implantação das metas e objetivos assumidos, o comprometimento dos municípios se faz necessário para o cumprimento da Agenda Mundial estabelecida pelas Nações Unidas.

Importante observar que alguns Municípios já realizam valiosos projetos e políticas públicas que se coadunam com os ODS, o que lhe faltam é relacioná-los com as metas específicas de cada um dos Objetivos contidos na Agenda.

Contudo, a Agenda 2030²¹ exige compromissos substanciais para a melhoria de indicadores e metas, os quais devem ir além do alinhamento de ações já existentes, e também contemplar esforços que levem ao alcance dos resultados previstos entre os objetivos.

Nesse sentido, considerando os esforços do Governo do Estado de Santa Catarina, através do PROESDE, em parceria com as Universidades e Faculdades, patrocinam o presente Projeto destinado ao Município de Balneário Piçarras, pelo qual os estudantes/pesquisadores assumem o compromisso de propor inovações em consonância com a Agenda 2030 e seus ODS.

²¹ ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 15 dez. 2019.

3.5 Cidadania

Conforme preconiza a Carta Magna do Brasil de 1988 em seu artigo primeiro, a cidadania é um direito fundamental do cidadão e tem sua garantia pelo Estado.

A cidadania formal é o indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação. Na ciência política e na sociologia, a cidadania tem um sentido mais amplo. A cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais²².

O conjunto de direitos que os cidadãos possuem estão relacionados na Constituição Federal, especialmente no art. 5º, outras legislações, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código do Consumidor trazem direitos de cidadania. Mas esses direitos, previstos nas leis especiais, são todos decorrentes daqueles previstos na Constituição Federal.

O artigo 5º da Constituição Federal apresenta 77 direitos e liberdades individuais e coletivas; os artigos 6º ao 11º da Constituição Federal apresentam os direitos sociais e trabalhistas; já os artigos 12º até o 16º mostram quais são os direitos políticos e aqueles referentes à nacionalidade²³.

O termo cidadania se refere ao sujeito que vive na cidade e compartilha sua vida pessoal no espaço público. O termo nos remete à vida na polis grega, tendo origem na palavra *civita*, entendida como o coletivo de cidadãos, que compõem o estado, o governo ou pátria. O conceito mais comum de cidadania diz respeito a sujeito que “cumpre seus deveres e luta pelos seus direitos”²⁴.

Robert Lane²⁵ (1968) desenvolveu um dos primeiros projetos de pesquisa nesta perspectiva. O autor entrevistou quinze cidadãos comuns para investigar como eles desenvolviam seu entendimento sobre conceitos de cidadania, enquanto liberdade, democracia, igualdade e poder. Lane demonstra que as pessoas são capazes de desenvolver argumentos relativamente consistentes e sofisticados a partir de suas próprias experiências pessoais e temperamentos.

²² BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania e Democracia. Lua nova: Revista de Cultura Política, 1994

²³ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado 1988.

²⁴ CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 219-29.

²⁵ LANE, Robert. Political Ideology: Why the American Common Man Believes What He Does. New York: Free Press, 1968.

Em uma visão mais ampla, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, sujeito de direitos e deveres, que é responsável em conjunto com o Estado pelo que é realizado de bom e de ruim em seu ambiente de vivência, quer seja ele o seu Município, Estado ou País, e porque não ser mais amplo, em todo o planeta, pois os as ações tomadas localmente refletirão em âmbito global.

3.5.1 Cidadania para melhorar a qualidade de vida no município

Segundo Bonduki²⁶ (1988), ser cidadão da cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que seja apenas a submissão a regras e regulamentos. Construir e morar em cidades implica viver de forma coletiva; na cidade nunca se está só, ainda que muitos sejam solitários: o indivíduo é um fragmento de um conjunto, do coletivo.

Também no intuito de formar conhecimento, Mora²⁷ (1999), lembra que: “qualidade de vida é um conceito derivado do Planejamento do Desenvolvimento. Ela pode ser entendida como um instrumento para descrever, analisar e superar problemas sociais, mas também é um dos objetivos principais do desenvolvimento”.

A cidadania sempre será considerada como algo inerente à vida das pessoas, como se fosse uma qualificação da existência do ser humano. As pessoas são consideradas seres humanos de forma plena apenas quando se tornam cidadãos.

Para melhorar a qualidade de vida das pessoas faz-se necessário que a sociedade e os governantes garantam educação, saúde, moradia, alimentação, lazer; aquilo que cria condições para as pessoas viverem bem e de forma humanizada.

Projetos que levam escolas às crianças, que geram empregos, visando disponibilizar aos cidadãos médicos capacitados; isso tudo melhora a qualidade de vida da população e coopera para o crescimento.

Algumas ferramentas são utilizadas para essa finalidade: Planos Diretores Municipais, construídos através de audiências públicas; Identificação de programas,

²⁶ BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

²⁷ MORA, M. G. C. Calidad de vida y capacidades humanas. Revista Geográfica Venezolana, Mérida, Universidad de Los Andes, v.40, n.2, 1999.

projetos e ações existentes no Município e sua estruturação visando os dezessete ODS, com suas mais de cem metas.

3.6 Uso de Metodologia Ativa no Ensino-Aprendizagem

As metodologias ativas, vem com o intuito de descentralizar o ensino que atualmente, se tem como tradicional. Que segundo Santos (2011), trata-se de um processo de ensino, onde o professor atua como sujeito ativo, e fica com a responsabilidade passar o conhecimento para os alunos, no qual, geralmente se dá em uma aula expositiva teórica. Este método, acaba por centrar as aulas no professor, o qual deve definir os conteúdos que serão abordados e como se dará o processo de ensino-aprendizagem²⁸.

Para que os alunos tivessem mais voz ativa frente a seu conhecimento e trabalhassem como agente principais frente a sua aprendizagem, houve a elaboração de um novo estilo metodológico de ensino. Segundo Corrêa et al (2019), as metodologias ativas visam trazer mudanças nas práticas pedagógicas, e possuem como ponto principal, inserir o aluno/estudante como autor principal no seu processo de aprendizagem, onde o aluno passa a ter a responsabilidade de buscar informações, não apenas no âmbito escolar, mas também em livros, sites ou o onde a realidade deles permitirem que estes busquem informações, sendo que estas sejam de fontes seguras.

Para seguir esta estratégia, as aulas devem se concentrar, em métodos ativos como discussões, conjuntos de problemas, estudos de caso, atividades em grupo ou aprendizado experimental²⁹.

A sala de aula é composta por quatro pilares, sendo estes: ambiente flexível, cultura de aprendizagem, conteúdo dirigido e educador profissional. (figura 9).

²⁸ SANTOS, Wilton Silva dos. Organização curricular baseada em competência na educação médica. Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 86-92, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-5022011000100012&lng=en&nrm=iso. acesso em: 16 nov. 2019.

²⁹ CORRÊA, Evandro Antônio et al. METODOLOGIAS ATIVAS: SALA DE AULA INVERTIDA - UM NOVO JEITO DE APRENDER. Revista Mundi: Engenharia, Tecnologia e Gestão, Paranaguá, v. 4, n. 1, p.1-11, mar. 2019.

Figura 9 - Pilares da Sala de Aula Invertida



Fonte: Criação SAMS; BERGMANN, (2016).

Com base nessa visão dos quatro pilares do conhecimento, pode-se prever grandes consequências na educação. O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente³⁰.

3.6.1 Jogo de Tabuleiro

Que brincadeiras e jogos educacionais proporcionam um aumento dos conhecimentos infanto-juvenis por meio de atividades lúdicas já é um fato há muito tempo consumado, tendo em base essa linha de pensamento, percebe-se um ponto importante, que o jogo não seja o principal ou o único recurso à disposição para que se chegue ao resultado esperado. Deste modo, o jogo deve ser um instrumento adicional aos estudos do cotidiano. Crianças e adolescentes que ficam a maior parte do tempo em smartphones e computadores não aproveitam as vantagens dos jogos da melhor forma possível. Especialmente no caso de eletrônicos, a criança necessita

³⁰ DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez. p. 89-102.

de um acompanhamento quanto ao tempo de utilização e o tipo conteúdo exposto, por exemplo³¹.

Para uma mudança significativa de pensamentos e ações como novos cidadãos, aplicar modelos de aprendizagem diferenciados, faz-se necessários. Explorar os interesses das crianças e adolescentes no desenvolvimento sustentável na construção seu do intelecto é uma das melhores medidas para diversificar o estudo, transformando-o em um processo aprazível e eficaz.

Os benefícios de jogos de tabuleiro como método didático ao longo de muito tempo ajudaram e ajudam alunos a memorizar métodos, regras, sistemas, nomes e datas, que inúmeras vezes foram e ainda são quesitos obrigatórios nas instituições escolares.

Percebe-se então que, para que um jogo ensine realmente, é recomendado que os alunos tenham orientação de que o conteúdo educativo apresentado seja primordial, não apenas parte de uma atividade curricular obrigatória³².

Em síntese, é notável que o jogo não é algo sem finalidade, o professor, por exemplo, enquanto joga com seus alunos, está a todo momento analisando, de que modo tem que trabalhar em um momento específico.

É por meio das brincadeiras e jogos que acontecem o acompanhamento do raciocínio lógico e motor do aluno, é no divertir-se que acontece a aprendizagem da criança e o reforço para o adolescente, é através do entretenimento que as crianças e adolescentes possam crescer a sua capacidade de vivenciar e partilhar novas.

Na obra de Liev Semionovich Vigotski, "Psicologia Pedagógica", pode-se observar a afirmação do psicólogo expressando que: "O jogo pode ser considerado o recurso do instinto mais importante para a educação. Jogar um jogo é conhecido popularmente como um instrumento apenas para a criança passar o tempo".

Todavia, segundo Vigotski, os jogos limitam as possibilidades de conduta, fazendo com que a criança atinja um determinado fim, estimulando todas as suas vocações e, que a partir da observação de sua performance, pode-se constatar de que o jogo está presente historicamente nas diversas culturas, representando uma

³¹ ALVES, TS, et al. "A IMPORTÂNCIA DO JOGO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM." Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde 5.2 (2016).

³² ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 83, 2010.

característica que é natural do homem. Além disso, até os animais brincam, isto posto, o jogo pode ter uma essência biológica³³.

Em analogia à resolução de problemas e ao ato de jogar, são constatadas muitas similaridades. Segundo Moura (1992, p.51), o professor, ao adotar a estratégia de resolução de problemas ou de jogo, deve fazê-lo no sentido mais amplo do projeto pedagógico: humanizar o homem.

E fazer isto é intervir no processo educativo de forma que cada indivíduo possa desenvolver a capacidade de resolver problemas, isto é que cada homem desenvolva a capacidade de compreender o caso-problema, estando apto a arquitetar um plano, executá-lo e desenvolver a avaliação crítica. Este é um projeto humano³⁴.

³³ BLANCK, G. Psicologia pedagógica: edição comentada de Liev Semionovich Vigotski. Porto Alegre: Artmed, 2003.

³⁴ MOURA, Manoel Oriosvaldo de. O jogo e a construção do conhecimento matemático. Série Ideias n. 10, São Paulo: FDE, 1992. p. 45-53. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_10_p045-053_c.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

A criação do Jogo do Cidadão propriamente dito precisou ser realizado em algumas etapas definidas que após seguidas foram definindo o seu layout, funcionamento, conteúdo e personagens.

4.1 Identificação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas Dimensões

Com foco nos objetivos deste trabalho, procedeu-se a escolha dos ODS e metas que poderiam ser trabalhadas com a faixa etária público alvo deste projeto.

Tendo em vista a amplitude e a complexidade fez-se necessário restringir a pesquisa de assuntos para o conteúdo das cartas (perguntas) e para direcionar a criação destas perguntas, restringimos o nosso universo de trabalho em duas dimensões: social e econômica, com ênfase na Sustentabilidade.

Estas duas dimensões são relacionadas como dito anteriormente com as necessidades humanas (social) e com o uso e esgotamento de recursos (econômica); estas dimensões são de melhor compreensão e assimilação pelo nosso público alvo.

Analisando ainda a amplitude dos ODS e o desdobramento de suas Metas, restou inviável utilizar de arcabouço amplo de metas neste projeto pelo exíguo tempo para desenvolvimento deste projeto.

Optou-se por utilizar três ODS e quatro metas individualizadas a serem trabalhadas na jogabilidade e no conteúdo do Jogo a ser desenvolvido, que se explana a seguir:

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - esta ODS preocupa-se com a Saúde e o bem-estar e é dividida em 13 metas individualizadas e pretende-se, com o Jogo do Cidadão, trabalhar com as metas 3.5, que visa reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool, e a meta 3.6 que visa até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

ODS 4 - Educação de Qualidade - Da mesma forma a ODS 4 é dividida em sete metas sendo objeto do projeto apenas a meta 4.7 que preconiza que até 2030, garanta-se que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias

para promover o desenvolvimento sustentável através da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - Ainda no mesmo sentido a ODS 11 possui sete metas e a de número 11.6 se propõe a até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Estes ODS e as metas escolhidas são o escopo das perguntas do Jogo e se propõem a formar um perfil novo de cidadão para a Balneário Piçarras que vem pela frente.

4.2 Benefícios alcançáveis através do Jogo

Com atenção aos estudos de Skinner, pode-se afirmar que brinquedos e jogos possuem efeitos naturalmente reforçadores, pois informam às crianças sobre como elas podem transformar o seu ambiente. No caso do Jogo do Cidadão, a criança é conscientizada a respeito de sustentabilidade e como agir de uma maneira melhor, buscando os seus objetivos³⁵.

No mesmo sentido nos orientam Panosso, Souza e Haydu, pois afirmam que no contexto lúdico é possível que reforços sejam produzidos à medida que o jogador aprende respostas relacionadas ao conteúdo educativo que compõe o jogo. Os reforços arbitrários seriam o avanço no jogo, e o reforço não arbitrário seria à própria aprendizagem, considerada também como reforço natural³⁶.

Outra característica encontrada no Jogo do Cidadão tem referência com o fato das regras para jogar e os conteúdos específicos compreendidos no jogo, visto que se trata de um conteúdo voltado para a cidadania e sustentabilidade, e com regras para que o objetivo do jogo possa ser alcançado, ou seja, para a resolução de problemas.

A conhecimento é melhor absorvido se existirem situações onde conceitos e significados da criança são trabalhados, por isso o jogo desenvolvido pretende que

³⁵ SKINNER, B. F. (1972). Tecnologia do ensino (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U.

³⁶ PANOSSO, M.G., Souza, S.R. & Haydu, V.B. (2015). Características atribuídas a jogos educativos: uma interpretação analítico-comportamental. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 19(4).

haja assimilação das informações e conceitos que fazem parte do dia-a-dia da criança, e nem sempre são conhecidos ou tem uma boa reação por parte das crianças.

Dessa forma, os conceitos e significados podem ser elaborados e melhor compreendidos. Segundo Silva, o jogo de regras é seguramente um dos meios de se promover essa construção significativa, contando com a colaboração dos jogadores³⁷.

Isso acontece porque o educando, nesta fase de seu desenvolvimento, vive em um meio em constante mudança e com uma imensa quantidade de informações e regras que ela não conhece e domina. É nesse sentido que o jogo aparece como ferramenta ideal da aprendizagem, estimulando o interesse da criança.

O jogo ajuda-o a construir suas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva o educador à condição de orientador, estimulando e avaliando a aprendizagem.

Os benefícios de jogos de tabuleiro como método didático ao longo de muito tempo ajudaram e ajudam alunos a memorizar métodos, regras, sistemas, nomes e datas, que inúmeras vezes foram e ainda são quesitos obrigatórios nas instituições escolares.

Percebe-se então que, para que um jogo ensine realmente, é recomendado que os alunos tenham orientação de que o conteúdo educativo apresentado seja primordial, não apenas parte de uma atividade curricular obrigatória.

4.3 Desenvolvimento das fases de elaboração do Jogo.

Após a elaboração de todo o referencial teórico do conteúdo do jogo, descrito em detalhes nos tópicos 3.1 a 3.5 deste trabalho, iniciou-se o desenvolvimento do produto deste projeto, o Jogo do Cidadão com ênfase no Município de Piçarras.

4.3.1 A Logística do Jogo

Após ter os objetivos deste projeto definidos, a primeira fase do trabalho teve como característica a discussão da dinâmica do jogo, bem como de seus pressupostos lúdicos, objetivos principais e possíveis regras.

³⁷ SILVA, M.J.C. (2008). O jogo como estratégia para resolução de problemas de conteúdo matemático. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12 (1), 279-282.

Foram avaliados alguns jogos de tabuleiro para a faixa etária esperada no ensino fundamental e verificado que os tabuleiros se parecem em sua forma, disposição e tamanho.

Levantou-se também que as regras são muito parecidas sendo necessário que se jogue com um dado comum de valores entre 01(um) e 06(seis), avançando as casas até o final do trajeto definido e respondendo perguntas a fim de ganhar benesses ao acertar ou cumprir penalidades ao errar.

Nesta faixa etária as regras não podem ser complexas, pois corremos o risco de gerar discussão e má interpretação ou mesmo o desinteresse pelo jogo.

4.3.2 A Temática

A Temática do Jogo seguiu a ideia de um passeio pelo município de Piçarras, visitando alguns de seus pontos turísticos e gerando perguntas que criam um arcabouço de informações úteis para a formação de um cidadão consciente e preocupado com o desenvolvimento e com o futuro de Piçarras.

Como uma mensagem subliminar, o Jogo inicia-se tendo como ponto de partida o símbolo dos ODS e finaliza com a casa que contém o brasão de Balneário Piçarras, ou seja, partindo dos objetivos sustentáveis teremos no final uma Balneário Piçarras melhor – “UM NOVO CIDADÃO PARA UMA NOVA BALNEÁRIO PIÇARRAS”.

O tabuleiro será formado por casas representativas de alguns dos ODS levantados pela ONU e ao serem atingidos, geram questionamentos e informações para os estudantes do ensino fundamental a este respeito.

Jogando, os alunos respondem questionamento e passam a absorver de maneira lúdica e fácil, conceitos de segurança, saúde, educação, sustentabilidade, além de conhecer acerca dos pontos de destaque do município.

4.3.3 Tabuleiro, Peões, Cartas e Regras

Nesta fase, foram elaborados o tabuleiro, as regras do jogo, as cartas e os personagens. A criação do Jogo do Cidadão teve como base para a dinâmica escolhida o “Cuca Legal” da Pais & Filhos, no qual o tabuleiro utilizado contém um percurso único e simples, que deve ser feito pelos participantes.

O Tabuleiro foi idealizado sobre um fundo representando o mapa turístico de Balneário Piçarras (Figura 10) que em um primeiro momento mostra os pontos turísticos principais, porém sem ênfase na sua leitura, apenas como um substrato para apresentação do Jogo do Cidadão.

Figura 10 - Mapa Turístico de Bal. Piçarras



Fonte: Secretaria de Turismo de Balneário Piçarras.

A seguir foram sobrepostas a este fundo, o trajeto do jogo, composto por 38 (trinta e oito) casas com relação às ODS escolhidas, 5 (cinco) casas com pontos turísticos destacados e as casas de início e final de jogo, com a representação do símbolo das ODS da ONU como ponto de partida e o brasão do Município de Balneário Piçarras como ponto de chegada (Figura 11).

Este é o reforço positivo nas crianças para que percebam que andando na direção correta eles podem atingir o seu objetivo de ter uma cidade melhor com pessoas melhores.

Figura 11- Percurso do Jogo



Fonte: Elaborado pelos Acadêmicos (2019).

As casas deste trajeto foram ilustradas com a representação gráfica das ODS a serem trabalhadas (Figura 12) no conteúdo do jogo e intercaladas com casas referentes aos pontos turísticos escolhidos.

Figura 12 - ODS trabalhadas no Jogo do Cidadão



Fonte: Elaborado pelos Acadêmicos (2019).

Para a construção dos peões, foi utilizada a temática de personagens locais como personagens do jogo (Figura 13), tem-se disponíveis 4 (quatro) peões para jogar identificados como: O Surfista, O Ciclista, O Pirata e O Velejador.

Estes elementos são encontrados no cotidiano dos moradores da cidade pois é uma cidade voltada para o turismo e para as praias, com foco nos esportes e na diversão de seus moradores e turistas.

Figura 13 – Peões do Jogo do Cidadão



Fonte: Elaborado pelos Acadêmicos (2019).

Para a elaboração das cartas, foi necessário recorrer a uma grande variedade de referenciais teóricos, a fim de conter informações condizentes com a faixa etária dos jogadores e com o objetivo do Jogo.

As cartas foram separadas nas cores das perguntas conforme a cor representativa dos ODS e além destas perguntas há um baralho com bônus ou ônus conforme o acerto ou não da pergunta realizada na casa onde está parado na sua jogada. (Figura 14)

Figura 14 - Cartas do Jogo do Cidadão




Fonte: Elaborado pelos Acadêmicos (2019).

As regras do Jogo (Figura 15) seguem uma lógica muito simples para que as crianças não tenham dúvidas em seu funcionamento, gerando frustrações indesejáveis. O objetivo único do jogo é percorrer o tabuleiro do início ao fim, respondendo às perguntas que geram bônus para os acertos e ônus para os erros.

Figura 15 - Regras do Jogo do Cidadão

JOGO DO CIDADÃO

- ❖ Número de Participantes: 2 a 4
- ❖ Peças:
 - 1 Tabuleiro
 - 1 dado com números de 1 ao 6
 - 4 peões
 - 1 Folha de regras
- ❖ Objetivo do Jogo:
 - Os jogadores deverão levar seus peões do ponto de partida ao ponto final do jogo.
- ❖ Regras:
 - Os peões avançam as casas conforme os pontos definidos no arremesso dos dados.
 - Em cada casa que o jogador chegar, haverá uma pergunta tirada do baralho da cor da casa a ser respondida. Caso acerte pega uma carta "LEGAL" e casa erre a resposta pega uma carta "QUE PENA"
 - As cartas "LEGAL" tem bonificações que podem ser:
 - Avance 2 casas
 - Avance 3 casas
 - Jogue de novo
 - Vá para casa na frente do primeiro colocado
 - As cartas "QUE PENA" tem penalidades que podem ser:
 - Volte 2 casas
 - Volte 3 casas
 - Perca uma jogada
 - Vá para a casa atrás do último colocado
- ❖ Fim do Jogo:
 - Quando um dos jogadores conseguir chegar ao ponto final do jogo.



Fonte: Elaborado pelos Acadêmicos (2019).

Esta folha de Regras delimita o número de jogadores, os elementos do jogo e as instruções de como jogar e quando é que se vence o jogo, a dinâmica é simples de entender.

4.4 O Funcionamento do Jogo do Cidadão

O jogo inicia-se com os peões alinhados na primeira casa do jogo que é representada pelo logo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e seu objetivo é caminhar pelas casas que representam os ODS escolhidos e pontos turísticos do município, até atingir a casa final representada pelo Brasão do município de Balneário Piçarras.

Este percurso já foi idealizado com este desenvolvimento para representar que o estudante de piçarras caminha através das boas praticas até ser um cidadão melhor para o município.

Todo o funcionamento foi idealizado focando o público alvo escolhido, as perguntas são simples com duas opções de respostas, sim ou não, ou verdadeiro e falso, em um nível de dificuldade que seja acessível aos alunos e que possa passar conteúdos uteis e necessários.

Inicia-se o trajeto jogando o dado e andando o número de casas correspondente ao número tirado no dado; verifica-se em que casa chegou e qual a cor do baralho a ser consultado.

O jogador seguinte pega a carta e lê a pergunta para o que andou responder; caso este acerte a resposta, tira uma carta do baralho “LEGAL”, se errou a resposta pega uma carta do baralho “QUE PENA”.

Os baralhos “LEGAL” e “QUE PENA” têm tarefas a serem cumpridas que são um bônus para quem acertou ou um ônus para quem errou, do tipo: AVANCE DUAS CASAS ou PERCA UMA JOGADA.

Após o sorteio e leitura da carta, o dado passa para o jogador seguinte que executa os mesmos passos até alguém chegar ao final do jogo,

5 SUGESTÕES

O Jogo do Cidadão propõe-se a ensinar conceitos e dar dicas de cidadania, higiene, saúde e segurança para alunos da 1ª a 5ª série do ensino fundamental; e por meio dos conteúdos inseridos nas cartas deste jogo se presta a este objetivo.

Da mesma forma pode-se constatar os benefícios que podem ser alcançados com a utilização destas ferramentas de ensino que proporcionam o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. O aluno seria influenciado pelo lúdico e sua capacidade de discernimento seria estimulada, visto que poderia ensiná-lo a agir de forma correta em determinadas situações.

O jogo pode ser considerado como um recurso pedagógico de inestimável valor na construção da escrita e da leitura, além de propiciar o desenvolvimento cognitivo, seguindo uma linha construtivista.

Quanto aos meios de divulgação deste produto, pode-se colocar este desafio em uma turma com foco em marketing de distribuição e divulgação gerando uma excelente pesquisa de melhores práticas para este objetivo.

Neste momento do trabalho tem-se de colocar que o Jogo do Cidadão é uma ferramenta de aprendizagem que mereceria um desenvolvimento mais aprimorado para que alcance outros alunos de outras faixas etárias e níveis escolares.

O presente trabalho foi limitado em seu alcance educacional, excluindo do escopo as séries finais do ensino fundamental e as do ensino médio. Em função do tempo escasso foi criada uma interface e conteúdo para esta primeira faixa de ensino que compreende os cinco primeiros anos do ensino fundamental.

Propõe-se que sejam ampliados os recursos do Jogo dando continuidade a este desenvolvimento a fim de poder contemplar as séries posteriores do ensino fundamental (6ª a 9ª) e também as séries do ensino médio.

Para tal, precisam ser criados outros níveis de dificuldade nas questões através de opcionais de baralhos para outros ODS em diversos patamares de conhecimento; e também o desenvolvimento de um tabuleiro mais elaborado com regras mais desafiadoras.

Uma opção viável seria digitalizar o jogo portando-o para a ambiente web, disponibilizando-o em browsers de computador e em aplicativo para dispositivos mobile. Neste ambiente os tabuleiros poderiam ser criados pelos professores, com

percursos maiores ou menores, com mais ou menos ODS compreendidas, com regras mais desafiadoras

Na versão web, pode-se disponibilizar upgrades de conteúdo e de interfaces contemplando outros ODS e mesmo outros conteúdos levantados como necessários pelas escolas e pelos municípios. Este projeto pode ser estendido para outros municípios, primeiramente para os compreendidos pela AMFRI e também para outros mais distantes desta região.

Pode-se também criar uma plataforma comercial para desenvolvimento de jogos para empresas que queiram abraçar este projeto de divulgação dos ODS, tais como as construtoras que tenham que oferecer algumas contrapartidas aos Governos em forma de ações de âmbito social e educacional.

Pode-se esperar que se necessária uma campanha em dois tempos para implementação efetiva do uso do Jogo do Cidadão nas escolas; um primeiro momento se dá na apresentação do Jogo e seus benefícios para os Gestores e professores das escolas do município de Balneário Piçarras e em um segundo momento precisa-se apresentar este Jogo aos alunos.

Para atender a primeira etapa, seria necessária uma oportunidade em algum evento educacional, ou mesmo uma reunião formal da comunidade docente, onde estivessem reunidos os principais gestores, os diretores e os professores das escolas.

Para os alunos o Jogo do Cidadão pode ser utilizado como uma atividade incorporada a uma matéria específica que trate de conceitos de cidadania ou mesmo como substituto de uma aula de educação física que não pode ser dada por razões de clima ou outro motivo, como uma atividade dirigida que pode ou não ser cobrada como avaliação. Ainda pode ser disponibilizado como recreação para os momentos que esta se faz necessária em ambiente fechado em função de fatores externos e alheios a vontade dos docentes. Neste caso poderiam ser distribuídos alguns tabuleiros para livre diversão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto aborda uma proposta lúdica para auxiliar na elaboração de conceitos de cidadania e sustentabilidade alicerçados nos ODS, que uma criança pode assimilar nesta fase de sua vida. Estes conceitos, uma vez assimilados farão parte de seu cotidiano e farão desta criança um adulto mais responsável na sociedade.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram trabalhados, e deixaram uma sensação de necessidade de continuidade e aprimoramento, pois o material a ser trabalhado é extenso e pode ser adaptado a diversos segmentos da sociedade e aos mais diversos objetivos dos ODS.

A criação do Jogo em foi concluída, com a entrega de um protótipo do “Jogo do Cidadão” completo, com todos os componentes necessários, um dado, quatro peões, as cartas, as regras e o tabuleiro.

Corroborando com o que foi proposto, também se procedeu uma análise dos possíveis benefícios com a utilização do Jogo quanto ao aprendizado e a motivação para utilizá-lo.

Postula-se ainda propostas de estratégias de apresentação do produto em dois momentos distintos: para os professores e gestores da educação e também em um segundo momento para os alunos que irão usufruir do Jogo como ferramenta de diversão e aprendizagem.

O embasamento teórico para esta empreitada propiciou um aprendizado importante para a vida dos pesquisadores, que levarão este conhecimento e aplicarão em suas vidas. O recurso extremamente limitado foi o tempo, existindo muito a ser feito e o tempo se fazendo escasso durante o desenvolvimento.

O Governo do Estado de Santa Catarina, através do PROESDE, foi para a equipe a mola propulsora da criatividade e do trabalho, aplicado a uma proposta de produzir algo útil e aplicável, com um custo que se acredita ser baixo pelo benefício que pode proporcionar às gerações vindouras.

O PROESDE é uma chance para os estudantes de IES que tenham uma ideia e a vontade de se dedicar a algo que seja feito em prol da comunidade, desenvolverem esta ideia, propondo soluções para melhoria da vida dos cidadãos.

O Jogo do Cidadão é um projeto ainda embrionário, e poderia frutificar com o desenvolvimento de outros baralhos e tabuleiros para séries mais avançadas,

atingindo os últimos anos do ensino fundamental e os alunos do ensino médio, para tanto seria necessário um período maior de tempo, para que a equipe pudesse trabalhar nestes desenvolvimentos e na análise de satisfação dos educadores e educandos.

O Desenvolvimento deste instrumento lúdico de ensino teve um investimento de cerca de R\$250,00 e muitas horas de trabalho. Os materiais necessários para a construção física do Jogo foram: 2 folhas de Papel Paraná, 01 peça de acrílico de 3mm de 50X100cm, 100cm de plástico adesivo, 01 vinil plotado com o tabuleiro, 01 rolha, cola de EVA, 02 folhas de papel adesivo formato A2, 25 folhas de papel couche de 220g e 25 folhas de papel adesivo A4.

Utilizou-se de ferramentas amadoras e de alguma experiência da equipe em trabalhos desta natureza com uso de gravadoras, esmeril, retificas portáteis entre outras ferramentas caseiras.

Um eventual lote produzido de forma profissional por uma empresa do ramo teria um custo muito diferente do protótipo apresentado, tendo sido cotada uma produção de 50 tabuleiros pelo valor unitário de 25 (vinte e cinco) reais com peões de madeira tingida e tabuleiro acartonado, porém sem embalagem.

Salienta-se novamente a necessidade de um desenvolvimento Web que possa baratear e assim alcançar uma parcela maior de estudantes dos diversos municípios deste País, tanto no ensino público quanto no ensino particular.

Considerando a limitação do tempo, sugere-se que trabalhos futuros possam aplicar a proposta desse estudo, incluindo nos resultados a avaliação dos resultados por equipe multidisciplinar que trabalhe com crianças e a própria participação e opinião dessas crianças que poderiam colaborar com a percepção sobre o jogo, identificando possíveis falhas ou ganhos.

Por fim, vale ressaltar que os educadores não estão aproveitando as situações prazerosas que os jogos e brincadeiras criam. Tais profissionais se esquecem de que os jogos e as brincadeiras são considerados excelentes auxiliares para fornecer limites, ensinar a conviver com regras e tornar-se um cidadão.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.S., *et al.* "A IMPORTÂNCIA DO JOGO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM." *Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde* 5.2 (2016).

ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 27, n. 83, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania e Democracia. Lua nova: Revista de Cultura Política, 1994

BLANCK, G. Psicologia pedagógica: edição comentada de Liev Semionovich Vigotski. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado 1988.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 219-29.

CARVALHO, Renan. **Cidades Inteligentes, cidadãos atuantes**. 2018. Disponível em: <<http://voluntariadoempresarial.com.br/cidades-inteligentes/>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Cidades inteligentes. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/cidades-inovadoras-2-95-122846.shtml>>. Acesso em 15 dez. 2019

CORRÊA, Evandro Antônio et al. METODOLOGIAS ATIVAS: SALA DE AULA INVERTIDA - UM NOVO JEITO DE APRENDER. **Revista Mundi**: Engenharia, Tecnologia e Gestão, Paranaguá, v. 4, n. 1, p.1-11, mar. 2019.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

DRUCKER, P. F. **As novas realidades**: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

HUNDI, Pablo. Transcrição de Palestra na Conferência Internacional de Cidades Inovadoras (CICI 2014).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. (RE)APRENDENDO A OLHAR. In: GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 13-15.

GOMYDE, André. **As Cinco Camadas das Cidades Inteligentes**. 2018. Disponível em: <<http://redebrasileira.org/materias/3324/as-cinco-camadas-das-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

GUNDLING, E. F. **The 3M way to innovation: balancing people and profit**. 2nd ed. New York: Vintage Books, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas dos Censos demográficos. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 17/11/2019.

LANE, Robert. *Political Ideology: Why the American Common Man Believes What He Does*. New York: Free Press, 1968.

MARCONI, M.A. E LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MORA, M. G. C. Calidad de vida y capacidades humanas. *Revista Geográfica Venezolana*, Mérida, Universidad de Los Andes, v.40, n.2, 1999.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. O jogo e a construção do conhecimento matemático. *Série Ideias* n. 10, São Paulo: FDE, 1992. p. 45-53. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_10_p045-053_c.pdf> Acesso em: 16 Nov. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

PANOSSO, M.G., Souza, S.R. & Haydu, V.B. (2015). Características atribuídas a jogos educativos: uma interpretação analítico-comportamental. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(4).

PORTER, Michael E. (1991) **Estratégia competitiva.**, *Campus*, Rio de Janeiro, 1991.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. *Harvard Business Review*, Boston, v. 68, p. 79-91, 1990

Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras. **Cidade**. 2019. Disponível em: <<https://balneariopicarras.atende.net/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, Wilton Silva dos. Organização curricular baseada em competência na

educação médica. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 86-92, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000100012&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 16 nov. 2019.

M. SAWHNEY, R.C. WOLCOTT, I. ARRONIZ. **The 12 Different Ways for Companies to Innovate**. MIT Sloan Management Review, Spring (2006), pp. 75-81

Secretaria de Educação de Balneário Piçarras. Disponível em: <<http://www.selosocial.com/participante/1454>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, M.J.C. (2008). O jogo como estratégia para resolução de problemas de conteúdo matemático. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12 (1), 279-282.

SKINNER, b. F. (1972). *Tecnologia do ensino* (r. Azzi, trad.). São paulo: e.p.u.

TARAPANOFF, Kira. Referencial teórico: introdução. *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: UnB, 2001. p. 33-49. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14810>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, estando ciente do disposto na Lei nº. 9610 de 18/02/1998, isentando a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, a coordenação do PROESDE DESENVOLVIMENTO e o orientador de conteúdo de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí, 12 de dezembro de 2019.

Nome do aluno: Andrews Tatsch Carvalho

Assinatura: _____

Nome do aluno: Oswaldo Stahlschmidt

Assinatura: _____

Nome do aluno: Robson Uilian Ditadi

Assinatura: _____

Nome do aluno: Suzana Patrícia dos Santos

Assinatura: _____

ANEXO B – ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS**ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS**

Nome dos acadêmicos
ANDREWS TATSCH CARVALHO
OSWALDO STAHLSCHMIDT JÚNIOR
ROBSON UILIAN DITADI
SUZANA PATRICIA DOS SANTOS

Orientador de conteúdo
Prof.^a Maria Eugenia Furtado
Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia

Responsável pelo Curso
Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia

ANEXO C – CONTEÚDO DAS CARTAS

CARTAS ODS 3

1 – A ODS 3 – Boa Saúde e Bem-estar, possui como objetivo alcançar cobertura de saúde universal e dar acesso a medicamentos e vacinas seguras.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

2 - Em relação ao objetivo da ODS 3 (Saúde e bem-estar), quais das ações abaixo poderão ser realizadas?

- A) Incentivar descarte de pilhas e baterias em rios ou praia.
- B) Palestras e oficinas sobre prevenção de doenças.

3 - CONHECIMENTOS GERAIS: Qual a cor da lixeira específica para o plástico?

- A) Azul
- B) Vermelho

4 - CONHECIMENTOS GERAIS: Qual o significado da cor amarelo do semáforo?

- A) Prestar atenção, pois o sinal vai mudar.
- B) Indica que o veículo deve parar.

5 - O que podemos fazer para evitar ficar doente?

- A) Não lavar a mão antes de comer.
- B) Tomar banho, lavar as mãos e usar roupas limpas.

6 – O que devemos fazer para evitar criar focos de mosquito?

- A) Colocar areia nos pratinhos dos vasos de plantas
- B) Deixar pneus descobertos em locais que pega chuva.

7 - CONHECIMENTOS GERAIS: Em qual mês se comemora o Dia das Mães?

- A) Maio
- B) Abril

8 – Qual inseto transmite a dengue?

- A) Chikungunya
- B) Aedes Aegypti

9 – Quantas vezes devemos escovar os dentes?

- A) 3 vezes ao dia.
- B) Depois de todas as refeições.

10 – Para que serve as vacinas?

- A) Prevenir algumas doenças
- B) Curar as pessoas de algumas doenças

11 – CONHECIMENTOS GERAIS: Quantas horas tem um dia?

- A) 24
- B) 21

12 – O que podemos fazer para evitar pegar piolho?

- A) Evitar compartilhar pentes os bonés.
- B) Ficar sempre com o cabelo solto e limpo

13 – É possível diferenciar a picada do mosquito que transmite a Dengue e a picada do mosquito normal?

- A) Não, a picada dos dois tem os mesmos sintomas
- B) Sim, a picada do mosquito da dengue deixa as bordas amareladas.

14 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual a estação mais quente do ano?

- A) Outono
- B) Verão

15 – Qual inseto transmite a doença de Chagas?

- A) Aedes Aegypt
- B) Barbeiro

16 – Quais cuidados devemos tomar para evitar ser contaminados com as doenças transmitidas pela picada de mosquitos?

- A) Usar roupas de mangas longas e usar repelentes.
- B) Não usar tela nas janelas.

17 – CONHECIMENTOS GERAIS: O que fazer com o lixo eletrônico – pilhas, baterias e equipamentos quebrados?

- A) Armazenar em casa o máximo de tempo que der
- B) Procurar locais específicos para seu descarte.

18 – Qual o nome da profissão responsável por apagar incêndios?

- A) Bombeiro
- B) Enfermeiro

19 – Por que devemos lavar as mãos?

- A) Apenas para deixar as mãos cheirosas.
- B) Para evitar os germes que podem causar doenças.

20 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual é a estação mais florida do ano?

- A) Primavera
- B) Outono

21 – Qual das doenças abaixo não possui vacina?

- A) Febre Amarela.
- C) Sífilis.

22 – Qual é o número do SAMU?

- A) 193
- B) 192

23 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual é o maior país do Planeta?

- A) Estados Unidos.
- B) Rússia.

24 – Complete: A _____ é um alimento com pouquíssimos nutrientes.

A) Salsicha.

B) Cenoura.

25 – É uma das metas do ODS 3, até 2030...

A) Reduzir o número de mortes materna

B) Aumentar o número de desemprego da população

26 – Qual desses não é um sintoma da tuberculose?

A) Dores na articulação.

B) Tosse.

27 – Qual é o número do corpo de bombeiros?

A) 195.

B) 193.

28 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual a estação mais fria do ano?

A) Outono

B) Inverno

29 – Como podemos prevenir a febre amarela?

A) Tomando remédio.

B) Tomando vacina.

30 – Qual dos alimentos listados a baixo, deve ser menos consumido?

A) Verduras.

B) Refrigerante.

CARTAS ODS 4

1 - O objetivo 4, Educação de Qualidade, busca:

- A) Assegurar educação de qualidade ao longo da vida
- B) Assegurar educação de baixa qualidade no período escolar

2 - O que significa a sigla “ODS”?

- A) Organização de Desenvoltura Social.
- B) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3 - CONHECIMENTOS GERAIS: Quais são as principais cidades vizinhas a Balneário Piçarras?

- A) Penha, Barra Velha e Ilhota.
- B) Florianópolis, São José e Palhoça.

4 - Qual é o centro do objetivo 4, Educação de qualidade?

- A) Promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos.
- B) Instigar pessoas da terceira idade a praticar yoga.

5 - É correto afirmar que sem a educação, outros direitos, como a liberdade e acesso à saúde são limitados, afetando a qualidade de vida?

- A) Sim.
- B) Não.

6 - A educação é um direito humano para todos os indivíduos. Esta afirmação está correta?

- A) Sim.
- B) Não.

7 - CONHECIMENTOS GERAIS: Quais são as cores da bandeira do Brasil?

- A) Verde, amarelo e azul.
- B) Branco, amarelo e vermelho.

8 - Estima-se que quantas crianças espalhadas pelo mundo não sejam capazes de ler e escrever:

- A) 250 milhões.
- B) 4 milhões.

9 - CONHECIMENTOS GERAIS: Quantos continentes tem no mundo?

- A) 4
- B) 6

10 – Não existem adulto que não sabem ler e nem escrever. Essa afirmação está correta?

- A) Sim
- B) Não

11 - Está correto dizer que tanto meninos quanto meninas devem ter a mesma educação?

- A) Sim. igualdade a partir da educação.
- B) Não, não há necessidade.

12 – Para que todos tenham uma boa educação, é necessário que:

- A) A educação de qualidade gratuita
- B) Que as crianças não possam ir à escola

13 - CONHECIMENTOS GERAIS: Como preservar árvores e florestas?

- A) construindo uma casa na árvore.
- B) reciclando papéis, jornais e revistas.

14 – Uma das coisas mais importantes para que a educação seja de qualidade é os:

- A) Professores.
- B) Marinheiros.

15 - CONHECIMENTOS GERAIS: Quanto é 24 dividido por 3?

- A) 8
- B) 7

16 - É um dos problemas a serem tratados pela Educação:

- A) Falta de professores e falta de acesso à educação.
- B) Falta de banheiros químicos nas praias de Santos.

17 - CONHECIMENTOS GERAIS: São quantas cores primárias?

- A) 3
- B) 5

18 – Podemos usar tecnologia na educação, a partir da internet, jogos, música e vídeos, para que assim, seja possível aprender de maneira mais divertida.

- A) Verdadeiro
- B) falso

19 - É uma das funções principais da educação:

- A) Facilitar o mundo do conhecimento.
- B) Facilitar a comunicação com os animais.

20 - CONHECIMENTOS GERAIS: O que está escrito na bandeira do Brasil?

- A) Pátria Amada Brasil.
- B) Ordem e Progresso.

21- Somente o acesso à escola é suficiente para a formação do cidadão?

- A) Sim.
- B) Não.

22 – O ensino fundamental vai até que ano?

- A) 8º ano
- B) 9º ano

23 – CONHECIMENTOS GERAIS: Azul e amarelo misturado formam a cor?

- A) Verde
- B) Roxo

24 – Aproximadamente, qual é o número de crianças que não frequentam a escola no mundo?

A) 58 Milhões.

B) 2 Milhões.

25 – CONHECIMENTOS GERAIS: Em que continente o Brasil está localizado?

A) América

B) África

26 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual o maior animal vivo no mundo?

A) Baleia azul.

B) Elefante.

27 – Telefones celulares, tablets e leitores de livros nas escolas podem ajudar na educação?

A) Sim, se utilizadas da forma correta.

B) Não.

28 – A educação de baixa qualidade pode fazer com que o país se desenvolva menos?

A) Sim.

B) Não.

29 – CONHECIMENTOS GERAIS: Vermelho e azul misturado formam a cor?

A) Roxa.

B) Amarelo.

30 – Jogos de tabuleiro podem ajudar as crianças a aprenderem de forma mais divertida?

A) Sim.

B) Não.

CARTAS ODS 11

1 – Uma das metas da ODS 11 é que até 2030 todos tenham acesso a moradia segura, adequada e a preço acessível.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

2 – São exemplos de lixo orgânico:

- A) Sacolas e garrafas pet.
- B) restos de alimentos, frutas.

3 – CONHECIMENTOS GERAIS: Qual dos gases abaixo não é conhecido como um dos gases do efeito estufa – GEE?

- A) N_2O – óxido nitroso.
- B) O_2 – oxigênio.

4 – O que podemos fazer para ajudar o desenvolvimento sustentável?

- A) Aumentar o desperdício de água.
- B) Evitar os produtos descartáveis.

5- É seguro que crianças andem de carro no banco da frente sem cinto de segurança.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

6 – Jogar lixo nas ruas, estradas e avenidas não é permitido.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

7 - CONHECIMENTOS GERAIS: Qual é o número para discar o serviço da Polícia Militar?

A) 191.

B) 190.

8 – A partir de qual idade o transporte público passa a ser gratuito?

A) 60

B) 65

9 - O mau uso e o descarte incorreto de sacolinhas plásticas é uma das vilãs da sustentabilidade?

A) Sim.

B) Não.

10 - Qual das opções é a correta para evitar o desperdício de água?

A) Desligar as torneiras e tomar banhos mais curtos.

B) Lavar as calçadas com mangueira e banhos longos.

11 - CONHECIMENTOS GERAIS: Qual é o maior oceano do planeta terra?

A) Oceano atlântico.

B) Oceano pacífico.

12 – São exemplo de energias renováveis a energia eólica e energia solar.

A) Verdadeiro

B) Falso

13 - Quais destes, não são benefícios da reciclagem?

A) Diminuir o acúmulo de resíduos e evita produzir novos produtos.

B) Aumento na produção de lixo e reduz a poluição.

14 – Podemos ajudar a reciclar, quando separamos o lixo orgânico (resto de comida, guardanapos sujos e resíduos de banheiro) do lixo reciclável (papeis de escritório, plástico e vidro).

C) Verdadeiro

D) Falso

15 - CONHECIMENTOS GERAIS: O Brasil é exemplo em reciclagem de:

- A) Lata de alumínio.
- B) Garrafas plásticas (PET).

16 - Indique uma vantagem da energia solar

- A) Não polui.
- B) Não é renovável.

17 – Aonde devemos atravessar a rua?

- A) Faixa de pedestres
- B) Semáforo com sinal verde para carros

18 - CONHECIMENTOS GERAIS: Quais equipamentos uma bicicleta deve possuir para podermos andar com segurança?

- A) Assento traseiro, Campainha e cestinha.
- B) Campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor

19 – O desenvolvimento sustentável é aquele onde todos jogam lixo no chão e nos rios, e uso energia sem necessidades.

- A) Verdadeiro
- b) Falso

20 - CONHECIMENTOS GERAIS: Por onde deve-se trafegar com a bicicleta:

- A) Na calçada.
- B) Na rua no mesmo sentido dos carros.

21 - Complete - Um trânsito seguro é aquele em que:

- A) Todos ultrapassam uns aos outros.
- B) Todos cumpram as regras e respeitam uns aos outros.

22- CONHECIMENTOS GERAIS: Quanto é 3 multiplicado por 4?

- A) 12
- B) 16

23 – Em que ano o Brasil foi descoberto?

- A) 1800
- B) 1500

24 - CONHECIMENTOS GERAIS: Qual a cor da lixeira específica para o metal?

- A) Cinza.
- B) Amarelo.

25 – O que podemos fazer para ajudar o meio ambiente?

- A) Deixar as luzes acessas
- B) Evitar jogar lixo no chão

26 – Como separar corretamente seu lixo?

- A) separar o lixo orgânico do lixo reciclável.
- B) juntar todo tipo de lixo

27 - É permitido ônibus andar com passageiros acima da lotação máxima.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

28 - É possível diminuir a produção de lixo evitando materiais descartáveis como copos, pratos e talheres plásticos?

- A) Sim
- B) Não

29 - CONHECIMENTOS GERAIS: Aonde se encontra o maior museu oceanográfico da América latina?

- A) Balneário Camboriú
- B) Balneário Piçarras

30 - As Smart Cities que utilizam tecnologias para resolver problemas de maneira mais sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

- A) Verdadeiro
- B) Falso



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO
DANRLEY GONÇALVES DA SILVA
EMANUELA SCHROEDER
MARIELI PORTELLA GLOWCZYNSKI
PAULO MOCELIN

REDE SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIO INFRAESTRUTURA

Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC

ITAJAÍ
2019

DANRLEY GONÇALVES DA SILVA
EMANUELA SCHROEDER
MARIELI PORTELLA GLOWCZYNSKI
PAULO MOCELIN

REDE SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIO INFRAESTRUTURA

Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC

Trabalho desenvolvido para a disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional, Curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento, Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento, oferecido em parceria entre a Universidade do Vale do Itajaí e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Professoras Orientadoras: Maria Eugênia Furtado e Samara Aparecida da Silva Garcia

ITAJAÍ
2019

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado de Santa Catarina pela criação, manutenção e ampliação do Proesde, possibilitando aos inúmeros estudantes a viabilização dos estudos através da bolsa e, à sociedade, uma contribuição com os projetos desenvolvidos;

À Univali, por viabilizar o Proesde até nós;

À equipe de professores, pelos esforços de orientação e direcionamento para o sucesso do projeto e, em especial, às professoras Maria Eugênia e Samara, pela determinação e trabalho incansável;

Aos colegas das inúmeras escolas do conhecimento, por tornarem os sábados ainda mais produtivos e divertidos;

Aos nossos familiares, pela compreensão, apoio e incentivo nesse caminho de descobertas e desafios;

À comunidade de Camboriú (pessoas e entidades), engajada na ideia do projeto, pela disponibilidade em informar sobre a própria realidade, necessidade e interesse no aplicativo Rede Escolar – Auxílio Infraestrutura.

“Não escolha o caminho mais curto. Escolha o caminho em que o final é melhor, mesmo que mais demorado” (Oséias Oliveira).

EQUIPE TÉCNICA

a) Acadêmicos

Danrley Gonçalves da Silva

Emanuela Schroeder

Marieli Portella Glowczynski

Paulo Mocelin

b) Área de pesquisa

Escolas Estaduais, de Ensino Médio, do município de Camboriú-SC

c) Orientadores de conteúdo

Profa. *MSc.* Maria Eugênia Furtado

Profa. *MSc.* Samara Aparecida da Silva Garcia

d) Responsável pelo Curso

Profa. *MSc.* Samara Aparecida da Silva Garcia

RESUMO

Este trabalho é um modelo de aplicativo escolar, como uma ferramenta tecnológica inovadora. O objetivo geral é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura nas escolas estaduais do município de Camboriú-SC. Os objetivos específicos são apontar possíveis demandas da infraestrutura das escolas estaduais do município, apresentar os benefícios do uso de um aplicativo, e, sugerir um modelo de aplicativo. A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo. A metodologia em relação à abordagem da situação problema é de pesquisa básica dirigida, pois houve envolvimento com a comunidade educacional do município e diferentes entidades para fins de diagnóstico; quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada; do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória; e, quanto à técnica, se define como pesquisa bibliográfica. O resultado é a idealização de um aplicativo intitulado “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”, e respectiva página da internet, com administração e moderação pelos gestores escolares. Se define como um projeto social, visando manter adequadamente a infraestrutura escolar, pelo envolvimento e interação entre comunidade escolar (informam a necessidade na infraestrutura), pais (ajudam na solução conforme suas expertises), empresas privadas parceiras (viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, esta mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais nesses estabelecimentos) e, comunidade em geral.

Palavras-chave: Inovação. Escola. Participação Cidadã. Infraestrutura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Camboriú na década de 30, aproximadamente	19
Figura 2 – Camboriú vista quase na mesma posição da Figura 1, em retrato antigo, mas sem data definida	19
Figura 3 – Mapa com indicação das 5 escolas estaduais existentes em Camboriú e 1 Unidade de Supletivo	21
Figura 4 – Vista aérea de Camboriú e, ao fundo, Balneário Camboriú	22
Figura 5 – Tela inicial do app “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura” ..	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos participantes da pesquisa	39
Quadro 2 – Conhecimento de alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú	40
Quadro 3 – Necessidade, benefícios, aceitação e interesse de uso do aplicativo “Auxílio Infraestrutura”	41
Quadro 4 – Perfil dos usuários de “Minha Conta”	45

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1 - Eeb Prof. José Arantes, Centro (a partir da esquerda: Acadêmicos Paulo e Danrley, diretora Marciana e supervisor Alcides)36**
- Fotografia 2 - Eeb Prof. José Arantes, Centro (a partir da direita: Acadêmico Danrley, diretora Marciana e supervisor Alcides).....37**
- Fotografia 3 - Eeb Prefeito Amadio Dalago e UD de Camboriú (Supletivo), Bairro Cedro.....37**
- Fotografia 4 - Eeb Prof. Mário Garcia, Bairro Lídia Duarte.....38**
- Fotografia 5 - Eeb Profa. Maria Terezinha Garcia, Bairro Monte Alegre e acadêmica Emanuela38**
- Fotografia 6 - Eeb Alcuíno Gonçalo Vieira, Bairro Tabuleiro39**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos.....	12
1.1.1 Objetivo Geral.....	12
1.1.2 Objetivos Específicos	12
1.2 Justificativa da Realização do Projeto	12
1.3 Aspectos Metodológicos.....	14
1.4 Técnicas de Coleta e Análise dos Dados	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	17
3 REFERENCIALTEÓRICO	23
3.1 Inovação	23
3.1.1 No Município de Camboriú-SC.....	25
3.2 Inovação Tecnológica.....	26
3.3 Educação como Direito Fundamental	28
3.4 Participação Cidadã na Escola	30
3.5 Infraestrutura Escolar	31
4 RESULTADOS ALCANÇADOS	34
4.1 Narrativa da Coleta de Dados.....	34
4.2 Planificação e Interpretação das Opiniões.....	39
4.3 Proposição do Aplicativo como Inovação Tecnológica às Escolas.....	43
5 SUGESTÕES.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	56
LISTA DE ANEXOS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto é um modelo de aplicativo escolar, como uma ferramenta tecnológica inovadora.

Trata-se de uma iniciativa que tem como finalidade o desenvolvimento educacional no âmbito regional selecionado – município de Camboriú-SC, que demonstrou interesse e apoio através de entidades locais e do poder público responsável pela educação estadual do município.

O desenvolvimento educacional refere-se à rede estadual de educação do município, com foco na manutenção e/ou melhoria da infraestrutura.

As contribuições para a educação pública retratam uma participação cidadã, na solução de problemas e/ou demandas de interesse, para que os estudantes tenham uma educação de qualidade. Em tese, trata-se de um desejo de todos os parceiros das escolas, pois é senso comum que significa um importante caminho de transformação e melhoria da vida em sociedade.

A elaboração do projeto é uma contribuição acadêmica, via PROESDE, para a solução de problemas de infraestrutura que acontecem nas escolas, mas que os pais e empresas da comunidade podem resolver, de forma rápida, prática, e sem a intervenção do Estado, quando compatível com a capacidade local. Tende a gerar um impacto positivo na qualidade da educação, bem como, um sentimento de pertencimento comunidade-escola, pela interação entre alunos, pais, escolas, empresas privadas e comunidade em geral.

A viabilidade de promover a participação cidadã, a exemplo, na manutenção e/ou melhoria da infraestrutura escolar, está no uso da inovação tecnológica, através de um aplicativo da web. Um aplicativo é fácil de ser usado, é acessível pela popularização da internet (quase todos 'ligados' o tempo todo), é democrático pelo conteúdo ser visualizado/compartilhado simultaneamente por todos conectados na web, e, possibilita a imediatidade de ação esperada nos tempos modernos.

Sabe-se que um aplicativo de 'Auxílio Infraestrutura' às Escolas Estaduais de Camboriú-SC não é suficiente para resolver todas as necessidades de manutenção e/ou melhorias, mas é uma alternativa de conscientização da comunidade envolvida de que a educação é dever do Estado, mas também da família em colaboração com a sociedade.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura nas escolas estaduais do município de Camboriú-SC.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- 1) Apontar possíveis demandas de infraestrutura das escolas estaduais do município de Camboriú;
- 2) Apresentar os benefícios do uso de um aplicativo como ferramenta inovadora;
- 3) Sugerir um modelo de aplicativo para auxiliar na manutenção e/ou melhoria na infraestrutura das escolas estaduais de Camboriú-SC.

1.2 Justificativa da realização do projeto

A razão que justifica a proposição de um aplicativo de 'Auxílio Infraestrutura' às Escolas Estaduais de Camboriú-SC está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF¹), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo, consoante ao dispositivo constitucional:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

O direito de todos à educação e dever de outros entes, além do Estado, é um chamamento à participação cidadã, a qual pode ser otimizada com uma gestão democrática, a exemplo, nas escolas, onde o fazer educação está institucionalizado, oficialmente. Nesse sentido, Lima² destaca que:

A gestão democrática da escola não é apenas, nem sobretudo, um problema organizacional e de gestão, mas antes uma questão central ao processo de democratização da educação, de expansão e realização do direito à educação, de possibilidade de educar *para e pela* democracia e a participação. Com efeito, a gestão democrática implica a assunção de especiais responsabilidades na organização e no governo das escolas, tendo em vista concretizar o direito à educação, não só na lógica da provisão pública, mas também na lógica da promoção dos direitos humanos e da participação dos implicados na organização e gestão da educação.

Uma das relevâncias da gestão democrática está no incentivo à participação dos pais, de forma efetiva, na vida da escola e, por consequência, dos seus filhos, já que a modernidade costuma sacrificar o tempo junto da família. Erroneamente, a escola é cobrada por toda educação dos filhos, enquanto sua responsabilidade é com a educação formal, ou seja, com o “[...] desenvolvimento pessoal do aluno através da sua formação em diferentes matérias”³.

Outra relevância da gestão democrática está no chamamento das empresas da comunidade para dentro da escola, pois elas podem contribuir com questões tecnológicas, administrativas e de recursos para uma administração escolar mais eficiente e participativa, além de dar perspectivas e objetivos para os alunos.

Daí a importância do presente projeto – a comunhão da sociedade na escola, os pais mais presentes na vida escolar dos filhos, a atenção de ambos para com a manutenção e/ou melhoria da infraestrutura da escola – tudo isso sendo possível com o uso de tecnologia (aplicativo) e método de comunicação atual (internet e celular). Significa participação na promoção da educação para a formação de melhores estudantes, pessoas, profissionais e cidadãos para o município de Camboriú-SC, bem como fomento dos negócios entre a comunidade, pois, provavelmente, gerará comprometimento e engajamento.

² LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 24, mar./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

³ EDITORIAL. Conceito de educação formal. **Que Conceito**, São Paulo. Disponível em: <https://queconceito.com.br/educacao-formal>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Entende-se que a sociedade sairá ganhadora ao ter a escola pública como um grande *hub* de forças, ou seja, um grande eixo, principalmente pela importância da educação na formação dessa mesma sociedade.

1.3 Aspectos Metodológicos

O caminho, quanto à natureza, a ser trilhado na pesquisa, para fins de desenvolvimento de um projeto de inovação tecnológica junto às escolas estaduais do município de Camboriú é denominado de pesquisa básica dirigida, conforme classificação adotada no art. 2º, II, a, do Decreto nº 5.798/2006⁴, que define:

II - pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, as atividades de:

a) pesquisa básica dirigida: os trabalhos executados com o objetivo de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores.

Portanto, é uma ampliação da definição tradicional de pesquisa básica ou pura que “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas”⁵.

A abordagem da situação problema é de pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa visa assumir diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação⁶.

Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória, que, normalmente, é “[...] o passo inicial no processo de pesquisa [...] restringindo-se

⁴ BRASIL. **Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006**. Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5798.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.

⁵ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 42.

⁶ MAANEN *apud* NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”⁷.

E, do ponto de vista técnico, a pesquisa se define como bibliográfica, que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e impressos diversos⁸.

1.4 Técnicas de Coleta e Análise dos Dados

Os dados a serem coletados virão de fontes primárias, pois serão coletados pela primeira vez, junto à população em estudo nas escolas públicas estaduais de Camboriú e entorno⁹:

- 1) Eeb Prefeito Amadio Dalago, Cedro, fone: 3398-6227;
- 2) Eeb Professor José Arantes, Centro, fone: 3398-6223
- 3) Eeb Professora Maria Terezinha Garcia, Monte Alegre, fone: 3363-7407;
- 4) Eeb Professor Mario Garcia, Lídia Duarte, fone: 3365-1044;
- 5) Eeb Alcuíno Gonçalo Vieira, Tabuleiro, fone: 3398-6229;
- 6) UD de Camboriú, Cedro, fone: 47 3365-2809;

Os participantes das escolas e entorno serão os diretores; representantes de professores, de alunos, de pais, de empresários e do poder público municipal – secretaria municipal de educação. Do poder público estadual, representante da Coordenadoria Regional de Itajaí (R. Jorge Matos, 21, Centro, Itajaí)¹⁰.

O instrumento de coleta de dados será um questionário (APÊNDICE A), pelo baixo custo, fácil de ser aplicado, mede atitude/opinião, mesmas questões para todos os participantes e diferentes tipos de questões (fechada, aberta, múltipla escolha, resposta numérica ou do tipo sim ou não¹¹.

⁷ CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

⁸ GIL, Antonio Calos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

⁹ SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Portal da educação**: institucional. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁰ SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Coordenadorias Regionais de Educação**. Disponível em: Acesso em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/coordenadorias-regionais>. 23 jan. 2020.

¹¹ BARBOSA, Eduardo. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais**. Disponível em:

A análise e interpretação dos dados, após a planificação dos dados coletados, será realizada em função do alcance dos objetivos do projeto, sobre as possíveis demandas da infraestrutura das escolas estaduais do município, dos benefícios do uso de um aplicativo e de sugestão de modelo de aplicativo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Como contextualização do município de Camboriú-SC realiza-se uma abordagem histórica, desde a origem do nome e colonização até os dias atuais, finalizando com o cenário da educação estadual no município.

A origem popular do nome Camboriú se refere a uma grande curva do rio na localidade, daí os moradores ao fazerem referência ao lugar “[...] diziam que era ali onde “camba o rio”¹². Existem outras versões. Cita-se a versão que a Prefeitura de Camboriú refere na página oficial do município, do historiador Corrêa¹³:

O significado do nome Camboriú é de origem guarani e vem do termo original CAMBORIGUASSU. Segundo documentos datados desde 1501 [...], Cambori era o termo que os autóctones usavam para denominar um peixe que hoje chamamos de robalo. O sufixo guassu ou guaçu, açu ou simplesmente ú, significa grande. Tese essa sustentado pelos principais cientistas do século XIX, que estudaram a sua etimologia [...].

Pela lei do menor esforço ou corruptela do linguajar popular [...], o termo foi aprimorado para Camboriú, nome que consta no autógrafo da lei 1076.

A citada Lei Provincial (Nº. 1.076), onde consta o nome Camboriú, é de 5 de abril de 1884 (século XIX) – data da criação do município e de aniversário. Antes era Distrito com o nome Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú (Lei Provincial Nº. 292/1849)¹⁴. A história, até a emancipação política como município, está assim registrada:

A colonização em Camboriú aconteceu [...] com Baltazar Pinto Corrêa, natural [...] de Portugal. Inicialmente ele veio para Porto Belo. Provavelmente chegou aqui em 1821. Ele requereu uma carta sesmaria para ocupar uma gleba de terra e iniciar um povoamento [...].

Ele recebeu a carta de sesmaria no dia 26 de setembro de 1826, depois de passar longos anos embaraçada na burocracia da Coroa no final do governo de D. João VI. Essa colonização iniciou no Canto

¹² BLOG. **História de Balneário Camboriú**: Teorias sobre o significado do nome “Camboriú”. Disponível em: <https://historiabalneariocamboriu.com.br/teorias-sobre-o-significado-do-nome-camboriu/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹³ CORRÊA, Isaque de Borba. **Prefeitura de Camboriú**: história. Disponível em: <http://www.camboriu.sc.gov.br/estudante.php>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁴ CORRÊA, Isaque de Borba. **Prefeitura de Camboriú**: história. Disponível em: <http://www.camboriu.sc.gov.br/estudante.php>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Norte da Praia, [...] depois seguiu para a localidade hoje conhecida como “Barra” onde foi criado o município de Camboriú.

Outros vieram mais tarde, sempre atraídos pela fertilidade das terras. Destacamos o colonizador Alferes da Guarda Nacional, Tomaz Francisco Garcia, o primeiro a estabelecer-se com sua família e escravos, na atual cidade, a que, por longos anos, chamaram "Garcia", em homenagem ao seu fundador.

Pertencente, de início, a Porto Belo, integrou mais tarde o território de Itajaí, até a data de sua emancipação [...]. "Barra", foi inicialmente sede do município, mas a "Vila Garcia", hoje Cidade de Camboriú, dado o seu crescente progresso [...], passou a ser o centro administrativo a partir de 1890¹⁵.

Em 1964, por lei estadual, o então Distrito de Praia de Camboriú deixa de pertencer à Camboriú, em razão da emancipação política, passando a chamar-se município de Balneário Camboriú. Na divisão territorial de 1979, Camboriú é constituído pelo distrito sede. Mais tarde “é criado o distrito de Monte Alegre e anexado ao município de Camboriú”¹⁶.

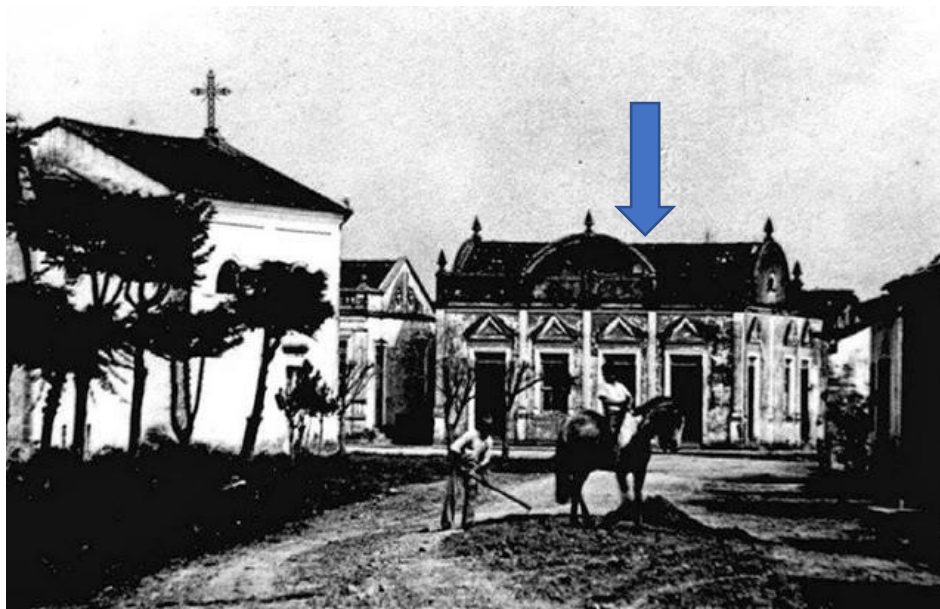
Algumas fotografias marcam épocas de Camboriú, conforme Figuras 1 e 2. A Figura 1, retrata a sede administrativa de Camboriú nos anos 30 e, a Figura 2, mais ou menos na mesma posição geográfica, é um retrato também antigo, mas sem data definida.

É possível ver que a casa da Figura 1 (em frente à igreja matriz), com molduras de arcos no telhado e de triângulos acima das portas e janelas é a mesma da Figura 2, em frente à praça (atualmente praça da mesma igreja matriz). A referida comparação dá uma ideia de como o centro (chamada sede administrativa) de Camboriú foi crescendo.

¹⁵ CORRÊA, Isaque de Borba. **Prefeitura de Camboriú: história**. Disponível em: <http://www.camboriu.sc.gov.br/estudante.php>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁶ IBGE. **Camboriú**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/camboriu/historico>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Figura 1 – Camboriú na década de 30, aproximadamente



Fonte: Terra Camboriú¹⁷

Figura 2 – Camboriú vista quase na mesma posição da Figura 1, em retrato antigo, mas sem data definida



Fonte: Terra Camboriú¹⁸

¹⁷ TERRA CAMBORIÚ. **Algumas fotos antigas de Camboriú.** 2 out. 2013. Disponível em: <http://terracamboriu.blogspot.com/2013/10/fotos-antigas-de-camboriu.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

¹⁸ TERRA CAMBORIÚ. **Algumas fotos antigas de Camboriú.** 2 out. 2013. Disponível em: <http://terracamboriu.blogspot.com/2013/10/fotos-antigas-de-camboriu.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

Contudo, é senso comum que a história de desenvolvimento do município de Camboriú como um todo, desacelerou diante de fatos históricos de desenvolvimento regional: a emancipação de Balneário Camboriú, em 1964, que não parava de crescer; e, a inauguração do novo trajeto da BR 101, em 1970¹⁹, que inutilizou o antigo caminho da rodovia que passava “dentro” da cidade de Camboriú.

O despertar ocorreu na década de 80, por diferentes fatores, tais como: migração para Camboriú de parte da mão-de-obra de Balneário Camboriú, fugindo do elevado custo de vida; criação dos distritos industriais do município; lançamento do Turismo Ecológico-Rural²⁰. Contudo, a criação de loteamentos nem sempre com infraestrutura básica e a degradação dos mananciais, são algumas das consequências da explosão demográfica, urbana e rural, no município.

Conforme dados do IBGE/2019²¹, Camboriú tem uma população de 82.989 habitantes, ocupa uma área de 212 km² e, faz divisa com: Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Canelinha e Brusque.

Para atender a população no aspecto educacional, o município tem escolas particulares e escolas públicas, e estas, de administração federal, municipal e estadual.

A oferta de educação pública federal é o Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú²².

A oferta de educação pública municipal é de “[...] 15 Escolas de Ensino Fundamental, sendo 03 de Campo, 14 Centros de Educação Infantil (CEI) e 02 Centros de Educação Municipal de Jovens e Adultos (CEMJA)”²³.

A oferta de educação pública estadual em Camboriú, foco do presente projeto, é de 5 (cinco) escolas de educação básica (Eeb), contemplando ensino fundamental e/ou ensino médio e 1 (uma) unidade de ensino médio supletivo²⁴: 1) Eeb Prefeito

¹⁹ PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122011000100010. Acesso em: 23 jan. 2020.

²⁰ WIKIPÉDIA. **Camboriú**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cambori%C3%BA>. Acesso em: 23 jan. 2020.

²¹ PORTAL DE TURISMO DE CAMBORIÚ. **Camboriú**. Disponível em: <https://turismo.camboriu.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 23 jan. 2020.

²² IFC. **Campus Camboriú**. Disponível em: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

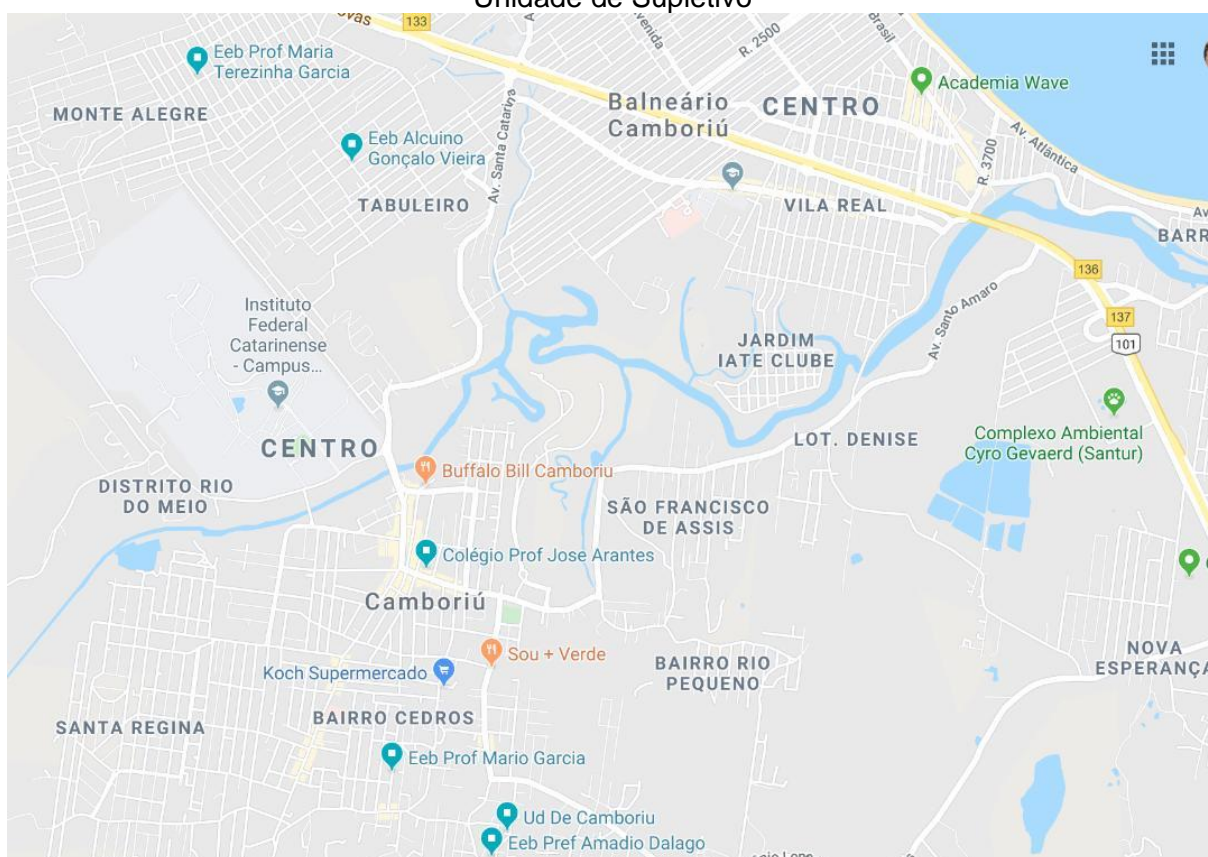
²³ CAMBORIÚ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A Secretaria. Disponível em: <http://ed.Rua: Jorge Matos, 21- Centro - Itajaíucacao.cidadedecamboriu.sc.gov.br//a-secretaria/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

²⁴ SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Portal da educação: institucional. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Amadio Dalago, Cedro, fone: 47 3398-6227; 2) Eeb Professor José Arantes, Centro, fone: 47 3398-6223; 3) Eeb Professora Maria Terezinha Garcia, Monte Alegre, fone: 47 3363-7407; 4) Eeb Professor Mario Garcia, Lídia Duarte, fone: 47 3365-1044; 5) Eeb Alcuíno Gonçalves Vieira, Tabuleiro, fone: 3398-6229; 6) UD de Camboriú, Cedro, fone: 47 3365-2809. Pertencem à Coordenadoria Regional de Itajaí (R. Jorge Matos, 21, Centro, Itajaí)²⁵.

A localização das 6 (seis) escolas públicas estaduais no município de Camboriú, por bairro (Cedro, Centro, Monte Alegre, Lídia Duarte, Tabuleiro), pode ser visualizada, conforme marcador verde, no mapa (Figura 3)²⁶.

Figura 3 – Mapa com indicação das 5 escolas estaduais existentes em Camboriú e 1 Unidade de Supletivo



Fonte: Google Maps²⁷

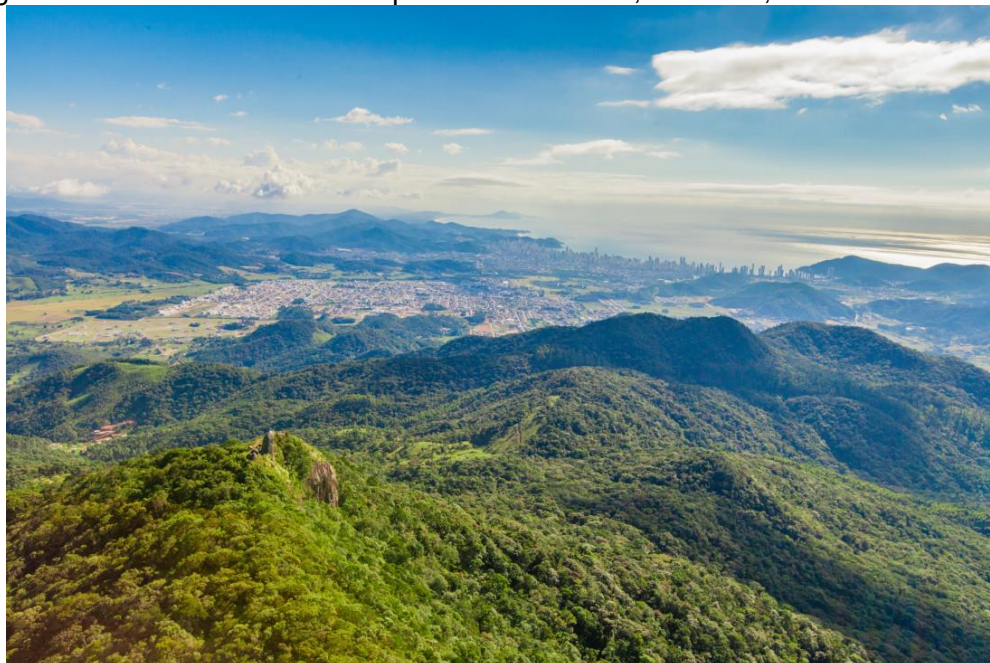
²⁵ SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Coordenadorias Regionais de Educação**. Disponível em: Acesso em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/coordenadorias-regionais>. 23 jan. 2020.

²⁶ CAMBORIÚ. PREFEITURA. Planejamento urbano. Disponível em: http://www.camboriu.sc.gov.br/planejamento_urbano.php; http://www.camboriu.sc.gov.br/extranet/arquivos/mapa/mapa_camboriu_pdf_1481921937488.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

²⁷ GOOGLE MAPS. Mapa de Camboriú. Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2020. https://www.google.com/maps/@-27.0183474,-48.6586154,14.2z/data=!4m3!11m2!2s4TFx92n7pWOqu8_pgpegdeEPhv576w!3e3

A Figura 4, dá uma visão aérea de Camboriú em relação ao município de Balneário Camboriú.

Figura 4 – Vista aérea do município de Camboriú e, ao fundo, Balneário Camboriú



Fonte: Portal de Turismo de Camboriú²⁸

Os principais indicadores do município – do IDHM à indicadores educacionais, são os seguintes:

1) IDHM de 0,726, considerado alto, ocupando a posição 169 entre os municípios de Santa Catarina e 1133 entre os municípios do Brasil²⁹;

2) PIB de R\$ 1.126.989.23, ocupando a posição 39 entre os municípios de Santa Catarina³⁰;

3) Educação com índice 0,567, considerada médio-baixa: 12,6% de abandono escolar; atendimento ao ensino médio de 68,15%; 57,08% de unidades escolares com estrutura mínima adequada; 87,5% de docentes com curso superior no ensino médio³¹.

São indicadores de educação básica a serem trabalhados.

²⁸ PORTAL DE TURISMO DE CAMBORIÚ. **Camboriú**. Disponível em: <https://turismo.camboriu.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 23 jan. 2020.

²⁹ ATLAS BRASIL. 2010.

³⁰ IBGE. 2015.

³¹ FECAM . 2018.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente projeto “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura” (discussão, montagem e criação, com vistas à sua implantação) são fundamentos teóricos sobre inovação, inovação tecnológica, educação como direito fundamental, participação cidadã na escola e, infraestrutura escolar.

3.1 Inovação

A inovação, nos tempos modernos, é parte dominante do novo cenário de cidadãos afeitos e sedentos por iniciativas inovadoras, principalmente com o uso de tecnologia inclusiva e participativa.

A inovação, como ação ou o ato de inovar, é a modificação de antigos costumes, manias, legislações, processos, dentre outros focos, renovando ou criando uma novidade³². Segundo Schumpeter *apud* Lazzarotti, Dalfovo e Hoffmann³³:

[...] a inovação é definida como a formação de novos produtos ou serviços, novos processos, matéria-prima, novos mercados e novas organizações. Em todos esses casos, para assegurar o conceito de novas combinações e se caracterizarem como inovadores é levado em conta que ninguém tenha lançado algo igual ou semelhante ou que tenha experimentado conhecido ou existido.

A inovação pode ser de produto, processo, gestão, material e/ou de mercado, de acordo com a classificação de Schumpeter *apud* Wildt³⁴.

Lazzarotti, Dalfovo e Hoffmann³⁵, referem que a palavra inovação está sendo cada vez mais utilizada “[...] não somente nas organizações, mas nos discursos

³² SIGNIFICADOS. **Significado de inovação**. 2015. Disponível em: <https://www.significados.com.br/inovacao/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

³³ LAZZAROTTI, Fábio; DALFOVO, Michael Samir; HOFFMANN, Valmir Emil. O quê, como e onde da inovação: análise da produção científica em administração sob a perspectiva da abordagem de Schumpeter. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 26., 2010, Vitória. p.2. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/simposio149.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

³⁴ WILDT, Daniel. **Tipos de inovação?** Disponível em: <https://blog.danielwildt.com/2016/08/07/tipos-de-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

³⁵ LAZZAROTTI, Fábio; DALFOVO, Michael Samir; HOFFMANN, Valmir Emil. O quê, como e onde da inovação: análise da produção científica em administração sob a perspectiva da abordagem de Schumpeter. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 26., 2010, Vitória. p.3. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/simposio149.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

políticos, nos textos jornalísticos e até nas rodas sociais”, com conceito, aplicação e utilização “[...] em diferentes áreas do conhecimento”.

A inovação é uma das exigências prioritárias em todos os segmentos sociais, na atualidade.

Inovação surge com os problemas, pois estes geram uma necessidade de solução, em diferentes campos, inclusive na educação.

Cardoso³⁶ explora o conceito de inovação na educação como uma ação efetivamente nova e uma ruptura, fazendo uma comparação com o conceito de renovação:

A inovação não é uma simples renovação, pois implica uma ruptura com a situação vigente, mesmo que seja temporária e parcial. Inovar faz supor trazer à realidade educativa algo efetivamente "novo", ao invés de renovar que implica fazer aparecer algo sob um aspecto novo, não modificando o essencial.

Espera-se que a escola de hoje estimule uma cultura de inovação que gere “[...] novas vivências e possibilidades de aprendizado para os seres humanos que fazem parte dessa comunidade [...]”, ou seja, uma cultura de inovação que desenvolva “[...] competências ligadas ao letramento tecnológico, à resolução criativa de problemas e à realização de projetos, estimulando o protagonismo e a criação do aluno”³⁷.

Uma Cultura de Inovação pode envolver os âmbitos organizacional, curricular, metodológico e físico. Para que seja cultura, o ideal é que todos eles sejam impactados e que todos os participantes do ecossistema — diretores, coordenadores, professores, alunos e outros — estejam no mesmo barco³⁸.

A ideia é que o “PROESDE Inovação” se integre na cultura de inovação das escolas estaduais do município de Camboriú, na categoria de “outros” participantes desse “barco”, com o presente projeto “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”, no âmbito físico das escolas.

³⁶ CARDOSO, Ana Paula P.O. Educação e inovação. **Millenium**, n. 6, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/706/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 26 nov. 2019.

³⁷ NAVE À VELA. **À prova do futuro**: o que é a cultura de inovação na educação. Disponível em: <https://naveavela.com.br/o-que-e-a-cultura-de-inovacao-na-educacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

³⁸ NAVE À VELA. **À prova do futuro**: o que é a cultura de inovação na educação. Disponível em: <https://naveavela.com.br/o-que-e-a-cultura-de-inovacao-na-educacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

3.1.1 Inovação no Município de Camboriú-SC

A inovação no município de Camboriú está sendo trabalhada, a exemplo, em algumas iniciativas institucionalizadas, com base legal.

Existe incentivo à inovação, em nível nacional, amparado constitucionalmente (art. 218, CF³⁹) e, regulamentado pelo Decreto Nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018⁴⁰:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 , na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 , no art. 24, § 3º , e no art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 , e no art. 2º, caput , inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 , e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, **para estabelecer medidas de incentivo à inovação** e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. (grifo dos autores)

Em âmbito regional, a Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (ACIBALC) tem, em sua organização, um Núcleo de Inovação.

O referido Núcleo de Inovação da ACIBALC está com duas iniciativas significativas de inovação.

Uma iniciativa da ACIBALC, em parceria com o Núcleo de Inovação, AMFRI e UNIVALI, é a existência do Prêmio de Inovação da ACIBALC, lançado em 2019, com premiação da 1ª edição em novembro do mesmo ano:

O prêmio tem o objetivo de incentivar e reconhecer os esforços bem sucedidos de inovação das empresas que atuam na região, além de propagar o conceito de inovação como estratégia competitiva para as empresas, conhecendo os níveis de gestão da inovação dos diversos setores e perfis de organizações da região. A premiação contará com quatro categorias: Gestão e Processo, Produtos ou Serviços, Modelo de Negócio e Gestão Pública⁴¹.

Outra iniciativa da ACIBALC é a fundação do Polo Regional de Inovação, com foco tecnológico-econômico, objetivando atrair *startups* e, está sendo trabalhada em

³⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁴⁰ BRASIL. **Decreto Nº. 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm#art83. Acesso em: 25 já, 2020.

⁴¹ AMFRI. ACIBALC lança 1º prêmio de inovação para toda região da AMFRI. Disponível em: <https://amfri.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42287/codNoticia/569559>. Acesso em: 24 jan. 2020.

conjunto com os municípios vizinhos, conforme se verifica pela notícia de reunião, em 31 de outubro de 2019:

Para acelerar o processo de desenvolvimento da inovação tecnológica na região, o Núcleo de Inovação, da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (Acibalc) se reuniu na última quinta-feira, 31, com representantes da Associação Empresarial de Itajaí (ACII), Associação Empresarial de Brusque (ACIBr), Sebrae/SC e BC Investimentos, para a fundação do Polo Regional de Inovação. O encontro aconteceu na sede da Acibalc⁴².

Trata-se de uma tendência, pois “a inovação se tornou uma operação global que funciona 24 horas por dia, em sete dias por semana”⁴³. E, como define Balding⁴⁴: “Inovação é a exploração com sucesso de novas ideias”, justificando tamanha mobilização.

Na medida em que a iniciativa privada do município já está avançando com a ideia de inovação, ciente de que “[...] o crescimento da região ganha força quando trabalha em conjunto”⁴⁵, então também se pode esperar receptividade sobre uma inovação tecnológica, envolvendo escola-comunidade, ora em vias de projeto. Na realidade, o presente projeto pode representar um case de sucesso em gestão pública educacional.

3.2 Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica é relativa à tecnologia. A tecnologia está presente no cotidiano das pessoas, pois é o “[...] uso de técnicas e do conhecimento adquirido para aperfeiçoar e/ou facilitar o trabalho com a arte, a resolução de um

⁴² SOLBAS, Gustavo. BC, Camboriú, Itajaí e Brusque fundam polo regional de inovação. **BC Notícias**, Balneário Camboriú, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bcnoticias.com.br/bc-camboriu-itajai-e-brusque-fundam-polo-regional-de-inovacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁴³ LINDEGAARD, Stefan. **A revolução da inovação aberta**: princípios básicos, obstáculos e habilidades de liderança. São Paulo: Évora, 2011. p. 3. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=E7MAN6lkdA4C&pg=PA4&lpg=PA4&dq=Parece+que+a+inov+a%C3%A7%C3%A3o+est%C3%A1+na+moda&source=bl&ots=iX9W8EeHyk&sig=ACfU3U04YPH5wjHMFaTPGw9mOiQuaDMT3g&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiXp4Dg5JznAhVPIbkGHc2vBPoQ6AEwDHoECAoQAQ#v=onepage&q=Parece%20que%20a%20inova%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20na%20moda&f=false>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁴⁴ BALDING, Nick *apud* ABGI. **O que é inovação**. Disponível em: <https://brasil.abgi-group.com/a-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁴⁵ SOLBAS, Gustavo. BC, Camboriú, Itajaí e Brusque fundam polo regional de inovação. **BC Notícias**, Balneário Camboriú, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bcnoticias.com.br/bc-camboriu-itajai-e-brusque-fundam-polo-regional-de-inovacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

problema ou a execução de uma tarefa específica”, fazendo parte da evolução, e “[...] confundindo-se com a nossa história e abraçando cada segmento das nossas vidas”⁴⁶.

Por sua vez, a tecnologia tem dimensão de inovação, quando causa impacto no desenvolvimento, ou seja, “[...] as **inovações tecnológicas** representam a adoção de técnicas, modelos ou ferramentas mais eficientes que impactam o fator de desenvolvimento de produtos e serviços em geral [...]”⁴⁷ (grifo no original).

Registra-se que “no século XX, alguns campos da tecnologia começaram a se destacar mais do que os outros, como o da tecnologia da informação” (TI), com inovações tecnológicas históricas:

Ou seja, a partir daí podemos encontrar várias novas ramificações, essas bem mais de acordo com o que estamos acostumados a relacionar a essa chamada tecnologia. Ramos como a nanotecnologia, a computação ou a robótica, além de vários outros, passaram a trazer o significado “mais aceito” para o termo.

É por isso que hoje tecnologia é sinônimo de aparelhos cada vez mais inteligentes, sofisticados e rápidos, como o seu computador, tablet ou smartphone. No entanto, não é nada errado dizer que um arco e flecha, por exemplo, também são tecnologia⁴⁸.

Atualmente, a TI é conhecida como tecnologia da informação e comunicação (TIC), sendo “[...] o resultado da fusão de três técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas”, que “[...] criaram no meio educacional um encantamento em relação aos conceitos de espaço e distância [...]”, pois:

O computador interligado à internet extrapolou todos os limites da evolução tecnológica ocorrida até então, pois rompeu com as características tradicionais dos meios de comunicação em massa inventados até o presente momento, enquanto o rádio, o cinema, a imprensa e a televisão são elementos considerados unidirecionais, ou seja, são meios de comunicação em que a mensagem faz um único percurso, do emissor ao receptor, os sistemas de comunicação que estão interligados à internet propiciam aos usuários que ambos, emissor e receptor interfiram na mensagem⁴⁹.

⁴⁶ KARASINSKI, Lucas. O que é tecnologia? **TecMundo**, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/42523-o-que-e-tecnologia-.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁴⁷ ORTIZ, Adilson. Inovação tecnológica. **InfoEscola**. Disponível em: https://www.infoescola.com/administracao_/inovacao-tecnologica/. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁴⁸ KARASINSKI, Lucas. O que é tecnologia? **TecMundo**, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/42523-o-que-e-tecnologia-.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁴⁹ RAMOS, Patrícia Edí. Vivendo uma nova era: a tecnologia e o homem, ambos integrantes de uma sociedade que progride rumo ao desenvolvimento. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/vivendo-uma-nova-era-a-tecnologia-e-o-homem-ambos-integrantes-de-uma-sociedade-que-progride-rumo-ao-desenvolvimen-1>. Acesso em: 25 jan. 2020.

A internet “[...] se tornou um meio facilitador das atividades realizadas no nosso dia a dia, pois por intermédio desta tecnologia é possível fazer praticamente tudo [...]” e, se “[...] pensarmos na realidade é impossível numerar todos os dispositivos que temos ao nosso alcance graças a este advento tecnológico”⁵⁰.

O celular, por sua vez, “[...] está tão avançado que você pode usar ele a favor do ensino [...]” e é uma “[...] inovação tecnológica para ser usada em ambiente escolar. Parece estranho, mas os celulares podem ajudar no ensino, pois existem inúmeros aplicativos que você pode usar [...]”⁵¹.

É um mundo que permite cada vez mais geração de inovação com tecnologias que estão presentes, mas existe inovação também na conectividade deste mercado. Isto vai se resolver no hardware e no software⁵².

Mas, para uma inovação acontecer, a exemplo, com uso da tecnologia da informação e comunicação, “[...] precisa envolver desejo do público, tecnologia para permitir executar e um custo compatível para o mercado poder adquirir”⁵³ que, no caso de um aplicativo educacional, custo compatível para a escola e a comunidade poderem baixar e utilizar.

3.3 Educação como Direito Fundamental

A educação como direito fundamental é uma afirmação decorrente dos direitos e garantias constitucionais.

A Constituição Federal de 1988⁵⁴, assim expressa em seu Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, dentro do Capítulo II – Dos Direitos Sociais (art. 6º):

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

⁵⁰ RAMOS, Patrícia Edí. Vivendo uma nova era: a tecnologia e o homem, ambos integrantes de uma sociedade que progride rumo ao desenvolvimento. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/vivendo-uma-nova-era-a-tecnologia-e-o-homem-ambos-integrantes-de-uma-sociedade-que-progride-rumo-ao-desenvolvimen-1>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁵¹ TORRES, Taíza. 11 inovações tecnológicas na sala de aula. Disponível em: <https://canaldoensino.com.br/blog/11-inovacoes-tecnologicas-na-sala-de-aula>. Acesso em: 25 jan. 2020

⁵² WILDT, Daniel. **Tipos de inovação?** Disponível em: <https://blog.danielwildt.com/2016/08/07/tipos-de-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁵³ WILDT, Daniel. **Tipos de inovação?** Disponível em: <https://blog.danielwildt.com/2016/08/07/tipos-de-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁵⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Conseqüentemente, a Constituição Federal⁵⁵, no Título VIII – Da Ordem Social, em seu Capítulo III – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, tem uma seção própria, com 10 (dez) dispositivos legais, que é a Seção I – Da Educação, iniciando com o art. 205, que assim determina:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pessanha⁵⁶, argumenta que “[...] a educação costuma figurar como um dos clamores de natureza social mais significativos no sentido de transformação e melhoria da vida humana”; e, que é “[...] um valor que alcança o patamar de direito fundamental dentro do sistema jurídico brasileiro [...] no intuito de concretizar a ideia de construção do bem comum e de uma sociedade mais justa”. Ou seja, a educação é um valor que concorre para o objetivo de “construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, da CF)⁵⁷.”

A educação, como direito humano fundamental, tem na escola um importante espaço de proteção social. Significa que, com o conhecimento sistemático da herança cultural da humanidade, “[...] o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação”⁵⁸.

Fica claro que, tanto constitucionalmente como para pensadores, a educação é um fundamento para alguma coisa, ou, literalmente, é um direito fundamental para o desenvolvimento social e para a ordem social.

⁵⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁵⁶ PESSANHA, Vanessa Vieira. **Um panorama do direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24050/um-panorama-do-direito-fundamental-a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁵⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁵⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política Educacional**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. p. 486.

3.4 Participação Cidadã na Escola

A participação cidadã na escola significa participação do Estado, família e sociedade.

A participação na promoção da educação está positivada no citado art. 205, da Constituição Federal⁵⁹, promulgada em 1988 e, conhecida como Constituição Cidadã, por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil.

Na década seguinte, a participação cidadã na escola é positivada na Lei Nº 9.394/1996⁶⁰, de diretrizes e bases da educação nacional, chamada LDB, conforme estabelece o art. 12, VI:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

São preceitos legais que evidenciam as responsabilidades da Escola (enquanto instituição oficial), da família e da comunidade, de forma integrada no desenvolvimento educacional dos estudantes.

Atualmente, graças à legislação, as resistências estão sendo combatidas para que a família e escola concordem a se aliarem nas decisões pedagógicas, o que acaba favorecendo a educação dos estudantes [...] ⁶¹.

O envolvimento da família melhora a imagem da escola para o estudante e, para a família, o sentimento de fazer parte e ser importante. O mesmo sentimento tende a ser promovido pela articulação da escola com a comunidade na qual está inserida.

⁵⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁶⁰ BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

⁶¹ PAROLIN apud TOSTES, Juliana Rosa; QUESSADA, Miguel. Escola ensina, família educa e sociedade acredita: os boatos envolvendo o papel da escola e da família. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-1106-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

E, “[...] por comunidade do entorno da escola, devem-se entender os pais, os professores e os representantes do meio econômico, político e social, na qual a escola está inserida⁶².

Para ajudar o Brasil a melhorar a qualidade do ensino ministrado em suas escolas é preciso [...] demonstrar interesse e entusiasmo pelo trabalho da escola. É preciso conscientizar a população em geral que as iniciativas da escola encontrem respaldo na comunidade, de modo que o processo educacional seja valorizado e integrado para melhor servir à sociedade⁶³.

Trata-se de um ambiente socioeducativo favorável à inovação, pois [a inovação] deve ser entendida “[...] dentro de um contexto maior do qual participam uma pluralidade de atores”⁶⁴.

Conforme o Guia de Tecnologias Educacionais 2008, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação⁶⁵, o fomento à participação democrática da escola e à “[...] defesa da escola pública de qualidade possibilita a introdução de inovações na escola a partir da participação da comunidade escolar”.

Nesse contexto, liga-se mais uma das pontas do presente projeto – as empresas da comunidade que, com sua expertise empresarial, recursos e representatividade política, poderão viabilizar o sucesso do aplicativo “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”.

3.5 Infraestrutura da Escola

A infraestrutura da escola é o ambiente físico da escola. Andrade⁶⁶, disserta que “a busca pela formação de um espaço ideal para aplicação de aulas e

⁶² CODY e SIQUEIRA *apud* BEZERRA, Zedeki Fiel *et al.* Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar UFPR**, Curitiba, n.3, p. 279-291, maio/ago. 2010. p. 281. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a16n37.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁶³ CODY, Silvia; SIQUEIRA, Frank. **Escola e comunidade: uma parceria necessária**. Cotia: Ibis, 1997. p. 15.

⁶⁴ FUCK, Marcos Paulo; VILHA, Anapátricia Morales. Inovação tecnológica: da definição à ação. **Revista Contemporâneos**, n. 9, p. 1-21, nov. 2011/abr. 2012. p. 10. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/inovacao-tecnologica.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁶⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de tecnologias educacionais 2008**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. p. 23. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/guia_tecnologias_atual.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁶⁶ ANDRADE, Raphael Rodrigues de. **Eficácia educacional com foco na relação infraestrutura e resultado do ensino: um estudo da rede pública do Recife**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:

estruturação de uma unidade escolar devem ser iniciativas cuidadosamente planejadas [...]", e que isso impacta no sentimento do aluno e são determinantes para o aprendizado dele.

O Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), do Ministério da Educação⁶⁷, ao avaliar as instituições de ensino, objetiva "[...] verificar se os elementos que compõem a escola estão estruturados para a oferta de educação de qualidade".

O Brasil⁶⁸, atendendo aos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, sobre infraestrutura escolar, objetiva:

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Para fins de entendimento do citado objetivo, a infraestrutura escolar se subdivide em duas categorias:

A infraestrutura escolar pode ser subdividida em duas categorias: i) física: fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, mobiliários, banheiros, cozinha, locais de convivência como pátios, parques e brinquedoteca, bibliotecas, laboratórios, quadras, salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados etc.; e ii) equipamentos e materiais didático-pedagógicos: computadores, televisores, retroprojetores, acesso à internet e demais insumos tecnológicos⁶⁹.

Por sua vez, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação⁷⁰ possui um Plano de Ações Articuladas, onde subdivide a infraestrutura escolar em três áreas para fins de operacionalização: Área 1. Instalações físicas gerais; Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública; e, Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7595/2/Raphael%20Rodrigues%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

⁶⁸ BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 10 dez. 2019.

⁶⁹ BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 10 dez. 2019.

⁷⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Infraestrutura escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/9688-infraestrutura-escolar>. Acesso em: 26 jan. 2020.

Portanto, seleciona-se, a “Área 1. Instalações físicas gerais” como objeto do presente projeto “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados alcançados no presente trabalho estão sendo apresentados em três momentos:

1º) Narrativa sobre o processo de coleta de dados nas 5 (cinco) Escolas Estaduais de Camboriú, na Coordenadoria Regional de Itajaí, na Comunidade local (pais, alunos e empresas) e, na Secretaria Municipal de Camboriú;

2º) Planificação das opiniões coletadas sobre possíveis demandas de infraestrutura nas escolas estaduais e, benefícios do uso de um aplicativo como ferramenta inovadora, atendendo aos objetivos específicos 1 e 2. A interpretação dos dados serviu de apoio à ideia de desenvolvimento de um modelo de aplicativo para auxiliar na manutenção e/ou melhoria na infraestrutura escolar;

3º) Proposição de um aplicativo para a gestão de infraestrutura, intitulado “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”, demonstrando o alcance do objetivo geral.

3.5 Narrativa da Coleta dos Dados

A narrativa da coleta dos dados é sobre as visitas nas 5 (cinco) Escolas Estaduais de Camboriú, na Coordenadoria Regional de Itajaí, na Comunidade local (pais, alunos e empresas) e na Secretaria Municipal de Camboriú, para fins de aplicação do instrumento de coleta de dados – o questionário, intitulado “pesquisa de opinião sobre um aplicativo às demandas de infraestrutura das escolas estaduais de Camboriú”.

As 5 (cinco) escolas foram visitadas no dia 28/01/2020, com retorno nos dias seguintes (29, 30 e 31):

A Eeb Professor José Arantes, Centro (Fotografias 1 e 2), demonstrou uma recepção calorosa, promovendo uma reunião com a equipe gestora (diretora, supervisor e professor), na hora, para refletir sobre o assunto e responderem o questionário naquele momento, com esperança no aplicativo. Declararam que a escola tem em torno de 1.200 alunos e 70 professores/funcionários, mas que a Associação e Pais e Professores é falha.

A Eeb Prefeito Amadio Dalago, Bairro Cedro, (Fotografia 3), através da diretora, também demonstrou entusiasmo e respondeu o questionário naquele momento, com esperança no aplicativo. Declarou que a escola tem em torno de 600 alunos e 45 professores/funcionários, e que a Associação e Pais e Professores é um pouco mais atuante em função dos Desbravadores (tipo escoteiros) ocuparem o espaço da escola para suas atividades.

A Eeb Professor Mário Garcia, Bairro Lídia Duarte, (Fotografia 4), através da diretora, também demonstrou entusiasmo, pois quando chegou-se na escola, estava no *site* SICOOB, justamente na busca de apoio. Respondeu o questionário naquele momento, com esperança no aplicativo. Declarou que a escola tem em torno de 1.000 alunos e 60 professores/funcionários, mas que a Associação e Pais e Professores é pouco atuante.

A Eeb Professora Maria Terezinha Garcia, Bairro Monte Alegre (Fotografia 5), através da secretária e diretor, também demonstrou entusiasmo, mas o diretor não teve condições de preencher o questionário naquele horário, pois estava, ele mesmo, pintando a escola, o que demonstra o quanto a escola precisa de apoio. O retorno foi dia 30, quando se recebeu o questionário, preenchido pela Secretária.

A Eeb Alcuíno Gonçalo Vieira, Bairro Tabuleiro (Fotografia 6), através da secretária, também demonstrou entusiasmo, mas não houve contato com a direção nesse dia 28/01, pois o movimento de matrícula estava intenso. O retorno foi dia 30, quando também se recebeu o questionário, preenchido pela diretora.

A UD de Camboriú, Bairro Cedro, considerando que é de ensino Supletivo, ocupa as instalações da Eeb Prefeito Amadio Dalago, do bairro (Fotografia 3). Portanto, as mesmas instalações. Embora possam ter necessidades diferentes, não estão em atividade nesse período para fins de contato.

A Coordenadoria Regional de Itajaí foi visitada no dia 29/01/2020, com retorno agendado para o dia seguinte. A Assessoria demonstrou entusiasmo, mas não teve condições de preencher o questionário naquele momento, pois estava se encaminhando para a solenidade de posse dos novos diretores das escolas estaduais. Reconheceu-se, inclusive, os diretores visitados no dia anterior (28/01), que também eram novos e estavam tomando posse. No retorno, dia 30, o assessor, com 42 anos de trabalho na educação, revelou-se um entusiasta da tecnologia educacional e, conseqüentemente, da ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura”.

A Secretaria Municipal de Camboriú, foi visitada no dia 29/01/2020. Pediram para agendar em outro dia, pois estavam em período de matrícula, com movimento intenso. O interesse em visitar a autoridade municipal de educação foi por respeito e para dar conhecimento da ideia do projeto que está sendo desenvolvido para as escolas da rede pública estadual existentes no município.

A comunidade local, através de representantes de pais, alunos e empresas, no âmbito das escolas, foi contatada nos dias 30 e 31/01/2020, após as visitas às direções das escolas. Todos demonstraram entusiasmo com o projeto de aplicativo, mas cientes de determinados obstáculos.

Fotografia 1 – Eeb Prof. José Arantes, Centro (a partir da esquerda: Acadêmicos Paulo e Danrley, diretora Marciana e supervisor Alcides)



Fonte: Equipe de acadêmicos

Fotografia 2 – Eeb Prof. José Arantes, Centro (a partir da direita: Acadêmico Danrley, diretora Marciana e supervisor Alcides)



Fonte: Equipe de acadêmicos

Fotografia 3 – Eeb Prefeito Amadio Dalago e UD de Camboriú (Supletivo), Bairro Cedro



Fonte: Equipe de acadêmicos

Figura 4 – Eeb Prof. Mário Garcia, Bairro Lídia Duarte



Fonte: Equipe de acadêmicos

Fotografia 5 – Eeb Profa. Maria Terezinha Garcia, Bairro Monte Alegre e acadêmica Emanuela



Fonte: Equipe de acadêmicos

Figura 6 – Eeb Alcuíno Gonçalo Vieira, Bairro Tabuleiro



Fonte: Equipe de acadêmicos

3.5 Planificação e Interpretação das Opiniões

A planificação dos dados coletados com 14 representantes entre escolas e comunidade, está demonstrada nos Quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA			
Nº	Status	Nome	Nome da escola estadual/Bairro
1	Diretor(a)	Marciana Lunardi	José Arantes, Centro
2		Adria Paludo	Amadio Dalago, Cedro
3		Carla A. V. Battistotti	Mário Garcia, Lídia Duarte
4		Cintia R. M. Fernandes	Alcuíno Gonçalo Vieira, Tabuleiro
5	Supervisor	Alcides Garcia Neto	José Arantes, Centro
6	Funcionária	Del Marise	Maria Terezinha Garcia, Monte Alegre
7	Docente	Paulo Fernando Gelhardt	José Arantes, Centro
8	Discente	Sara Emely	Mário Garcia, Lídia Duarte

9		Maira de Souza	José Arantes, Centro
10		Mateus Luiz	José Arantes, Centro
	Família		
11	Empresa	“Espaço Animal”	Centro
12		“Materiais de Construção Caledônia”	Centro
13		Silvana Gomes “Classe A, Papelaria”	Marginal Oeste, Baln. Camboriú
	Secretaria Munic. Educ.	-	-
14	Consultor Educacional	Glicério O. Rodrigues	Coordenadoria Regional Itajaí

Fonte: Elaboração da equipe de acadêmicos

A leitura do Quadro 1 indica que todas as escolas participaram do estudo. Em 4 escolas, o próprio diretor(a) respondeu o questionário. O diretor da 5ª escola delegou o preenchimento do questionário à Secretária, por estar, ele mesmo, pintando a escola. Os outros participantes: supervisor, funcionário, docente, discentes, empresários e consultor educacional, embora em número pequeno de representantes (faltando pais), em razão do pouco tempo de pesquisa em campo, dão uma mostra da importância que o app tem recebido.

Quadro 2 – Conhecimento de alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú

DEMANDA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS GERAIS		
[] Sim [] Não		Qual ou quais:
[0] Fornecimento de água	[6] Salas de aula	[5] Pátio
[1] Energia elétrica	[7] Mobiliários	[3] Parque
[8] Manutenção	[8] Banheiros	[4] Brinquedoteca
[3] Limpeza dos ambientes	[1] Cozinha	[6] Biblioteca
[3] Sala dos professores	[1] Secretaria	[8] Laboratórios
[1] Sala da coordenação	[8] Quadra	[3] Almoxarifado
[2] Sala da direção		

Fonte: Elaboração da equipe de acadêmicos

A leitura do Quadro 2 revela que, à exceção do fornecimento de água, todos os demais quesitos, nas instalações físicas gerais, segundo o grupo pesquisado, demandam manutenção e/ou melhoria, com destaque para manutenção, banheiros e laboratórios. Essa variação de opinião é uma razão que justifica o app, pois cada escola ou grupo envolvido percebe as necessidades conforme o próprio interesse e momento. Com o app, as necessidades poderão ser atualizadas dia-a-dia.

Quadro 3 – Necessidade, benefícios, aceitação e interesse de uso do aplicativo “Auxílio Infraestrutura”

NECESSIDADE DO APLICATIVO “AUXÍLIO INFRAESTRUTURA”	
Opção	Motivo
Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Poderia se tornar uma necessidade se trouxesse benefícios à escola; - Facilitaria as atividades; - Apresentar à comunidade escolar as necessidades da escola e buscar apoio na resolução das demandas; - Seria uma ferramenta para ajudar, pois todos têm acesso e “pouco tempo”; - Tentar resolver mais rápido as exigências, as necessidades da escola; - Agilizar e contar com a colaboração da comunidade; - Comunicação rápida com noção do reparo a ser realizado; - Unir a escola com a comunidade; - Por motivo de segurança; - Agilidade para manutenção da escola; - Para agilizar a manutenção da escola; - Pelo tempo que leva para arrumar o local; - Organização da escola, levará os pais para a escola.
Não	
BENEFÍCIOS DO APLICATIVO “AUXÍLIO INFRAESTRUTURA”	
Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Quanto mais pessoas envolvidas, maior os benefícios da escola; - Facilitador; - Grande alcance; - Auxílio e ajuda em informações, manutenções, avisos, utilidades, etc.; - Aumentaria o envolvimento da comunidade escolar, participação dos pais (efetivo); - Melhoria do bem-estar dos estudantes, professores, funcionários; - Agiliza a atuação do gestor na solução dos problemas; - Para ajudar na melhoria do uso da escola;

	<ul style="list-style-type: none"> - Valoriza o comércio; - Trabalho em conjunto da comunidade; - Relação com a comunidade.
Não	
ACEITAÇÃO DO APLICATIVO “AUXÍLIO INFRAESTRUTURA”	
Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Os alunos aceitariam a ideia, já que envolve tecnologia e aplicativo; - Se fosse bem divulgado e apresentasse benefícios diversos à todos os outros da comunidade escolar; - Teria, pois necessitamos de auxílio, não temos (mal ajuda humana); - Se dos tantos que estiverem inscritos, uma pequena parcela ajudar, será excelente; - Traria vantagem aos colaboradores; - Porque não temos mais como negar o custo benefício da tecnologia; - Os pais estão sempre conectados; - Comércio aceitaria, porém os pais teriam um bloqueio devido aos horários; - Se as pessoas dentro do seu ramo ajudarem, trarão os benefícios; - Traria benefícios; - Camboriú é fechado para novidades, levaria um longo tempo para aceitação; - Os pais aceitariam, porém o comércio é mais difícil, pois haverá desnível comercial.
Não	
INTERESSE DE USO DO APLICATIVO “AUXÍLIO INFRAESTRUTURA”	
Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Porque este aplicativo aproxima pessoas que têm interesses afins; - Dar transparência de nossas necessidades; - Para melhorar instalações e ambiente escolar; - Com certeza, com todos esses benefícios possíveis; - Otimizar o espaço escolar; - Pois coloca as “pessoas” que precisam do serviço/produto em tempo real “frente/frente”; - Pedir ajuda dos pais; - Para ajudar a escola; - Usaria, pois traria melhoria para a escola; - Ajudar a sociedade, e teria a propaganda da empresa; - Captação de cliente, loja ficará mais conhecida.
Não	

Fonte: Elaboração da equipe de acadêmicos

A leitura do Quadro 3 mostra que todos os participantes da pesquisa afirmam que a ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” seria necessária, que traria benefícios, que teria aceitação e que teriam interesse de uso. Nenhum não foi assinalado.

Os motivos das opiniões favoráveis ao app sugerido são diversos, a exemplo dos benefícios; “mais pessoas envolvidas, maior os benefícios da escola; facilitador; grande alcance; auxílio e ajuda em informações, manutenções, avisos, utilidades, etc.; aumentaria o envolvimento da comunidade escolar, participação dos pais (efetivo); melhoria do bem-estar dos estudantes, professores, funcionários; agiliza a atuação do gestor na solução dos problemas; para ajudar na melhoria do uso da escola; valoriza o comércio; trabalho em conjunto da comunidade; relação com a comunidade”.

3.5 Proposição do Aplicativo como Inovação Tecnológica às Escolas

A proposição do aplicativo como inovação tecnológica denominado “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”, consta, a princípio, da tela inicial do aplicativo - app (Figura 5) e, das funcionalidades iniciais sobre a ideia do app.

Figura 5 – Tela inicial do app “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura”.



Fonte: Criação da equipe de acadêmicos (2019).

A tela inicial, conforme Figura 5, possui, como imagem de fundo, as logomarcas de identificação institucional do Governo do Estado de Santa Catarina (origem do PROESDE), da UNIEDU (vínculo financeiro entre acadêmicos e governo no PROESDE) e da UNIVALI (origem dos acadêmicos, autores do projeto).

Por sua vez, a imagem central da tela inicial do app (Figura 5) informa as funcionalidades: Minha Conta, Escolas, Parceiros e Contato.

O botão **“Minha Conta”** é o local de cadastro e controle dos dados cadastrais (validados após a moderação do gestor escolar) e tem postura/destino conforme o perfil do cadastro, que pode ser de gestor escolar, funcionário da escola (incluindo o corpo docente), aluno, pai/responsável, empresa parceira e comunidade. Cada usuário que acessa **Minha Conta** tem o seguinte perfil, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Perfil dos usuários de “Minha Conta”

FUNCIONALIDADE DO BOTÃO “MINHA CONTA”	
Status	O que faz na “Minha conta”
Se é Gestor Escolar	Faz a moderação de todos os cadastros (os programadores fazem o cadastro deles), aprovando, recusando ou editando, bem como cadastram as necessidades de auxílio de acordo com os padrões de tipo (edifício, esportes, sala de aula, laboratórios, etc.), as expertises necessárias (pedreiro, carpinteiro, eletricista, informática, etc.), o tempo estimado de trabalho e a necessidade (emergência, eletiva, final de semana, etc.). Também participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QR CODE para apresentar quando for fazer compras.
Funcionário ou professor	Acessa a edição do seu cadastro (depois com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente nas questões relacionadas as necessidades de auxílio, a fiscalização da sua execução (área específica para isso inclusive com foto de antes e depois para registro e publicidade), e recebendo também as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Também participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QR CODE para apresentar quando for fazer compras.
Aluno	Acessa a edição do seu cadastro (depois com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente no cadastro dos seus pais e responsáveis com as devidas qualificações e expertises, recebendo também as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Também participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QR CODE para apresentar quando for fazer compras.
Pai ou Responsável	Acessa a edição do seu cadastro (feito pelo “aluno”), principalmente nas devidas qualificações e expertises, recebendo também as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Também participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QR CODE para apresentar quando for fazer compras.
Empresa parceira	Acessa a edição do seu cadastro (depois com a validação do “gestor escolar” fica efetivo), principalmente nas devidas qualificações e expertises, recebendo principalmente as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade

	recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Participa de forma essencial da Rede Social Escolar quanto às compras no seu estabelecimento para gerar créditos para a escola, os quais faz a gerência (cadastro e baixa).
Comunidade	Participa conforme adesão, sejam particulares interessados em ajudar a escola, e principalmente entidades, os quais tem acesso à edição do seu cadastro (depois com a validação do “gestor escolar” fica efetivo), principalmente nas devidas qualificações e expertises, recebendo também as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Participa também da Rede Social Escolar quanto às compras nas empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.

Fonte: Elaboração da equipe de acadêmicos (2019).

O usuário, conforme seu *status*, ao acessar o app no botão “Minha Conta”, além de visualizar e/ou atualizar seu cadastro, pode acessar o botão “Escola” ou o botão “Parceiros”, conforme o interesse de, efetivamente, realizar uma participação cidadã, que se inicia com a disposição de conhecimento das informações geradas no dia-a-dia.

O botão “**Escola**” é o local de cadastro de todas as escolas estaduais do município de Camboriú, tais como: a) dados de identificação: mapa de localização de cada uma delas, dados de direção, horário, telefone, dentre outros; b) dados das necessidades para as quais busca solução, via app. Serve para o usuário, que tem acesso autorizado no “**Minha Conta**”, fazer a seleção da escola, conseguir verificar as necessidades cadastradas e, “adotar” essa necessidade se desejar, informando os detalhes da execução. A adoção da necessidade também pode ser realizada ao receber a notificação da necessidade.

O botão “**Parceiros**” é o local de cadastro de todos os parceiros empresariais que aderiram ao app. “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”. Serve para o usuário, que tem acesso autorizado no “**Minha Conta**”, fazer a pesquisa das empresas parceiras que geram créditos para a escola, e a localização e auxílio para chegar a elas (telefone, what’s, email, site, etc.), além de constar o ranking dos parceiros mais efetivos. Também função de ler o QRCODE gerado pelo membro da Rede Social Escolar que compra o seu produto, bastando informar o valor para que o sistema faça o cômputo dos créditos conforme cadastro do membro (para uma escola específica, várias ou geral).

O botão “**Contato**” é o local para acesso ao conteúdo do app Rede Social Escolar para quem baixar o referido app, ou seja, para quem desejar solicitar cadastramento. Trata-se da forma mais direta de contato com qualquer um dos membros da Rede Social Escolar, podendo selecionar o destino, fato e demais cadastros para ser atendido.

Portanto, são funcionalidades iniciais previstas para a “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”,

5 SUGESTÕES

O projeto ora apresentado - “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”, cumpre o objetivo geral da pesquisa de propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura nas escolas estaduais do município de Camboriú-SC.

Sugere-se que o aplicativo “Auxílio Infraestrutura” seja implantado em 2020/1º semestre, como piloto, em uma das escolas estaduais pesquisadas, para então, sim, com as devidas correções, ser estendido às demais escolas estaduais do município, em 2020/2º semestre, conforme a disponibilidade de continuidade dos estudos pelo PROESDE.

A sugestão para a aplicação do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” compreende desde reunião com pessoas envolvidas com a escola (alunos, professores, supervisão, direção, funcionários e pais); reunião técnica com a APP, exposição técnica aos alunos sala por sala; mutirão de cadastro empresa por empresa; audiência na Câmara de Vereadores; divulgação em diferentes mídias; desenvolvimento do aplicativo; site na web; e, outras ideias que surgirem para o sucesso de implantação.

Registra-se que o modelo ora sugerido, do aplicativo “Auxílio Infraestrutura”, correspondente à Área 1 – Instalações Físicas gerais (FNDE) , poderá ser ampliado para as outras áreas da dimensão Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação que são: Área 2 – Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública e, Área 3 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.

Embora não fizesse parte do objetivo do trabalho, buscou-se conhecer a opinião dos participantes da pesquisa sobre o interesse futuro nas Áreas 2 e 3 de Infraestrutura Escolar do FNDE, até para esclarecer a classificação do Ministério da Educação e, assim, entenderem o que englobaria e o que não englobaria a Área 1 – Instalações Físicas Gerais, objeto do aplicativo proposto. A grande maioria (12 participantes) demonstrou interesse pelo aperfeiçoamento do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” também na Área 2 – Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública.

Tão importante quanto às sugestões referidas é a viabilização jurídica do projeto, levando em conta que está se tratando de entes estatais, que possuem legislação própria para o trato do recurso, da doação, etc. De forma alguma se pode deixar margem para questões de improbidade administrativa e/ou conflito de interesse. Defende-se, com isso, a transparência do trato do apoio que o app Rede Social Escolar venha trazer. Portanto, para que os benefícios projetados pela Rede Social Escolar sejam viabilizados com sucesso, pela participa cidadã prevista na Constituição Federal, registra-se a necessária da observância das questões legais, na continuidade do desenvolvimento do projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC” foi idealizado com a finalidade de contribuir com as instituições de ensino e, como ideia de ferramenta inovadora, foi recebido com entusiasmo pelos participantes da pesquisa.

Os resultados indicam que existe demanda de instalações físicas gerais, conforme a realidade em cada âmbito escolar, mas que os participantes apontam, com predominância, conforme Quadro 2, os itens manutenção geral, banheiros e laboratórios.

Sobre o aplicativo “Auxílio Infraestrutura”, os participantes assinalaram, por unanimidade, que seria necessário, que traria benefícios, que teria aceitação e que teriam interesse de usar, se implantado o projeto. A maioria argumentou, livremente sobre o motivo da necessidade, benefícios, aceitação e interesse de uso, conforme Quadro 3. Uma surpresa foi a contribuição do Consultor Educacional, da Coordenadoria Regional de Itajai, ao sugerir que o app contemplasse também “doações”, sob o argumento de que “todo mundo tem uma porta, tijolo e cimento pra doar”, ou seja, doar, simplesmente, via app, fazendo o caminho inverso, de modo que a escola possa se interessar por algo que está sendo doado. Uma limitação se refere à falta de experiência em pesquisa com comunidades, esquecendo, por exemplo, de fazer registro fotográfico em cada contato pessoal, o que tende a ser melhorado em outras oportunidades.

Sobre o modelo de app sugerido (que poderá ser aperfeiçoado, a exemplo, com a sugestão da doação), conclui-se que a ideia básica foi descrita, contendo tela inicial e funcionalidades pertinentes à cada participação cidadã almejada. Portanto, os objetivos específicos de apontar demandas de infraestrutura, apresentar os benefícios do app e sugerir um modelo de app, foram plenamente alcançados, de modo que a ideia do app está apta a ser proposta para a gestão da infraestrutura das escolas estaduais de Camboriú-SC – objetivo geral do trabalho.

Registra-se que, no decorrer do curso PROESDE, o grupo buscou criar algo para otimizar a relação entre as instituições, pais e comunidade em geral, pensando na eficácia do processo ensino-aprendizagem, no acompanhamento ativo dos alunos na vida escolar, na rapidez para solucionar problemas de infraestrutura, bem como,

na economia do governo do Estado em relação à infraestrutura das escolas que, por consequência, poderá investir em outras necessidades educacionais.

O grupo gostaria de participar da próxima edição do curso do PROESDE para dar continuidade às demais fases necessárias à implantação do projeto da “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”, tais como: fase de adequação jurídico-tributária (ex. notas fiscais via Associação de Pais e Professores); fase do sistema de pontuação nas empresas, fase de desenvolvimento técnico do app; fase de divulgação e adesão; fase da implantação piloto em uma das escolas estaduais participantes.

A possibilidade de continuidade é uma forma do PROESDE atender a expectativa gerada sobre a utilidade e validade do aplicativo, desafiar o grupo de acadêmicos em seus conhecimentos e formação profissional, bem como, entregar à comunidade escolar um produto de inovação tecnológica em funcionamento.

REFERÊNCIAS

AMFRI. **ACIBALC lança 1º prêmio de inovação para toda região da AMFRI.**

Disponível em:

<https://amfri.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42287/codNoticia/569559>.

Acesso em: 24 jan. 2020.

ANDRADE, Raphael Rodrigues de. **Eficácia educacional com foco na relação infraestrutura e resultado do ensino:** um estudo da rede pública do Recife. 2018.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de

Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7595/2/Raphael%20Rodrigues%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ATLAS BRASIL. 2010.

BALDING, Nick *apud* ABGI. **O que é inovação.** Disponível em: <https://brasil.abgi-group.com/a-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BARBOSA, Eduardo. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais.** Disponível em:

http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

BLOG. **História de Balneário Camboriú:** Teorias sobre o significado do nome

“Camboriú”. Disponível em: <https://historiabalneariocamboriu.com.br/teorias-sobre-o-significado-do-nome-camboriu/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006.** Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5798.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº. 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm#art83. Acesso em: 25 já, 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento**

sustentável. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Infraestrutura escolar.** Disponível em:

<http://www.fnede.gov.br/index.php/acesso-a->

informacao/institucional/legislacao/item/9688-infraestrutura-escolar. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de tecnologias educacionais 2008**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. p. 23. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/guia_tecnologias_atual.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

CAMBORIÚ. PREFEITURA. **Planejamento urbano**. Disponível em: http://www.camboriu.sc.gov.br/planejamento_urbano.php; http://www.camboriu.sc.gov.br/extranet/arquivos/mapa/mapa_camboriu_pdf_1481921937488.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAMBORIÚ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **A Secretaria**. Disponível em: [http://ed Rua: Jorge Matos, 21- Centro - Itajaúcacao.cidadedecamboriu.sc.gov.br//a-secretaria/](http://ed.Rua: Jorge Matos, 21- Centro - Itajaúcacao.cidadedecamboriu.sc.gov.br//a-secretaria/). Acesso em: 23 jan. 2020.

CARDOSO, Ana Paula. Educação e inovação. **Millenium**, n. 6, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/706/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 26 nov. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CODY e SIQUEIRA *apud* BEZERRA, Zedeki Fiel *et al.* Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar UFPR**, Curitiba, n.3, p. 279-291, maio/ago. 2010. p. 281. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a16n37.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CODY, Silvia; SIQUEIRA, Frank. **Escola e comunidade: uma parceria necessária**. Cotia: Ibis, 1997. p. 15.

CORRÊA, Isaque de Borba. **Prefeitura de Camboriú: história**. Disponível em: <http://www.camboriu.sc.gov.br/estudante.php>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política Educacional**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. p. 486.

EDITORIAL. Conceito de educação formal. **Que Conceito**, São Paulo. Disponível em: <https://queconceito.com.br/educacao-formal>. Acesso em: 17 nov. 2019.

FECAM . 2018.

FUCK, Marcos Paulo; VILHA, Anapátricia Morales. Inovação tecnológica: da definição à ação. **Revista Contemporâneos**, n. 9, p. 1-21, nov. 2011/abr. 2012. p. 10. Disponível em: <https://revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/inovacao-tecnologica.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20->

%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 42.

GOOGLE MAPS. **Mapa de Camboriú**. Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2020.
https://www.google.com/maps/@-27.0183474,-48.6586154,14.2z/data=!4m3!1m2!2s4TFx92n7pWOqu8_pgpegdeEPhv576w!3e3
 IBGE. 2015.

IBGE. **Camboriú**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/camboriu/historico>. Acesso em: 23 jan. 2020.

IFC. **Campus Camboriú**. Disponível em: <http://www.camboriu.ifc.edu.br/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

KARASINSKI, Lucas. O que é tecnologia? **TecMundo**, 29 jul. 2013. Disponível em:
<https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/42523-o-que-e-tecnologia-.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020.

LAZZAROTTI, Fábio; DALFOVO, Michael Samir; HOFFMANN, Valmir Emil. O quê, como e onde da inovação: análise da produção científica em administração sob a perspectiva da abordagem de Schumpeter. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 26., 2010, Vitória. p.2. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/simposio149.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 24, mar./abr. 2018. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LINDEGAARD, Stefan. **A revolução da inovação aberta**: princípios básicos, obstáculos e habilidades de liderança. São Paulo: Évora, 2011. p. 3. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=E7MAN6lkdA4C&pg=PA4&lpg=PA4&dq=Parece+que+a+inova%C3%A7%C3%A3o+est%C3%A1+na+moda&source=bl&ots=iX9W8EeHyk&sig=ACfU3U04YPH5wjHMFaTPGw9mOiQuaDMT3g&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiXp4Dg5JznAhVPIbkGHc2vBPoQ6AEwDHoECAoQAQ#v=onepage&q=Parece%20que%20a%20inova%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20na%20moda&f=false>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MAANEN *apud* NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

NAVE À VELA. **À prova do futuro**: o que é a cultura de inovação na educação. Disponível em: <https://naveavela.com.br/o-que-e-a-cultura-de-inovacao-na-educacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ORTIZ, Adilson. Inovação tecnológica. **InfoEscola**. Disponível em:
https://www.infoescola.com/administracao/_inovacao-tecnologica/. Acesso em: 25 jan. 2020.

PAROLIN *apud* TOSTES, Juliana Rosa; QUESSADA, Miguel. Escola ensina, família educa e sociedade acredita: os boatos envolvendo o papel da escola e da família. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em:

<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-1106-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122011000100010. Acesso em: 23 jan. 2020.

PESSANHA, Vanessa Vieira. **Um panorama do direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24050/um-panorama-do-direito-fundamental-a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PORTAL DE TURISMO DE CAMBORIÚ. **Camboriú**. Disponível em: <https://turismo.camboriu.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 23 jan. 2020.

RAMOS, Patrícia Edí. **Vivendo uma nova era**: a tecnologia e o homem, ambos integrantes de uma sociedade que progride rumo ao desenvolvimento. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/vivendo-uma-nova-era-a-tecnologia-e-o-homem-ambos-integrantes-de-uma-sociedade-que-progride-rumo-ao-desenvolvimen-1>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Coordenadorias Regionais de Educação**. Disponível em: Acesso em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/coordenadorias-regionais>. 23 jan. 2020.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Portal da educação**: institucional. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SIGNIFICADOS. **Significado de inovação**. 2015. Disponível em: <https://www.significados.com.br/inovacao/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SOLBAS, Gustavo. BC, Camboriú, Itajaí e Brusque fundam polo regional de inovação. **BC Notícias**, Balneário Camboriú, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bcnoticias.com.br/bc-camboriu-itajai-e-brusque-fundam-polo-regional-de-inovacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

TERRA CAMBORIÚ. **Algumas fotos antigas de Camboriú**. 2 out. 2013. Disponível em: <http://terracamboriu.blogspot.com/2013/10/fotos-antigas-de-camboriu.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

TORRES, Taíza. **11 inovações tecnológicas na sala de aula**. Disponível em: <https://canaldoensino.com.br/blog/11-inovacoes-tecnologicas-na-sala-de-aula>. Acesso em: 25 jan. 2020

WIKIPÉDIA. **Camboriú**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cambori%C3%BA>. Acesso em: 23 jan. 2020.

WILDT, Daniel. **Tipos de inovação?** Disponível em: <https://blog.danielwildt.com/2016/08/07/tipos-de-inovacao/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO “PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM
APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE CAMBORIÚ”**

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”, e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: _____ Âmbito da escola: _____

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoxarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” traria benefícios? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” teria aceitação? Sim Não

Motivo: _____

Você teria interesse de usar o aplicativo “Auxílio Infraestrutura”? Sim Não

Motivo: _____

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*



LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Declaração de autenticidade

Anexo B – Assinatura dos responsáveis

Anexo C – Questionários aplicados

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, estando ciente do disposto na Lei nº. 9610 de 18/02/1998, isentando a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, a coordenação do PROESDE DESENVOLVIMENTO e o orientador de conteúdo de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome do aluno: _____

Assinatura: _____

ANEXO B – ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

Nome dos acadêmicos
Danrley Gonçalves da Silva
Emanuela Schroeder
Marieli Portella Glowczynski
Paulo Mocelin

Orientador de conteúdo
Prof.^a Maria Eugenia Furtado
Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia

Responsável pelo Curso
Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia

ANEXO C – QUESTIONÁRIOS APLICADOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL
<p>Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.</p> <p>O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.</p> <p>A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>comunidade escolar</i>: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web; • <i>pais</i>: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas; • <i>empresas parceiras</i>: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e, • <i>comunidade em geral</i>: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação. <p>A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.</p>
<p>MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...</p>

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Direção escolar
<input type="checkbox"/> Corpo de funcionários
<input type="checkbox"/> Corpo docente
<input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Família
<input type="checkbox"/> Empresariado
<input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação
<input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |
|--|---|

Nome: Marciana Leonard Âmbito da escola: EEB José Brontes
Camboriú - SC.

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input checked="" type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoxarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Poderia se tornar uma necessidade, se trouxesse benefícios a escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Quanto mais pessoas envolvidas, maior os benefícios da escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Os alunos aceitavam a ideia, já que envolve tecnologia e aplicativos.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Por que este aplicativo ajudaria pessoas que tem interesses afins.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

A ideia é válida e seria muito bem vinda, já que este aplicativo ajudaria

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin

a resolver problemas de segurança da escola.



* REUNIÃO GERAL E REUNIÃO COM EQUIPE SEJORA

* APP MUITO FÁCIL

* EM JUNHO DE 2020 TAMBÉM E JO RUIZ/UNIC.

* TODOS TRABALHARAM COM EQUIPE (DIRETORIA E TURMAS + ACADÊMICOS) PAULO DANRLEY

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Alcides Garcia Neto Âmbito da escola: Prof. José Arantes

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala dos professores | <input checked="" type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Facilitar as atividades

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Facilitador

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: _____

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: _____

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: PAULO FERNANDO GONCALVES Âmbito da escola: EEI PROF. JOSÉ ARAÚJO

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: APRESENTAR À COMUNIDADE ESCOLAR AS NECESSIDADES DA ESCOLA E BUSCAR APOIO NA RESOLUÇÃO DAS MESMAS

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: GRANDE ALCANCE

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: SE FOSSE BEM DIVULGADO E OPORTUNIDADE BENEFÍCIOS DIJOS A TODOS OS CUIZ DA COMUNIDADE ESCOLA

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: DA TRANSPARÊNCIA DE NOSSAS NECESSIDADES

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

INTEGRAR O PROJETO COM O PÚBLICO ALVO (ESCOLAS, PROFESSORES)

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Jadris P. P. P. Âmbito da escola: Armedus Dalgado

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim [] Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim [] Não

Motivo: Seria uma ferramenta para ajudar, pois todos têm casa e "pouco tempo".

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim [] Não

Motivo: Auxílio e ajuda em informações, assessorias, visitas, atividades, etc...

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim [] Não

Motivo: Teria, pois necessitam de auxílio, não tem (ou) qual ajuda humana.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim [] Não

Motivo: Para melhorar instalações e ambiente escolar.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim [] Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Interessante usar a tecnologia como
atalho de ajuda entre escola e comunidade

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



* EM VALMO * (600 ANNO) E 45 RNDR/ANNO.

* TRP UM PAUO ANNO DE EM FUNÇÃO DOS RESTRITORES QUE OCU-
PAM O ESPAÇO PARA ATIVIDADES

* 2020 REALIZADA

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL
<p>Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.</p> <p>O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.</p> <p>A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>comunidade escolar</i>: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web; • <i>pais</i>: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas; • <i>empresas parceiras</i>: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e, • <i>comunidade em geral</i>: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação. <p>A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.</p>
MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Direção escolar
<input type="checkbox"/> Corpo de funcionários
<input type="checkbox"/> Corpo docente
<input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Família
<input type="checkbox"/> Empresariado
<input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação
<input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |
|--|---|

Nome: Carla A. J. Battistoffi Âmbito da escola: E.E.B. Professor Mário Garcia

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input checked="" type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input checked="" type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input checked="" type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input checked="" type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input checked="" type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Tentar resolver mais rápido as exigências as necessidades da escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Aumentaria o envolvimento da comunidade escolar, participação dos pais (efetivo)

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Se dos tantos que estiverem inscritos, uma pequena parcela ajudar, será excelente.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Com certeza, com todos esses benefícios possíveis.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



- * DIRETORIA ESTÁ NA DTE DO NCCS NA BUNDA DE APOIO
- * EM TERMO DE 1000 ALUNOS E 60 PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS
- * APP FOI AVANÇADA
- * FOM REALIZADA

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Líntia P.M. Lermardo Ambito da escola: ESTADUAL
ALCANTARAS DO ABRUÇANO

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim [] Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input checked="" type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim [] Não

Motivo: Agilizar e contar com a colaboração da comunidade

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim [] Não

Motivo: melhoria do bem-estar dos estudantes, professores, funcionários

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim [] Não

Motivo: traria vantagens aos colaboradores

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim [] Não

Motivo: Otimizar o espaço escolar

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim [] Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



NÃO ATUADA
PREENCHER SOZINHA

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input checked="" type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Gucéris O. Rodrigues Âmbito da escola: _____

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim [] Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input checked="" type="checkbox"/> Pátio |
| <input checked="" type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim [] Não

Motivo: COMUNICAÇÃO PÁPIRA C/ NOÇÃO DO REPARO A SER REALIZADO.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim [] Não

Motivo: AGILIZA A ATUAÇÃO DO GESTOR NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim [] Não

Motivo: POIS NÃO TEMOS MAIS COMO NEGAR O CUSTO BENEFÍCIO DA TECNOLOGIA

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim [] Não

Motivo: POIS COLOCA AS "PESSOAS" QUE PRECISAM DO SERVIÇO/PRODUTO EM TEMPO REAL "FRENTE/FRENTE"

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim [] Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

O ESTADO DE SC DESATIVOU OS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, É PRECISO O RETORNO IMEDIATO.

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



"TODOS TÊM UMA PAIXÃO, NÓS E A NUNCA A PAIXÃO"

ODINETI

SUPER BEM ADMINISTRADO - 42 ANOS DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Delaine Âmbito da escola: ATP.

MONTE ALEGRE

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input checked="" type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input checked="" type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Unir a escola com a comunidade
escolas

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Os pais estão sempre conectados.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Pedir ajuda dos pais

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Sarah Emely Âmbito da escola: Mario Garcia

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input checked="" type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Por motivo de segurança

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Para ajudar na melhoria do uso da escola

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: _____

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: _____

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: MASRS DE SOUZA Âmbito da escola: Jose Brantes

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input checked="" type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input checked="" type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input checked="" type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Agilidade para manutenções de escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Valoriza o comércio

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Comércio aceitaria, porém os pais teriam um bloqueio devido aos horários.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Bom ajudar a escola.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input checked="" type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome:

Matheus Luiz

Âmbito da escola:

Jose L. Santos

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input checked="" type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input checked="" type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Rara agilizar a manutenção do escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Conjunto de trabalho em conjunto toda comunidade.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Se as pessoas dentro de seu grupo ajudarem, traria os benefícios.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Usario pois traria melhorias para a escola.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input checked="" type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: Espaço Animal Âmbito da escola: _____

OBS: _____

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input checked="" type="checkbox"/> Salas de aula | <input checked="" type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> Mobiliários | <input checked="" type="checkbox"/> Parque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção | <input checked="" type="checkbox"/> Banheiros | <input checked="" type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input checked="" type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Pelo tempo que leva p/ assumir o local

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: Relação com a Comunidade

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Traria benefícios

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Quedar a sociedade, e fazer a propaganda do empresa

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input checked="" type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: MATEUS DA Âmbito da escola: _____

CONSTRUÇÃO CALEDÔNIA

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoxarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Camboriú - fechada para matrícula -
terá, levava um longo tempo para acatamento.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: _____

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado "Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura", e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input checked="" type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: CLASSE A Âmbito da escola: _____

SILVANA GOMES

PAPELAMA

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: Organização da escola. Levantar os pais para a escola.

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" traria benefícios? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo "Auxílio Infraestrutura" teria aceitação? Sim Não

Motivo: Os pais aceitariam, porém o comércio é mais difícil. Não há como desmover os pais.

Você teria interesse de usar o aplicativo "Auxílio Infraestrutura"? Sim Não

Motivo: Como captar o cliente, loja fica na rua mais conhecida.

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

Danley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin





UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO
ÉRICA MAYARA
JESSICA DA CUNHA
KEILA NASCIMENTO
LUANA GOUVEIA

PROTEGER É MAIS BONITO:

Diga não à violência infantil

ITAJAÍ
2020

**ÉRICA MAYARA
JESSICA DA CUNHA
KEILA NASCIMENTO
LUANA GOUVEIA**

PROTEGER É MAIS BONITO:

Diga não à violência infanto-juvenil

Projeto desenvolvido para a disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional, Curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento, Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento, oferecido em parceria entre a Universidade do Vale do Itajaí e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Professores orientadores: Prof^a.Msc: Josiane da Luz e Prof. Msc: Ayrton Santos

ITAJAÍ

2020

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, aos nossos familiares que nos incentivaram e mantiveram-se ao nosso lado durante a elaboração do projeto, aos amigos mais chegados, aos professores do PROESDE por acrescentarem nosso conhecimento e, em especial, aos orientadores Prof. Msc: Ayrton e Profa. Msc. Josiane da Luz Santos por toda dedicação e ensinamento.

***A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo
(MANDELA, 2003).***

EQUIPE TÉCNICA

a) Acadêmicos

Érica Mayara

Jessica da Cunha

Keila Nascimento

Luana Gouveia

b) Área de pesquisa

Saúde

c) Orientador de conteúdo

Prof.^a Msc. Josiane da Luz

Prof. Msc: Ayrton Santos

d) Responsável pelo Curso

Prof.^a. Samara Aparecida da Silva Garcia

RESUMO

O intuito desse projeto é elaborar um plano de ação para a área da saúde e educação, voltada ao treinamento desses profissionais para que os mesmos possam identificar e combater situações de abuso e violência contra crianças e adolescentes em Balneário Piçarras. O foco é a valorização do direito da criança, uma vez que a mesma é o elo mais frágil da sociedade, necessitando de representantes que possam falar por elas e protegê-las. O presente trabalho busca apresentar um método de conscientização visando alcançar resultados equivalente e notáveis como de outras regiões que implementaram meios de combate à violência infanto-juvenil. O projeto conta com etapas diversas, tais como: análise da situação, identificação do abuso, atendimento a criança ou adolescente bem como seu acompanhamento se identificado o abuso. O plano de ação ainda dispõe de preparação e treinamento dos profissionais da educação e saúde, bem como cartilhas e folders demonstrativos, campanhas e palestras com material do tema: "Proteger é mais bonito". Melhorias no aplicativo de denúncias onde toda e qualquer pessoa sendo morador ou turista, com acesso à internet, possa interagir e denunciar em casos de suspeita ou tendo ciência do acontecimento, onde a denúncia pode ser feita de forma anônima. Diante disso, é de suma importância a participação da sociedade para o sucesso da campanha em decorrência da necessidade da realização da denúncia do público que tenha tido contato com esse menor ou ainda, tenha presenciado algum ato de negligência contra a criança ou o adolescente. A estrutura do projeto está focada na criança, no adolescente e em seu bem-estar.

Palavras-chave: Violência. Infanto-juvenil. Prevenção.

LISTAGEM DE FIGURAS

Figura 1 Livro Pipo e Fifi 0 a 3 anos	32
Figura 2 Livro Pipo e Fifi 0 a 3 anos	32
Figura 3 Livro Pipo e Fifi toque não, toque sim	33
Figura 4 Livro Pipo e Fifi toque não, toque sim	34
Figura 5 Livro Família Educa, Escola Ensina 2017	36
Figura 6 Manual do Professor 2019.	37
Figura 7 Conflitos e Violência na Escola	38
Figura 8 Revista em Quadrinho Crianças e Adolescentes Volume 1, Vítimas de Violências	39
Figura 9 Revista em Quadrinho Crianças e Adolescentes Volume 2, Como Investigar Casos Suspeitos	40
Figura 10 - Folder informativo	43
Figura 11 - Informativo de Palestra	44
Figura 12 - Cartaz Projeto Proteger é mais bonito	45
Figura 13 Informativo Projeto Proteger é Mais Bonito	47
Figura 14 - Capa de Cartilha Proteger é Mais Bonito	49
Figura 15 Tela Inicial Dispositivo.....	52
Figura 16 Localização do Dispositivo	51
Figura 17 Selecionar Região.....	54
Figura 18 Identificação Órgão de denúncia.....	52
Figura 19 Identificação Órgão de denúncia.....	55
Figura 20 órgão competente	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Contextualização do Município.....	11
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Justificativa da realização do estudo.....	14
1.4 Aspectos metodológicos.....	16
1.5 Coleta de dados.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Política Pública.....	18
2.2 Vulnerabilidade Social.....	20
2.3 Contexto Legal dos Direitos da Crianças e Adolescentes.....	22
2.4 Aspectos da Violência na Infância e adolescência.....	26
2.5 Inovação.....	27
3. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	30
3.1 Proposta de Palestra e Grupo de Estudo de Capacitação Para O Município De Balneário Piçarras.....	30
3.2 Criar informativo sobre prevenção a violência contra criança e adolescentes para o município de Balneário Piçarras.....	41
3.3 Sugerir parcerias e melhorias para o aplicativo: Proteja Brasil.....	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5. REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a violência sempre fez parte da experiência e das relações humanas. De modo geral, desde os primórdios, há relatos de violência no passado, nas lutas pelo poder, por títulos, pelo domínio das massas, por dinheiro. Atualmente os noticiários têm o mesmo papel, informando sobre as guerras étnicas, religiosas e territoriais. Entretanto, existem formas de violência que embora pareçam ser mais divulgadas hoje pela força das redes sociais, ainda estão aquém de serem banidas, como violência física, psicológica, sexual e de exploração da força de trabalho, profundamente enraizadas no contexto social, cultural e econômico da sociedade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência define-se pelo uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A intencionalidade entra na definição como violência independentemente do resultado produzido.

A violência não atinge a sociedade somente no que diz respeito aos fatos historicamente conhecidos e descritos na literatura. De forma penosa, velada e partindo muitas vezes de pessoas da confiança e estima do violado, a danação também acontece dentro de locais que deveriam produzir a sensação de confiança desde os primórdios das civilizações. Homens com sede de domínio sobre o outro, querendo sanar seus mais profundos desejos, submeteram mulheres, escravos, serviçais, adolescentes e crianças num ato de poder e perversão impetuosos.

É comum os noticiários apresentarem manchetes sobre o tema, descrevendo o uso do poder do mais forte sobre o mais frágil, seja o chefe assediando o funcionário, o marido agredindo a esposa, a babá punindo a criança, o pai espancando o filho. Contudo quando se pensa nas crianças e adolescentes, estes, são a camada mais vulnerável da sociedade e que necessitam de proteção e cuidado advindos de todos os personagens sociais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da UNICEF e da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada desde 1948 estão em concordância com a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhecendo os direitos das crianças e dos adolescentes como sendo

dever da família, da sociedade e do Estado assegurá-los com absoluta prioridade, dentre outros, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e ainda, de mantê-los a salvo da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (SANTA CATARINA, 2014).

No que diz respeito aos aspectos relacionados à vida, a população infanto-juvenil acaba apresentando maior vulnerabilidade, já que necessitam do universo adulto demandando proteção e segurança, principalmente contra a negligência, abusos e a própria violência considerada atualmente um grave problema de saúde pública mundial (EGRY, et al, 2018; NJAINE 2013).

No Brasil, os dados são alarmantes: a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) de 2015, verificou um subtipo da violência, identificou 2.226 notificações de violência incluindo estupro, assédio sexual, atentado ao pudor, exploração sexual ou pornografia infantil; 4,0% dos escolares entrevistados foram forçados a ter relação sexual - 3,7% dos meninos 4,5% das meninas aproximadamente (ROBERTO CAVARARO, 2019).

Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a violência sexual está em segundo lugar entre as agressões contra adolescentes de 10 a 19 anos, com 23,9% das notificações (BRASIL, 2006).

Em Santa Catarina, foram feitas 2.947 ligações para o Disque 100 relacionadas a negligência, o que representa 37% das denúncias. Por isso, o Ministério Público de Santa Catarina, em parceria com Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-juvenil, lançou a "Campanha pelo combate à negligência contra crianças e adolescentes". Além disso, o Estado instituiu através da Lei nº 16.878/2016, a "Semana de Combate a Pedofilia" que durante a primeira semana de julho, objetivou a sensibilização da sociedade no combate às violências que acometem crianças e adolescentes (MPSC, 2019).

Nesse contexto encontra-se a cidade de Balneário Piçarras com território total de 99,137 km², densidade demográfica de 171,79 hab./km e conta com uma população estimada em 23.147, sendo 95,5% escolarizados. O município detém também um índice de 0.756 que o situa em alto nível de desenvolvimento (IBGE, 2019). Possui um alto índice de desenvolvimento humano e econômico, gerando uma grande preocupação com o bem-estar das crianças e adolescentes.

O Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil esteve presente em agosto de 2017, através do Seminário Regional de Combate a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Região AMFRI, objetivando abrir espaço de discussão referente ao combate à violência física e sexual, possibilitando a articulação entre diversos profissionais que atuam de forma direta e indireta com a criança e ao adolescente, numa abordagem interdisciplinar (AMFRI, 2017).

Mesmo com o advento das leis de proteção, o índice de violência e abuso contra dignidade da criança e do adolescente não diminuíram como esperado. Desta forma, é de extrema necessidade a criação e o aprimoramento de políticas públicas de proteção a esta parcela da população, de forma eficiente e eficaz. Portanto, pretende-se propor a conscientização de toda comunidade por meio de ações voltadas para escolas, famílias e profissionais da saúde, buscando despertar o interesse e destacando a importância do tema para o crescimento e desenvolvimento regional no que tange a segurança e o futuro das crianças e adolescentes e, portanto, o futuro da cidade.

1.1 Contextualização do Município

Balneário Piçarras localiza-se no litoral norte de Santa Catarina, faz fronteira com Penha, Luiz Alves e Barra Velha, tem belas praias e está próximo a um parque temático de referência continental, gerando um turismo ativo durante algumas épocas do ano. É uma cidade com regionalização populacional pequena, mas com uma vasta área de mata, o que justifica o constante crescimento ligado à hotelaria e turismo. Sua latitude 26°01'31" sul e longitude 48° 40' 20" oeste, cerca de 18 metros de altitude e litorânea, caracteriza o clima da região como úmido a maior parte do ano, com variação térmica média entre 18°C e 30°C, constatando uma média anual de 1569 mm de índice pluviométrico, área com território total de 99,137 km², densidade demográfica de 171,79 hab./km (IBGE, 2019).

Como conta o historiador José Ferreira da Silva, antes da emancipação do município de Balneário Piçarras em 14 de dezembro 1963, a região era conhecida como Penha, habitada pelos índios Carijós, que tinham na época como a principal matéria prima econômica as baleias e seus derivados. Por volta do século XVIII, em busca desta mesma matéria prima, um grupo de pescadores de São Francisco do

Sul se deslocou até a região ao qual denominaram Ponta do Itapocorói. A partir daí, com as condições climáticas e geográficas favoráveis para uma grande população de baleias na região, deu-se início a um povoado e em 1777 torna-se oficialmente Armação do Itapocorói.

Com o constante crescimento econômico por conta do azeite, barbatanas e outros derivados, gerou um forte interesse comercial na região, sendo visitada com maior frequência por comerciantes vindos do Rio de Janeiro, e atraindo famílias como os Vieira, Sant'Anna, Macedo dentre outros para o povoado. A história da região rendeu um livro chamado "Viagem pela província de Santa Catarina" escrito pelo historiador francês August de Saint Hilaire que registra suas impressões ao passar por Piçarras.

O território antes habitado por povos indígenas divide agora espaço com os colonizadores açorianos. A pesca excessiva levou a extinção de baleias na região, fazendo com que Armação perdesse espaço econômico e político para Penha. Em 1860 Itajaí assume os municípios de Penha e conseqüentemente Piçarras. Balneário Piçarras se tornou município a partir de 1963 com o Sr. Francisco Fleith à frente da Prefeitura.

No que se refere a dados do município, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no período de 2010 na cidade de Balneário Piçarras teve índice de 0,756, mostrando ser menor do que o valor referente à cidade de Balneário Camboriú, que no mesmo período alcançou um índice de 0,845 (IBE,2010). Quanto ao GINI, instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, enquanto na cidade de Balneário Piçarras, entre os períodos de 2000 e 2010 apresentou diferença de -0,139, a cidade de Balneário Camboriú obteve diferença de - 0,150 no mesmo período.

Os dados levantados pelo Órgão FECAM (IDMS - desenvolvimento municipal sustentável) referente ao PIB (Produto Interno Bruto), teve total apurado no ano de 2016 de R\$ 482.530,25 anual. Separadamente, o setor primário com R\$ 35.743,00; setor secundário com R\$ 123.264,90; setor terciário R\$ 241.011,71 e por fim os tributos, sendo R\$ 82.510,64. Em comparação, temos a cidade de Itajaí que obteve o maior PIB das cidades relacionadas, com valor total do PIB 2016 de R\$ 19.279.925,86. Desmembrando temos o setor primário com R\$ 105.579,43; setor secundário R\$ 2.314.491.000,00; setor terciário R\$ 10.272.485,80 e tributos com

total de R\$ 6.579.416,58. A cidade de Balneário Piçarras teve pouca participação na economia regional em comparação a outras cidades do vale do Itajaí.

A população de Balneário Piçarras apresentou, no ano de 2010, crescimento de 44,31% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. A População Economicamente Ativa (PEA), representou 53,29% do total e teve um crescimento entre 2000 e 2010, com taxa anual de 4,36% em relação a população total.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), em 2018 a população da cidade alcançou 21.884 habitantes. Conforme dados, a taxa de urbanização em 2000 foi de 72,80% e de 9,24% em 2010.

Tomando como referência dezembro de 2011, possuía 971 empresas formais, as quais geraram 3.526 postos de trabalho com carteira assinada. Já em dezembro de 2017, existiam 917 empresas formais, as quais geraram 4.134 postos de trabalho com carteira assinada (IBG,2019).

Com base no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, no referido ano de 2017, em Balneário Piçarras, o salário médio mensal era de 2,40 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24,33%. Já em Itajaí, foi de 3,0 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 42.66%.

O município de Balneário Piçarras no que se fere a locomoção não possui aeroportos e portos. A distância rodoviária do município em relação aos locais mais próximos é de 18km – Porto de Itajaí e Aeroporto de Navegantes.

No que se refere ao abastecimento de água, em 2010 o Estado abastecia 1.993.097 domicílios, sendo que deste total, 24,21% é destinada para a Região do Vale do Itajaí. Balneário Piçarras pertence a região do vale e agrega 5.420 estabelecimentos. No município em 2010, 81,96% dos domicílios foi abastecido pela rede supracitada, representando 4.442 domicílios (IBGE,2010)

No que tange o Saneamento Básico, a cidade de Balneário Piçarras, entre 2012 e 2018, manteve o mesmo índice de 843,0 (IBGE,2010). De acordo com o IBGE, Itajaí se destaca no quesito saúde com uma margem de 0,742 no ano de 2018, já o município de Balneário Piçarras neste mesmo período foi de 0,695.

O município sofre no quesito saúde, pois não possui leitos hospitalares, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), não foram entre 2007 e 2012, registros de leitos hospitalares no município, tão pouco Leitos de UTIs.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Propor um programa de combate e prevenção à violência contra a criança e ao adolescente na cidade de Balneário Piçarras – SC

1.2.2 Objetivos Específicos

- Propor Palestra e Grupo de Estudo de Capacitação para o município de Balneário Piçarras;
- Criar informativo sobre prevenção a Violência contra Crianças e Adolescentes para o município de Balneário Piçarras;
- Sugerir parcerias e melhorias para o aplicativo: Proteja Brasil.

1.3 Justificativa da realização do estudo

A relevância do tema do projeto “PROTEGER É MAIS BONITO”, se justifica pela necessidade de desenvolver política pública de proteção do infanto-juvenil em situação de risco e vulnerabilidade social no município de Balneário Piçarras. A violência contra crianças e adolescentes apresenta-se sob diversas faces, deste ato entendido como forma de corrigir e educar, aplicando advertência física severa, bem como quaisquer ações de negligência, violência física, psicológica e sexual. Todas as formas de manifestações de violência, geram prejuízos e significativos do desenvolvimento de uma criança e adolescente, indo desde comportamentos distorcidos ou sentimento ambíguos, até mesmo provocar incapacidades físicas, psicológicas ou neurológicas (SCHLICKMANN, R. et al. 2016). Dessa forma, devem ser coibidas.

Balneário Piçarras é uma cidade turística, conhecida pelas belas praias, possuindo em torno de 18 bairros com duas regiões mais carentes. Com aproximadamente 23.000 habitantes, sendo 33,2% de jovens entre 0 a 19 de acordo com censo de 2010, a cidade atualmente é conhecida pelo turismo, aumentando assim a necessidade de criar estratégias para proteger a criança e ao adolescente,

pois segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos local, estão mais propícios à exploração e abusos sexuais (IBGE, 2010).

O referido Projeto é inovador, pois o município não tem desenvolvido nenhum veículo de combate a violência contra criança e ao adolescente. Dentro deste projeto é possível destacar diversos pontos positivos no que se refere a capacitação de assistentes sociais, profissionais da educação, saúde e as próprias famílias. No que tange a assistência social, visa proteger, acolher e principalmente orientar a comunidade, os servidores e as próprias crianças, adolescentes e pais, no enfrentamento ante as situações de violência. O assistente social tem papel fundamental nos planos contra a violência, já que faz parte do seu dever profissional promover acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida (PINHEIRO, 2018).

Outra característica positiva é a capacitação de profissionais da educação nas escolas, já que tem papel fundamental na identificação e prevenção de violências e abuso, por terem contato diário e contínuo com a população alvo do presente tema. É importante que a escola seja um ambiente de discussão e reflexão, como um lugar em que o vulnerável possa ter liberdade de falar, já que estas crianças e adolescentes muitas vezes tem contato apenas com os profissionais da escola além da família, já que grande parte da violência é cometido por parentes e amigos, restando apenas a escola como agente interventor da situação (PELISOLI, 2010; PICCOLOTO, 2019).

Quanto a capacitação de pais e familiares, é importante ter planos de treinamento para que possam usar a prevenção como um elemento da educação que darão aos filhos, oferecidos por pessoas e profissionais capacitados, já que por não saber como abordar o assunto ou ainda, por achar que o risco está longe dos seus filhos, muitos pais acabam não dialogando sobre o tema e não identificando sinais, vestígios ou comportamento que acuse abuso ou violência (PELISOLI, 2010; PICCOLOTO, 2019).

A valorização do direito da criança e do adolescente é foco do presente trabalho visando alcançar resultados semelhantes e visíveis, como em outros municípios que passaram pelo processo de implantação do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Para o acadêmico, o projeto proporciona a oportunidade de promover a proteção aos direitos básicos de crianças e adolescentes, no que se refere ao

combate a violência e abuso, tendo o ambiente da própria Universidade, como agente incentivador, difundindo informações, atuando em pesquisa, extensão e ensino, agregando à formação acadêmica a riqueza de vivências teóricas e práticas. A formação de um profissional completo, com visão ampla, humanizada e empática e com experiência para intervir na sociedade dentro e fora da sua área de atuação.

Já a Universidade, ao promover intervenções através de projetos como esse, corrobora em sua conduta de instituição filantrópica, atendendo a sociedade em suas necessidades, trabalhando em conjunto com a população, o Estado e alunos, promovendo a melhora de alguns aspectos já existentes e o desenvolvimento de outros ainda não realizados, proporcionando aspectos técnicos, físicos e profissionais que trarão relevância à sociedade local e regional.

1.4 Aspectos metodológicos

O desenvolvimento deste projeto sucedeu por meio de uma abordagem qualitativa, que utiliza demasiadamente a estatística e números dos resultados obtidos. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo, "responde a questões muito particulares" (MINAYO, 2004, p. 22).

A pesquisa será desenvolvida por meio do método descritivo e exploratório. Averiguando as duas categorias, entende-se inicialmente que a pesquisa descritiva se refere a estimar e descrever as características pertinentes ao fenômeno de pesquisa, buscando identificar a frequência com que o fato ocorre e suas características, causas e relações com outros fatores. Por fim as pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar uma visão geral de determinado fato, buscando conhecer mais profundamente o tema pesquisado de modo a torná-lo mais plausível (COLLIS; HUSSEY, 2005).

O instrumento de pesquisa deste projeto deu-se por meio, de análises de documentos encontrados em sites referenciados e governamentais, bem como teses acadêmicas e livros conceituados, que demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas concretas de nobre temática.

1.5 Coleta de dados

A coleta de dados desta pesquisa ocorreu por fontes secundárias, através do banco de dados de sites governamentais e trabalhos acadêmicos, em que se apresentou informações quanto a varrições e tipos de violência contra crianças e adolescentes, índice de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência, justificado pela baixa instrução dos profissionais da saúde, educação, pais e sociedade civil no que se refere ao combate e prevenção à violência infanto-juvenil.

Buscando fundamentar a proposta do projeto e confirmar os dados levantados pelas fontes secundárias, foram entrevistados informalmente alguns profissionais da assistência social e conselho tutelar, pessoas que possuem maior contato com a população do município em questão. Pelo telefone com 1 assistente social, 1 conselheira tutelar e 1 agente comunitário de saúde das unidades locais e por fim, um voluntario no combate à violência contra criança e ao adolescente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo irá apresentar importantes conceitos que dão consistência e fundamentação ao projeto, direcionando a pesquisa e embasando-a em literaturas, demonstrando o conhecimento necessário ao tema relacionado e às teorias que fundamentam o presente estudo.

2.1 Política Pública

Para entender melhor o conceito de Política Pública, é necessário antes entender a origem do que se chama política pública, que de acordo com Souza (2006), enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos EUA rompendo etapas seguidas pela tradição, passando a estudar o papel do Estados nas questões sociais e econômicas.

Políticas públicas são ações do Estado movidas por um determinado momento histórico que visam atender as demandas prioritárias da sociedade, necessidades estas marcadas por fatos provenientes desde questões sociais a questões econômicas (HÖFLING, 2001).

Dentro de política pública é de suma importância entender que o significado de público, na prática, não se refere a uma responsabilidade apenas do Estado, mas sim de um interesse coletivo podendo partir inclusive da iniciativa privada. Portanto, público é busca por soluções de problemas públicos que atingem a população, no que tange à habitação, saúde, segurança, vulnerabilidade social, econômica entre outros (PEREIRA, 1994).

Tal campo do conhecimento tem como objetivo propor, analisar e colocar em ação intervenções necessárias e, quando identificado alguma deficiência, poderá propor reformulação ou substituição da mesma quando mal executada. Segundo Souza (2006, p.7), “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Dessa forma, depois de desenhadas e formuladas, as propostas de políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, inclusive alguns requerem nova legislação. Quando são implementadas, são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Para Souza (2006), as Políticas Públicas se dividem entre as modalidades de política pública distributiva, regulatória, redistributivas e constitutivas, descritas a seguir.

As políticas distributivas contam com objetivos específicos relacionados aos serviços fornecidos pelo Estado. Nesse caso, a sociedade arca com o custo por meio de um orçamento público que fornece assistência a pequenos grupos distintos por sua classe social.

É costumeiro no Brasil o uso dessa política e é bastante desenvolvido pelo Poder Legislativo, primeiramente porque a camada mais pobre da população apresenta necessidades individuais e pertinentes devido a falta de recurso para todos e também, porque representam a força daquele político que troca votos por assistencialismo.

Passaram a aplicar tais políticas de uma maneira mais igualitária após a criação das LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, criada em 1988, dando sustentação legal a assistência social com um impacto benéfico a uma parcela da população sem que nenhuma outra fosse prejudicada. (LOWI, 1966).

Regulação e políticas públicas estão interligadas em diferentes esferas. A política pública tem um propósito geral que está vinculada a gestão da política regulatória, sendo assim, identifica-se que a atuação explícita do Estado em relação a qualidade da regulação. Tal atividade se desenvolve diante de uma rede de atores, sejam públicos ou privados, com interesses distintos.

A regulação é um mecanismo que concretiza as decisões políticas. Consequentemente a elaboração de políticas públicas servira como instrumentos regulatórios. É uma atividade que encerra uma intervenção estatal com fim de definir normativamente critérios e condições de operação e funcionamento das atividades econômicas e sociais valorizadas pela sociedade (JORDANA et al, 2004).

As políticas redistributivas atingem um maior número de pessoas e impõe perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais durante a implantação da mesma, portanto por definição, um grupo será beneficiado e outro, prejudicado. Um exemplo, quando parte da população passa a pagar mais impostos e a outra parcela passa a receber mais em serviços. Os impactos das políticas redistributivas atingem classes sociais distintas, ricos e pobres, grandes e pequenos (LOWI, 1966).

Tal processo é influenciado por novas distribuições no que tange a estabilização e centralização de conflitos, tirando o processo das decisões do âmbito

restritivo das assembleias legislativas. Sendo assim, os responsáveis pelos decretos redistributivos é o próprio executivo. O autor afirma que são mínimos os casos de estudos com alusão às decisões redistributivas e que, conseqüentemente, ao aprofundar os estudos, as possibilidades de testá-los são prejudicadas (LOWI, 1966).

Não necessariamente se trata de uma prestação de serviço concreta, demandados pela sociedade, mas consolidam normas e procedimentos sobre os quais devem ser implementadas as demais políticas. Este tipo de política fica na arena dos atores governamentais, podendo ser reputada como uma variedade política, onde encontra-se acima das demais políticas públicas, uma vez que estas têm o papel de estabelecer regras não somente sobre os poderes, mas, sobretudo, sobre princípios existentes para o estabelecimento das demais políticas (GUSTAFSSON,1983).

Na história recente pode-se argumentar que os governos anteriores ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso apresentaram como meta-políticas a área econômica, enquanto os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concentraram-se nas políticas sociais de redução da pobreza e da desigualdade. Para isto, destaca-se as políticas públicas ideais, sendo aquelas que o legislador incorpora enquanto problema público e procura estabelecer parâmetros para sua resolução. No caso das políticas simbólicas, os legisladores não manifestam interesse na elaboração, mesmo tendo meios para tal (GUSTAFSSON,1983).

2.2 Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade social vem sendo trabalhado por diversos autores que se aproximam nas definições, mas se diferenciam no que tange os fatores relevantes de acordo com Dwyer et al (2004) e EC-DgE (2008). Na concepção de Blaikie et al. (2004) e de Hufschmidt et al. (2005), a vulnerabilidade social refere-se ao nível de resiliência e de resistência dos indivíduos e comunidades quando expostos a processos ou acontecimentos perigosos.

Para Abramovay et al. (2002), é recente o termo vulnerabilidade social na América Latina e foi criado para ampliar a análise dos problemas sociais, considerando não apenas o identificador, mas sim, todos os níveis de desigualdades sociais, vinculando o conceito as noções do Estado de Bem-Estar Social.

A forma de avaliar a vulnerabilidade social pode ser entendida como um fator determinante para um processo efetivo de redução do risco (BIRKMAN, 2013; LANGRIDGE et al., 2006). Apesar dos diferentes olhares dos autores para com o tema, há certo consenso sobre a vulnerabilidade ser resultado das desigualdades sociais e variáveis como pobreza, idade, sexo ou classe social e não uma simples consequência da exposição aos mesmos (CUTTER, 2006; DWYER et al., 2004; KUHLCHE et al., 2011).

A fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social também está inclusa na definição de vulnerabilidade. Renda, educação, saúde, local de moradia, dentre outros, relacionam-se aos processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos dos mesmos (MONTEIRO 2011, XIMENES, 2010).

O próprio ciclo de vida das pessoas, as condições familiares, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem, podem expô-las aos riscos, envolvendo carências, exclusão social, condições precárias de nutrição, saúde, moradia, saneamento, emprego, sem possibilidade e recursos para saírem de tal condição (CARNEIRO E VEIGA, 2004).

A pobreza é primeira a aproximar e expor as crianças e adolescentes ao risco e vulnerabilidade. Logo, a ausência de recursos materiais terá como consequência outras fragilidades. Tais condições de vida diminuirão as chances de enfrentar as adversidades, sendo privados de suas capacidades. Dessa forma, vulnerabilidades e riscos trazem consigo carências, exclusão e a falta de recursos materiais e imateriais para vencer as condições a que são ou estão submetidas (SEN, 2000; CARNEIRO E VEIGA, 2004).

A exclusão social decorrente das desigualdades sociais e pobreza, não só atrapalham e afastam a criança e ao adolescente do convívio social sadio, como interfere negativamente no núcleo familiar, gerando a falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização. Além disso, leva-os precocemente à transição para a vida adulta, entretanto, sem acesso à educação e saúde de qualidade, alimentação, trabalho digno, lazer, cultura, ou seja, recursos materiais mínimos para a sobrevivência, e pior, à exploração do trabalho infantil, à falta de perspectivas para o futuro, ao alto índice de reprovação e/ou evasão escolar, à oferta de integração e ao consumo de drogas. (ABRAMOVAY et al, 2002).

Corroborando, Sierra e Mesquita (2006) citam os riscos inerentes aos problemas associados ao alcoolismo, conflitos entre casais, que tornam crianças testemunhas de agressões e de várias formas de violência. Discorrem ainda sobre os riscos relacionados ao local de habitação, já que podem estar próximos da localização de pontos de venda de drogas e conseqüentemente, perto do tráfico.

Crianças, adolescentes e famílias passivas, dependentes, com a autoestima abalada são geradas nesse contexto, num ciclo vicioso e miserável que atingem todas as esferas do núcleo familiar, principalmente nos níveis material e afetivo. Enfraquecem ainda o papel protetivo, com conseqüências que atingem diretamente a infância e a adolescência como: negligência; violência física, psíquica, sexual; abandono; situação de rua; exploração do trabalho infantil. (GUARNIERI, 2018).

Os principais fatores da vulnerabilidade de crianças e adolescentes no Brasil, são decorrentes das situações presenciadas em casa como conflito de casais, agressões domésticas e pais alcoólatras, sem contar os próprios riscos inerentes a condição social como precariedade de moradia, falta de saúde, educação, ausência de espaços de lazer e até mesmo o contato com o tráfico de drogas que domina grande parte das comunidades (TEIXEIRA, 2010).

Tais fatores de risco geram uma instabilidade emocional e física nas crianças e adolescentes. Vale destacar ainda que as violências sofridas partem muitas vezes de dentro do lar, como a exploração do trabalho infantil e os insultos sexuais (TEIXEIRA, 2010).

Diante de um cenário tão precário de sobrevivência, estas crianças acabam se envolvendo com outros problemas que também são fatores de risco, como o uso de bebidas alcoólicas, drogas, práticas criminosas, prostituição que pode levar a gravidez precoce, comum nesse contexto (TEIXEIRA, 2010).

2.3 Contexto Legal dos Direitos da Crianças e Adolescentes

Antigamente crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direito, não recebiam proteção jurídica, sendo tratados como objeto de propriedade do poder estatal ou do poder patriarcal, único meio que proporcionava o mínimo de dignidade e noções éticas e religiosas. Um longo período histórico passou até o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, de dever da família, do Estado e da Sociedade na proteção infanto-juvenil (CORRAL, 2004).

A primeira fase perdurou aproximadamente do século XVI ao século XIX, onde segundo Ariès (1978), as crianças e adolescentes eram reconhecidos como “bichos de estimação”, evoluindo minimamente por volta do século XX, passando assim a serem reconhecidos como “objetos” de tutela do Estado. Finalmente, após uma evolução morosa na segunda metade do século XX, que perdura até os dias atuais, as crianças e adolescentes passaram a receber maior proteção do Estado e da Sociedade Civil, reconhecidos como cidadãos de direitos com proteção integral e prioritária (DE LIMA et al, 2017).

Legisladores e sociedade perceberam a necessidade de uma maior proteção às crianças e adolescentes, reconhecendo-os como indivíduos carentes e detentores de direitos e garantias fundamentais, rompendo completamente com o pensamento arcaico que os definia como “insignificantes” ou “objetos”, passando a serem vistos com um olhar mais humano.

Neste sentido corrobora Martins (2004), contextualizando de forma clara o referido período no qual crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direito:

Deixam de ser vistos como meros sujeitos passivos, objeto de decisões de outrem (ou seu representante legal), sem qualquer capacidade para influenciar a condução da sua vida, e passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, ou seja, como sujeitos dotados de uma progressiva autonomia no exercício de seus direitos em função da sua idade, maturidade e desenvolvimento das suas capacidades. Pode, por conseguinte, afirmar-se que a criança e ao adolescente conquistaram já um estatuto de “cidadania social” incontornável (MARTINS, 2004, p. 6).

Nesta fase, a criança e adolescentes passaram a receber maior proteção e amparo integral e prioritário. Sendo reconhecido como cidadãos de direitos, e vulneráveis pela própria essência e conseqüentemente, a infância passou a ser debatida por ser considerada como a fase da vida que merece maior proteção (MARTINS, 2004).

O marco mais importante de consolidação de tais direitos, que até então eram apenas objeto de debate, foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 20 de novembro de 1959, da qual o Brasil é signatário. A Declaração estabelece que, devido à fragilidade física e mental inerente da própria fase da infância e da adolescência, ambos necessitam de proteção e de cuidado especial, que devem ser amparados pela legislação. O documento também criou princípios para que todas as

legislações que versarem sobre o direito da criança e do adolescente tivessem onde se fundamentar (DE LIMA et al, 2017).

O primeiro princípio garante que toda as crianças fazem jus aos direitos e garantias previstas em lei, sendo vedado qualquer espécie de distinção seja de raça, cor, sexo, língua, religião, etc. O princípio sexto versa sobre a importância da família e a responsabilidade do Estado e da sociedade, na falta da família, em proporcionar ao infante-juvenil um ambiente adequado para o desenvolvimento integral e harmônico da personalidade dos mesmos (UNICEF,1959).

Uns dos mais importantes princípios e que merece destaque, como conquista ao direito da criança e do adolescente é o princípio nono, que assegura a proteção dos mesmos de qualquer atitude negligente, exploratória e cruel. O princípio décimo está em concordância e estabelece que todos fazem jus aos direitos e devem ser protegidos de qualquer discriminação racial e religiosa (UNICEF,1959).

Princípio 6º. Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas. Princípio 8º. A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro. Princípio 9º. A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. Princípio 10º. A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes (BRASIL, 1959).

Nesse sentido, o Pacto de San José da Costa Rica prevê em seu art. 19 que: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado” (HUMANOS, 1969).

Com a promulgação da Carta Magna de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº8.069/90), o Brasil passa a oferecer proteção integral para o menor, independente de situação, sendo ou não infrator. A constituição incorporou

novos fundamentos, desenvolvendo um novo tipo de política social pública da criança. (ROBERTI JUNIOR, 2012).

De acordo com Mendez (1999), o artigo 227 da constituição consolida o dever da Família, Estado e da Sociedade Civil de garantir a proteção integral da criança e adolescente, responsabilidade esta que até então era apenas um rascunho do desejo de alguns movimentos que lutavam por tais direitos. O artigo 204, inc. II da CRFB/88 legitimou a ampla participação e controle da sociedade no desenvolvimento e formulação das políticas públicas, deixando para traz o conceito de política pública, resultado de ação do governo para articulações entre o Estado e Sociedade Civil.

Após a proteção integral da criança e do adolescente ser consolidada na constituição como supracitado, o Brasil passou a elaborar leis específicas para assegurar tais direitos, entre eles o Decreto n^o 99.710/1990, que trouxe a previsão de direitos iguais para todas às crianças e adolescentes e que proíbe expressamente, qualquer discriminação ou castigo. Tais artigos resultam dos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 20 de novembro de 1959.

O mesmo decreto ainda em seu art. 3, estabeleceu que todos os entes públicos e privados que exerçam atividade com crianças e adolescentes, devem primordialmente agir no interesse do infante-juvenil. O Estado, com o decreto, passa a ser responsável por tomar medidas legislativas, administrativas entre outras, para garantir todos os direitos estabelecidos (BRASIL, 1992).

A responsabilidade do Estado fica mais plausível quando Castro (2013), explana acerca do art. 4 do decreto 99.710/1990:

Cuida-se, portanto, de um dever de máxima aplicação de recursos disponíveis, gerando uma verdadeira inversão no ônus da prova, ao colocar sob a obrigação do Estado comprovar que não pôde fazer mais do que fez em favor da eficácia desses direitos sociais, econômicos e culturais. (...). Embora as políticas públicas em favor de crianças e adolescentes devam ser municipalizadas, visando à proximidade territorial de suas famílias e comunidade, justamente para favorecer o fortalecimento familiar e comunitário, a responsabilidade por esta efetivação de direitos é das três esferas (municipal, estadual e federal). Por isso, todos podem ser cobrados, inclusive judicialmente, pelo cumprimento dos direitos previstos na Constituição, na Convenção e nas leis ordinárias. (CASTRO, p. 449, 2.013).

Todas as legislações supracitadas sobre o Direito da Criança e do adolescente, corroborando com a constituição, visam garantir a proteção integrada

dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Sendo a família, Estado e sociedade responsáveis, onde o Estado poderá agir por meio dos profissionais do Judiciário, Ministério Público e serviço social, professores na educação, dentre outros mais.

2.4 Aspectos da Violência na Infância e adolescência

É importante conceituar as espécies de violência na infância, tendo em vista a necessidade de saber como combater cada uma delas, abusos estes que ferem a dignidade da criança e do adolescente, sendo a espécie de violência que mais os atinge é o abuso físico, pois ainda é usado na sociedade como método de educação (NUNES; SALES, 2016).

A violência física define-se por ações que empregam força física intencional e não acidental, gerando marcas no corpo e no psicológico de crianças e adolescentes que vivenciam tal ação. Na grande maioria, esta ocorre no seio intrafamiliar, como método de educação, correção e controle da criança (MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997).

No que concerne ao abuso sexual, tem sido amplamente debatido e estudado desde a década de 90, já que vem assombrando toda a sociedade, sendo criadas inúmeras políticas públicas para seu enfrentamento, pois fere a dignidade sexual da criança e do adolescente. O abuso sexual é o ato que uma ou mais pessoas usam uma criança ou adolescente com a finalidade de ter prazer sexual. Para configurar o crime, não existe a necessidade de “penetração” no ato, bastando apenas o estímulo ou o incentivo para que o vulnerável manipule seu próprio órgão sexual ou de outrem. Esta forma de violência é um crime altamente penalizado, e requer ampla assistência à vítima e sua família (BRASIL, 2006).

O abuso psicológico define-se pelo o emprego de palavras arbitrarias que geram danos psicológicos, sendo esta espécie de violência geralmente acompanhada de uma ou mais tipos. Tal forma de violência gera grandes impactos como depressão, envolvimento com drogas, evasão do lar, insegurança, perda de identidade, entre outros sérios problemas dentro das psicoses sociais (ASSIS; SANTORO JUNIOR, 2003).

A exploração do trabalho infantil com a exposição de crianças e adolescentes menores de 16 anos realização de atividades como empregado, submetido a

trabalhos árduos, combinados a situação de maus tratos e negligência, com baixa ou nenhuma espécie de remuneração junto a exploração sexual infantil são uma das piores formas de trabalho infantil (SCHELB, 2016). Segundo o Censo, cerca de 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam no Brasil em 2010 (IBGE,2010).

Existe um elemento que está presente em todos os tipos de violência contra a criança ou adolescente, elemento este que os adultos exercem sobre as crianças e adolescentes, em todas as espécies de violências apresentadas é possível verificar, através de verbos que demonstram que a vontade dos adultos se sobressaem a das crianças ou adolescentes, como consequência da soberania exercida sobre elas: o poder (ROSSI, 2004)

Toda forma de negligência ao direito da criança e do adolescente é uma espécie de violência a sua dignidade humana, descumprindo assim o dever de proteção integral ao seu direito. O combate e a prevenção às violências cometidas contra essa faixa importante da sociedade vão além da legislação, sendo necessário a colaboração das famílias, Estado e a Sociedade Civil especializada para prevenir as ocorrências e além disso, para que realizem encaminhamento seguro e eficaz em casos de suspeita de violência (SCHELB, 2017)

2.5 Inovação

O verbo inovar está relacionado a inventar algo diferente, criar, ser original. Mas a palavra inovação também significa aprimorar o que já existe com mudanças e consequências significativas. Tais efeitos precisam fazer sentido aquele que irá usar ou se beneficiar da criação, trazendo recursos não apenas lucrativos. Para a inovação ser colocada em prática, também requer experiência, discernimento, persistência, resiliência, recursos e ainda, saber ouvir “não” (SENS, 1998; PAROLIN, 2001).

O tema é principalmente atrelado à criatividade, está considerada como o primeiro passo da inovação, além de planejamento e oportunidade. O pensamento criativo é parte do interesse real pelo assunto ou necessidade por resolver uma questão. Em adição, conhecimento de determinado assunto, liberdade de pensamento sem censura ou restrição, imaginação, coragem para expor a ideia, iniciativa e expertise completam uma mente e atitude inovadoras (ALENCAR, 1993).

Inovação não é apenas responsabilidade do gestor de uma organização, pelo contrário, quem participa diariamente do desenvolvimento do produto ou presta o serviço é a pessoa ideal para sugerir inovações. Não há um setor responsável pela inovação, mas sim, todos os setores. Processos de melhoria contínua de uma organização são fundamentais na inovação, ao contrário do que se pensa a respeito da palavra inovação, que facilmente se relaciona a algo novo, nunca desenvolvido (ALENCAR, 1995).

As organizações devem proporcionar um ambiente que gerem inovações, portanto não necessariamente a inovação acontece numa reunião para esse fim. Quando os colaboradores da organização são beneficiados com autonomia, autoconfiança, liberdade para criar e desenvolver projetos, incentivos como premiação e remuneração de acordo com o desempenho, o ambiente torna-se propício a criatividade e, portanto, à inovação (VAN GUNDY, 1987; WHITING, SOLOMON, 1989).

Um dos grandes exemplos de inovação são os processos de melhoria nas cidades para se alcançar as *Smart City*, cidades que utilizam tecnologia para melhorar o desenvolvimento, a mobilidade urbana, a infraestrutura, a qualidade de vida de seus habitantes, com mudanças acima de tudo, sustentáveis.

A cidade inteligente desperta cada vez mais o interesse do governo e população, mas engana-se quem pensa que a única preocupação de uma *smart city* é o desenvolvimento tecnológico. Essas ações podem acontecer em vários setores como planejamento urbano, habitação social, energia, mobilidade urbana, coleta de lixo, controle da poluição do ar, entre outros. Esse programa de inovação faz com que o crescimento da cidade seja notável, tornando-a modelo para as outras.

Por todo o mundo sociedades inteligentes almejam soluções para as principais necessidades e mudanças que irão transformar o modo como vivemos nos próximos séculos, como o livre acesso à Internet já existente em diversas cidades ao redor do mundo. No ano de 2014, São Paulo iniciou a implantação do programa WiFi Livre SP1, disponibilizando sinal de Wifi em pontos públicos estratégicos (RATUSZNEI, 2015). O jornal do Almoço da afiliada da Rede Globo em Santa Catarina NSC, mostrou a reportagem no início do mês de janeiro em 2020 sobre o tema na capital do estado, a cidade de Florianópolis, que enfrenta problemas com a infraestrutura do cabeamento que não suporta mais fios como os de fibra ótica, necessários para disponibilização do sinal da internet a todos.

Para cidade de Balneário Piçarras seria essencial o *wifi*-livre com a evolução da tecnologia e da comunicação, pois a internet se tornou uns dos maiores e essenciais meios de comunicação no mundo. Ter acesso à internet em qualquer lugar fora da sua própria casa, significaria economia para os habitantes e seria um grande passo para o desenvolvimento tecnológico onde todos sem exceção de classes sociais, teriam acesso à internet e a comunicação, criando ainda mais um atrativo à cidade turística.

Balneário Piçarras está em constante crescimento, De acordo com uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2010 as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE entre os anos de 1991 - 2009 constata um crescimento considerável da longevidade, educação e renda. Na época o município detinha 14.845 habitantes, em 2019 com população estimada em 23.147 habitantes, um aumento considerável, deixando o município no ranking como 8º no crescimento populacional de Santa Catarina, crescimento esse atribuído ao turismo (BIEGING, 2018).

Assim como as capitais, Balneário Piçarras sendo uma cidade turística, almeja soluções para a economia, segurança e mobilidade e outras demandas da população a partir da inovação. Algumas já foram aplicadas como a criação de ciclovias, manutenção da restinga, extensão do deck da avenida Beira Mar, projetos como a Balneoterapia, projeto terapêutico da Balneoterapia, da Secretaria de Saúde de Balneário Piçarras, com caminhadas na praia, alongamentos, técnicas de respiração e aulas de hidroginástica no mar, com profissionais da área da saúde, fazem parte das ações inovadoras para contribuir com uma cidade *smart*.

A cidade também vem investindo em eventos esportivos amadores e profissionais o como Bola na Cesta, a Escola de Canoagem, Campeonato de *Beach Soccer*, Campeonato Internacional de *Slackline*, Circuito *Mormaii* de *Beach Tennis*, 19ª Travessia a nado entre outras. Todos os eventos e projetos estão disponíveis no site da prefeitura com as datas e locais respectivos.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste item busca-se apresentar o resultado da pesquisa que tem por objetivo propor uma política pública de combate e prevenção à violência contra crianças e/ou adolescentes, por meio de uma campanha que capacite profissionais da educação, saúde e assistência social, bem como a sociedade civil, sobre a importância de realizar debates sobre o tema e denunciar casos de violência no município de Balneário Piçarras, bem como preparar os próprios menores ensinando-os a reconhecerem o perigo e se defenderem se necessário, com informação e conhecimento de forma lúdica e didática.

3.1 Proposta de Palestra e Grupo de Estudo de Capacitação Para O Município De Balneário Piçarras

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o abuso infantil é um problema mundial que pode gerar consequências por toda a vida. A prevenção é a peça chave para diminuir este problema mundial, por isso, é de suma importância propor palestras de capacitação para os profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social para a prevenção e combate a toda espécie de abuso infantil, e assim, esses profissionais possam trabalhar diretamente com crianças e adolescentes, e auxiliarem os pais a usarem a prevenção como um elemento da criação, ou melhor, da educação de seus filhos.

O município de Balneário Piçarras por meio do Projeto: Proteger é Mais Bonito, deve oferecer aos profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social, grupos de estudo que abordem, com uma linguagem adequada, as Legislações e Decisões Judiciais que tratem do Direito da Criança e Adolescente, atitudes e práticas para coibir a violação ao Direito do infante-juvenil. Neste grupo de Estudo, devem ser oferecidos materiais para que os profissionais possam se capacitar, para não só aplicarem em sua área de atuação com crianças e pais, mas também, para que possam se tornar ministrantes de cursos e palestras sobre o tema violência contra criança e adolescente, tendo assim, uma maior rotatividade de capacitação de profissionais.

A proposta para os profissionais da Educação é de que eles passem a ser aptos a prevenir, identificar e agir de forma correta diante da constatação de um

caso de abuso. O Artigo científico “Concepções Da Professora Acerca Do Abuso Sexual Infantil” dos autores Brino e William (2003), afirma que os procedimentos e ações adotadas pelos professores perante um caso de abuso sexual, de 100% desses profissionais participantes, apenas 21% tomaram a atitude de Denúncia, e 79% afirmaram que tomariam outras atitudes, entre elas, falar diretamente com os pais ou com as próprias crianças.

Conforme os dados supracitados, é alarmante que a maioria dos educadores não denunciem os casos de abusos quando tomam conhecimento, apesar da responsabilidade de denunciar estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, e da previsão de penalidade administrativa e multa por descumprimento do dever de Denúncia conforme art. 245 do mesmo Estatuto:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:
Pena: – multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

O descumprimento do artigo supracitado pode ocasionar risco à integridade física e psicológica da criança e adolescente, problema este que pode ser solucionado com cursos e palestras preventivos.

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) atua no ensino, pesquisa, extensão, neste sentido, podendo propor um vínculo da universidade com o município de Balneário Piçarras, na propagação do Projeto: Proteger é mais Bonito. Na cidade, a universidade possui um campus com o curso de pedagogia em EAD. A proposta é que o curso ofereça um projeto de extensão no qual os acadêmicos possam fazer uma ponte entre a universidade e a comunidade, desenvolvendo as atividades propostas e trabalhando em conjunto com os professores na prevenção à violência contra criança e adolescente, bem como realizar grupos de estudos.

Dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento da região no que tange uma educação preventiva e principalmente contribuir na formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos envolvidos no projeto, mudando o cenário apresentado, juntamente com os professores que em sua maioria ainda não sabem como agir diante da constatação de violência contra a dignidade da criança e adolescente, por não recebem a capacitação adequada durante o curso.

Os Profissionais da Saúde podem ser fortes aliados, não só na denúncia e no diagnóstico, mas também na prevenção, transformando a higiene íntima como uma arma no combate ao abuso sexual, pois a criança, ao aprender a usar o banheiro, ainda na primeira infância, aprenderão a não deixarem ser tocadas de forma ilícita, mas sem que se aborde o tema sexualidade.

Esta intervenção pode ser realizada em conjunto com os profissionais da Educação. Um exemplo desta forma de ensino é o livro Pipo e Fifi de Caroline Arcari (2013), que conta várias histórias de dois monstrinhos que protegem suas partes íntimas, e busca estabelecer a diferença de Toque sim e Toque não, ensinando de forma lúdica às crianças, que ninguém pode tocar em suas partes íntimas.

Figura 1 Livro Pipo e Fifi 0 a 3 anos



Fonte -<https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas>

A Figura 1 apresenta uma forma didática e lúdica de ensinar a criança 0 a 3 a se prevenir do abuso, usando como métodos os próprios elementos da infância como trocar fralda para uma cueca ou calcinha. Os personagens que representam a infância são dois monstrinhos muito fofos.

Figura 2 Livro Pipo e Fifi 0 a 3 anos



Fonte- <https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas>

A presente Figura 2 demonstra uma cena corriqueira das crianças de 0 a 3 anos, a hora do banho, momento este que pode ser usado para ensinar locais no qual não podem ser tocados por outras pessoas.

Figura 3 Livro Pipo e Fifi toque não, toque sim



Fonte- <https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas>

A Figura 3 foi extraída do livro Pipo e Fifi toque não, toque sim, à esquerda está o Pipo que diz toque não para a cena, a seguir no lado direito, no qual um adulto tenta beijar ou abraçar a força uma criança.

Figura 4 Livro Pipo e Fifi toque não, toque sim



Fonte- <https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas>

A Figura 4 foi retirada do livro Pipo e Fifi toque não, toque sim. À esquerda está a Fifi que diz toque sim para a cena a seguir no lado direito, no qual um adulto dá a mão a uma criança para atravessar a rua.

Pode-se concluir que diversas são as formas de ensinar às crianças a se protegerem, sem utilizar nenhum meio de erotização infantil, apenas utilizando elementos decorrentes da própria infância ou adolescência.

Os profissionais da assistência social e conselheiros tutelares são essenciais para promover debates e palestras para a população, desenvolvendo uma sociedade civil ativa na prevenção e também pais que saibam usá-la como elemento na educação de seus filhos.

Profissionais da educação, saúde e assistência social devem receber palestras de capacitação continuada e participarem de grupo de estudo, pois abuso infantil é um tema árduo, nada fácil de ser abordado, que requer uma atualização de métodos de abordagem e legislação para sua própria proteção como representantes do estado, além das crianças e adolescentes.

É importante destacar que quanto mais pessoas instruídas sobre os riscos, maior é a probabilidade de diminuição dos casos de abuso. Portanto se faz necessário a introdução na grade curricular do município, o trabalho de prevenção com as crianças da rede municipal e particular de ensino.

Para que a prevenção a violência contra criança e ao adolescente se torne uma cultura municipal, o tema deve ser abordado durante o período letivo: direitos da criança e adolescente, roda de bate papo juntamente com profissionais da saúde através do tema higiene íntima, utilização de materiais como cartilhas e livros de história voltados ao assunto.

A proposta para iniciar a capacitação é que a princípio seja oferecido uma palestra que tenha como conteúdo legislações do direito da criança e adolescente, tipos de violências contra criança e adolescente, principais canais de denúncia e como agir diante de casos de violência.

Na palestra deve ser também apresentado o Projeto Proteger é Mais Bonito, que pretende incentivar a criação de grupos de estudo para os profissionais da educação, saúde e assistência social. As palestras devem ter carga horária de 8:00h, devem ocorrer bimestralmente, podendo ser realizado no auditório da UNIVALI de Bal. Piçarras ou em alguma escola pública, tendo como público alvo profissionais da educação, saúde e assistência social, bem como os pais e acadêmicos do curso de pedagogia. O município deve selecionar pessoas especializada na área para ministrar as palestras, e propusesse ainda que ocorra uma totalidade de palestrantes.

Quadro 1 - Palestras

PALESTRA PROTEGER É MAIS BONITO (Diga não Violência Infanto-juvenil)	
HORÁRIO: 08:00 ÀS 12:00H 14:00 ÀS 17:00H CARGA HORÁRIA COM CERTIFICADO: 8:00h	
PROGRAMAÇÃO	TEMA
08h30min	História e construção do direito da criança e do adolescente/ legislação e jurisprudências no âmbito do direito da criança e adolescente (ECA e CFRB/88).
10h00min	Tipos de violências contra criança e adolescente e suas principais características e consequência/ principais canais de denúncia e como agir diante da constatação de um caso de violência.
12h00min	Intervalo
14h00min	Apresentação do Projeto Proteger é mais Bonito e do material de capacitação que será utilizado.

16h30min	Abertura para debate
17h00min	Encerramento

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sugere-se que os grupos de estudos e palestras desenvolvidos pelo Projeto Proteger é Mais Bonito, tenham como base o conteúdo ministrado pelo promotor de justiça da infância no Brasil Guilherme Schelb, que atua a mais de 20 anos na defesa do direito da criança e do adolescente. O promotor de justiça durante todo este período escreveu diversos livros, ministrou e desenvolveu várias palestras e cursos buscando capacitar a sociedade civil para junto com o governo, proteger a dignidade física, sexual e psicológica de crianças e adolescentes.

Diante da necessidade de uma sociedade capacitada a palestrar sobre o tema e serem agentes preventivos, o promotor desenvolveu um curso o qual tem como carro chefe o Livro Família Educa, Escola Ensina de 2017 (Figura 5). O presente livro tem uma linguagem clara, que aborda os direitos da criança e do adolescente, buscando criar uma linha forte de proteção integral do direito dos menores.

A Constituição Federal estabelece que a família é a base da sociedade e determina ainda que é dever juntamente com o Poder Público garantir a proteção especial ao infante-juvenil. A capa do presente livro (Figura 5) é ilustrada por um bebê dando ainda os seus primeiros passos na vida remetendo ao objetivo do livro.

Figura 5 Livro Família Educa, Escola Ensina 2017

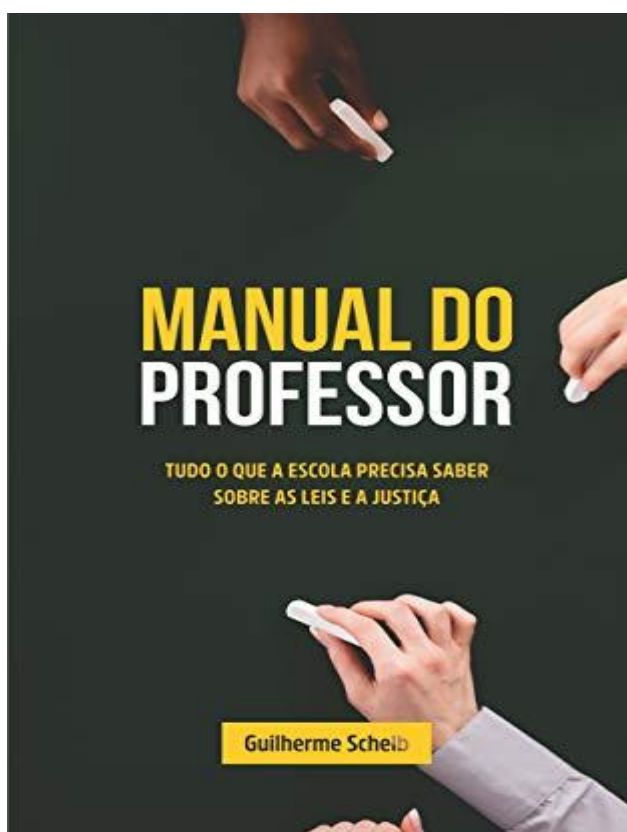


Fonte: Schelb (2017)

O Promotor Guilherme Schelb, defende e ensina que é função dos pais educar seus filhos e a escola e professores ensinar e preparar seus alunos para a vida, estimulando o desenvolvimento de habilidades e conhecimento, para ele é necessário restaurar a qualidade do ensino nas escolas e fortalecer as famílias.

O Promotor de Justiça da Infância, possui também o livro sob título “Manual do Professor” (Figura 6), livro este que apresenta com uma linguagem cotidiana normas legais que regem a atividade escolar, contendo orientações práticas com questões do dia a dia na escola, com o intuito de facilitar a compreensão. Vale lembrar que o presente livro é indicado como material de formação em cursos de graduação e pós-graduação.

Figura 6 Manual do Professor 2019.



Fonte: Schelb (2019).

A referida Figura 6 é a capa do livro “Manual do Professor”, tudo o que a escola precisa saber sobre as leis e justiça, ilustrado por um fundo que remete um quadro negro com professores escrevendo nele, fazendo alusão ao ambiente escolar.

O material é dividido em quatro capítulos sendo eles: Professor, no qual aborda os direitos e deveres do professor, sua responsabilidade civil, atividades, orientações de como agir em conflitos na escola e como agir diante de casos que exponha o professor a riscos; Escola, tendo como conteúdo o regime escolar, pedagogia escolar, segurança na escola, justiça na escola, violência na escola, responsabilidade civil da escola, como agir em casos difíceis, entre outros; Aluno, neste é demonstrado o direito do aluno, liberdade e intimidade, abuso contra o aluno, danos na escola, como agir em casos difíceis; por fim, Família, tratando do poder familiar, deveres da família, pais separados, alienação parental, família negligente, violência doméstica, orientações para a família e como agir em casos difíceis.

Os dois livros buscam apresentar o dever dos pais, escola e professores na formação da criança e do adolescente. Ambos possuem como complemento um DVD e o livro *Conflitos e Violência na Escola* (figura 7), guia legal e prático para professores e famílias contendo roteiros de palestras do tema violência e criminalidade infanto-juvenil, relacionando os conflitos escolares aos problemas originados na maioria das vezes dentro dos lares.

Figura 7 Conflitos e Violência na Escola



Fonte: Schelb (2015).

Figura 7 é a capa do livro “Conflitos e Violência na Escolas”, guia legal e prático para professores e família, ilustrado por uma mãe levando sua filha para a escola e o bom relacionamento com os professores, deste modo representando o papel da Escola e da Família no ambiente escolar.

O promotor também oferece o material Cidadania em Quadrinhos, uma coletânea de dois volumes que pode ser usado em creches, escolas, abrigos, igrejas, assistência social da cidade, entre outros locais. O 1º volume (Figura 8) tem como título Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências, contendo 8 histórias em quadrinhos, sobre abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico, exploração sexual infantil, bullying entre outros.

A revista é toda ilustrada e de uma maneira muito sutil, tentando demonstrar por meio de imagem o abuso. Na capa (Figura 8) da revistinha, uma menina que está deitada na cama com muito medo devido as visitas do abusador que recebe toda a noite em seu.

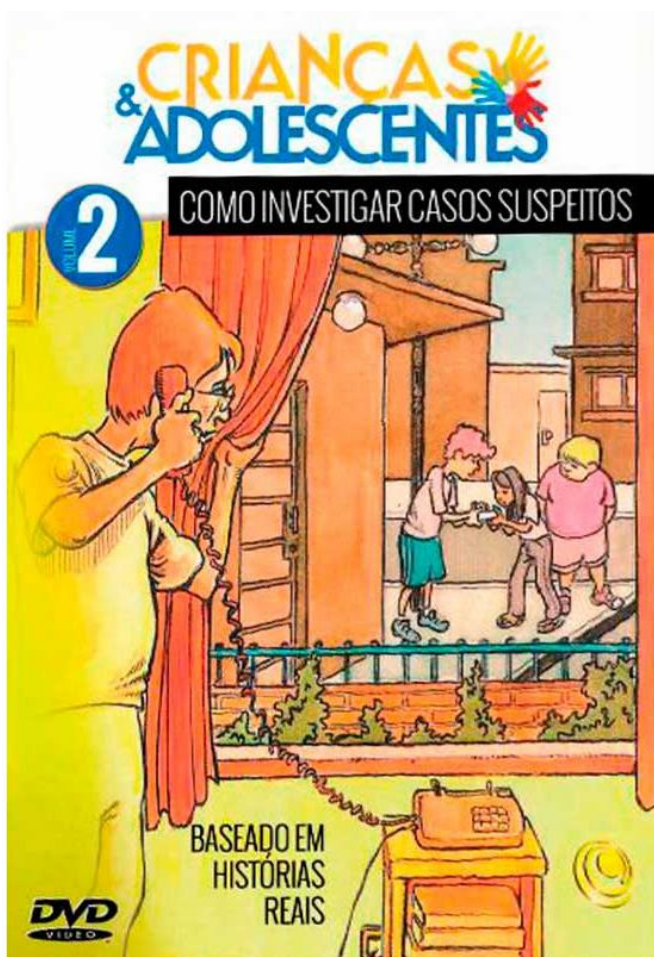
Figura 8 Revista em Quadrinho Crianças e Adolescentes Volume 1, Vítimas de Violências



Fonte: Schelb (2015)

Já o 2º volume (Figura 9), aborda como investigar casos suspeitos, contendo três histórias em quadrinhos de investigação com crianças e adolescente em situação de risco, seja em caso de abuso ou por envolvimento com criminalidade ou drogas. Vale destacar que a didática e a linguagem das revistinhas atingem todos os públicos (pais, professores, sociedade civil) incluindo as crianças e adolescentes.

Figura 9 Revista em Quadrinho Crianças e Adolescentes Volume 2, Como Investigar Casos Suspeitos



Fonte – <https://infanciaefamilia.com.br/programa-cidadania-em-quadrinhos/>

A Figura 9 exposta, é a capa da revista em quadrinho “Crianças e Adolescentes Volume 2”, como investigar casos suspeitos, na qual é ilustrada por um homem que presencia uma situação de violência contra o direito de uma adolescente e toma a atitude correta de denunciar, na qual será apresentado no decorrer da revistinha.

As revistas apresentam-se em 2 partes, sendo a primeira história que abordam algum tipo de abuso e a segunda, esclarecimentos e dicas de legislação e

de como agir diante do caso, parte exclusiva para quem está recebendo o treinamento e para quem está contando a história para as crianças e adolescentes. É importante destacar que de forma lúdica, pode-se trabalhar com as crianças sobre este tema tão árduo e ensiná-las a se portar diante da violência.

O custo de implantação do material para a cidade de Balneário Piçarras seria apenas dos livros que variam de R\$12,00 (doze reais) a R\$15,00 (quinze reais) cada, das revistinhas que custam R\$1,00 (um real) a unidade, ou ainda o DVD. Isso porque a proposta do Procurador Guilherme Shel, é que o primeiro grupo de estudo desenvolvido na cidade receba o curso online, tornando-os aptos a ministrar palestras e cursos de capacitação tanto para sociedade civil, quanto para profissionais do poder público.

Em conversa por telefone com a equipe técnica do CRAS de Balneário Piçarras, explanamos acerca do projeto Proteger é Mais Bonito, os quais acharam a temática do projeto muito importante e acreditam que é de suma importância desenvolver métodos como este no município. Salientaram ainda que acreditam que como bem apresentado no projeto, é importante proteger as crianças usando elementos da própria infância para instruí-las acerca de como se defender de quaisquer espécies de violência.

3.2 Criar informativo sobre prevenção a violência contra criança e adolescentes para o município de Balneário Piçarras

O projeto Proteger é Mais Bonito busca transformar a prevenção em uma cultura na cidade de Balneário Piçarras. Para isso, não basta capacitar somente profissionais da educação, saúde e assistentes sociais, mas é de suma importância criar informativos para a sociedade civil, para que possam também tornarem-se agentes deste movimento.

A proposta é um informativo (Figura 10) com uma linguagem clara e objetiva para todos os públicos, contendo informações das principais legislações do direito da criança e adolescente, canais de denúncia, instruções de como prevenir casos de violência e como agir diante de um episódio, bem como apresentar e informar palestras realizadas pelo projeto (Figura 11). É importante destacar que quando abordado o tema violência infantil, não se trata somente de violência sexual, mas todo ato que fere a dignidade física, psicológica e sexual do mesmo.

A distribuição dos informativos pode ser executada por meio de uma campanha junto aos profissionais da saúde, educação, órgãos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria de Inclusão Social e a Secretaria de Turismo, já que Balneário Piçarras é uma cidade turística. Os materiais poderão estar disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas, pontos turísticos, comércios, pontos de ônibus, praças e outros locais de fácil visualização e grande movimentação.

Haverá informativos e cartazes que deverão ser fixados nos locais públicos e estabelecimentos comerciais, coloridos e com um design lúdico, para que tenha uma fácil compreensão tanto para os adultos quanto para crianças e adolescentes.

Figura 10 - Folder informativo



PROTEGER É MAIS BONITO

Proteger é Garantir Direitos!

O que é Abuso Infantil?

o abuso infantil é a violência a menores de 18 anos, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sexuais, negligência e exploração da força de trabalho, que leva a danos potenciais ou reais a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade do mesmo, no contexto da relação de responsabilidade, confiança e autoridade do adulto para com a criança ou adolescente abusada (OMS,2016)

Como agir diante da constatação ou suspeita de abuso contra criança e adolescente.

- Não critique nem duvide do que a criança está falando a verdade;
- Incentive-o a se abrir falando sobre o ocorrido;
- Fale sempre em ambiente isolado para que a criança ou adolescente não seja exposto;
- Denuncie para o órgão competente;
- Não tente resolver sem ajuda de um profissional.

Canal de Denúncia

Conselho Tutelar
(47) 3347-0063

Centro de Referência de Assistência Social-CRAS
(47) 3345-3066

Disque Direitos Humano -100





Fonte – elaborado pelos autores, 2019

A Figura 10 demonstra um folder informativo desenvolvido para a proposta do projeto Proteger é Mais Bonito, usando uma ilustração lúdica e colorida para que possa atrair o olhar também das crianças e adolescentes, o qual contém informações como: o que é abuso infantil e como agir diante da suspeita ou da constatação de um caso.

Figura 11 - Informativo de Palestra

Palestra de Capacitação

DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DO ADOLESCENTES

Proteger é garantir direitos

PROTEGER É MAIS BONITO

PROGRAMAÇÃO:

08h30 – Tema: História e construção do Direito da Criança e do Adolescente/ Legislação e Jurisprudências no âmbito do Direito da Criança e adolescente (ECA e CFRB/88).

10h00 – Tema: Tipos de violências contra criança e adolescente e suas principais características e consequência/ Principais canais de denúncia e como agir diante da constatação de um caso de violência.

14h00 – Apresentação do Projeto Proteger é mais bonito e do material de capacitação que será utilizado.

16:30- Abertura para Debate
17h00- Encerramento

PROTEGER É MAIS BONITO

Balneário PICARRAS GOVERNO MUNICIPAL

Fonte – elaborado pelos autores, 2019

Entre o material desenvolvido para o projeto, está o informativo da palestra (Figura 11), que busca divulgar as palestras que serão oferecidas pelo projeto Proteger é Mais Bonito. Seu layout remete ao fundo do mar e conta como elemento principal a mascote Tuba do Museu Oceanográfico de Balneário Piçarras, cumprindo o intuito de usar os personagens do fundo do mar como personagem da campanha, atraindo assim também os olhares de crianças e adolescentes.

Figura 12 - Cartaz Projeto Proteger é mais bonito



Fonte – elaborado pelos autores, 2019

Os cartazes são fundamentais para a difusão do projeto, desta forma foi elaborado mais um cartaz (Figura 12) de divulgação do projeto Proteger é mais bonito, com os canais de denúncia, uma ilustração colorida e lúdica com crianças felizes pedindo para que a sociedade não seja conivente e sim que denuncie.

O município de Balneário Piçarras é privilegiado por ser sede do maior museu da América Latina com acervos naturais da temática oceanográfica, pertencente a Univali. A vida oceânica é algo que chama muita atenção da criança e do adolescente, podendo ser forte aliado no combate a violência. O museu possui um mascote simpático e inteligente, um dócil tubarão-baleia conhecido como Tuba. Sugere-se que esta campanha e todo materiais propostos possam ser desenvolvidos tendo como garoto propaganda a mascote Tuba, disponibilizando-os também no local.

Ante o anseio de desenvolver um material informativo exclusivo para o município de Balneário Piçarras, usando o elemento lúdico, o Sr. Davi Silveira Duarte contribuiu para a criação do tema. Designer gráfico e voluntário a cerca de 20 anos em projetos de combate a violência contra crianças e adolescentes, durante sua trajetória Davi ministrou várias palestras e desenvolveu alguns projetos para o governo municipal de Camboriú, elaborando cartilhas e cartazes para campanhas no combate principalmente à violência sexual.

Davi Silveira Duarte desenvolveu com exclusividade um informativo (Figura 13) para a cidade do município de Balneário Piçarras, sugerindo um informativo como possibilidade no caso de o projeto ser posto em prática (Figura 14) no combate a violência infantil da cidade, tendo em vista um layout lúdico usando os elementos do mar com personagens. Salienta-se que o referido informativo é uma amostra do trabalho do mesmo.

Figura 13 Informativo Projeto Proteger é Mais Bonito

PROTEGER É garantir direitos!

**VIOLÊNCIA FÍSICA, PSICOLÓGICA E SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE É CRIME**

Papai,
o que
é violência?

VIOLÊNCIA é toda **ATITUDE** e **AÇÃO**
que possa causar **DANO**, seja físico
ou psicológico...
Submeter uma criança ou adolescente
a situação de constrangimento, como
denegrir, praticar bullyng, agredir
batendo ou xingando. Isso é **CRIME!**

Nossas
crianças e adolescentes
precisam que as protejam!
Esse é o **DEVER** de todo
cidadão!

Denuncie!
Ajude a nos
proteger!

DISQUE
100

Arte e designer:
Arte in Focus
31.464.529/0001-90
(47) 99731-2086
artefocus@gmail.com

Balneário
PIÇARRAS
GOVERNO MUNICIPAL

Fonte – DUARTE. (2019), Arte e Designer: Arte in Focus

Conforme a Figura 13, pode-se observar que o Designer Gráfico Sr. Davi Silveira Duarte, deve o cuidado de ilustrar o informativo usando elementos do fundo do mar conforme solicitado, estabelecendo um diálogo entre peixinhos, crianças e adultos na ilustração, no qual buscam saber o que é abuso infantil e a importância de denunciar.

Figura 14 - Capa de Cartilha Proteger é Mais Bonito



Fonte – DUARTE. (2019), Arte e Designer: Arte in Focus

Na Figura 14, um modelo de capa de cartilha com histórias de prevenção à violência infantil, remetendo ao fundo do mar como de forma lúdica, na qual o peixe

Juninho convida as crianças a aprender como se proteger, criando um diálogo com o leitor.

3.3 Sugerir parcerias e melhorias para o aplicativo: Proteja Brasil

A tecnologia vem se fazendo presente desde o final da segunda guerra mundial. Hoje a busca por qualquer conteúdo é prática e rápida, de tal modo que o uso da tecnologia está interligado à comunicação, relacionamentos, denúncias economia, comércio, prestação de serviços, etc. Um exemplo disso são os aplicativos, atalhos em redes sociais ou startups com páginas específicas que acarretam movimentos ao redor do globo.

Nesse sentido, sendo uma forma diferente de aprendizado e conhecimento não relacionada diretamente ao padrão convencional escolar, há diversos aplicativos eficientes fora do ambiente escolar. A proposta do trabalho relacionada a tecnologia é utilizar aplicativos e startups que ofereçam suporte para promover a defesa ou promoção de direitos da criança e do adolescente que seguidamente tem sido vítima de violência em suas múltiplas e variadas formas (DE SOUZA; RISCAROLLI, 2018).

O Proteja Brasil é um aplicativo criado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan/ CEDECA-BA, Unicef, Ilha Soft e Governo Federal em 2013, e tem como objetivo auxiliar a denúncia de qualquer tipo de violência nas principais cidades brasileiras. O aplicativo pode ser utilizado em celulares ou tablets, contendo duas versões uma para Android e outra para iOS.

Quando é feito o download do aplicativo, a loja online informa mais de cem mil downloads, entretanto ao identificar o posicionamento atual da cidade Balneário Piçarras em Santa Catarina, não referenciou nenhum tipo de órgão de denúncia, decorrente do fato de que o aplicativo foi inicialmente idealizado para grandes centros, como no Rio de Janeiro em razão da Copa do Mundo por exemplo. Uma melhor utilização do app seria sua atualização para que outras cidades também tenham acesso otimizando à funcionalidade do mesmo.

O 'Proteja Brasil' é uma ferramenta que tem como objetivo denunciar a violência contra o ser humano, parte de uma propaganda governamental "Não desvie o olhar". A proposta é agregar no panorama geral da violência o projeto "Proteger é mais Bonito" como uma aba do app para a segurança das crianças e adolescentes. De acordo com o historiador francês Philippe Ariès e da historiadora

brasileira Mary Del Priore, o que se denomina categoria infantil é apenas um ponto inicial para a evolução da humanidade. Na tela inicial é possível avistar a finalidade do *app* e que o mesmo está integrado ao canal de denúncias 180 (Figura 15). O dispositivo deve ser conectado ao GPS para a localização do usuário (Figuras 16).

Figura 15 Tela Inicial Dispositivo



Fonte – APP Proteja Brasil

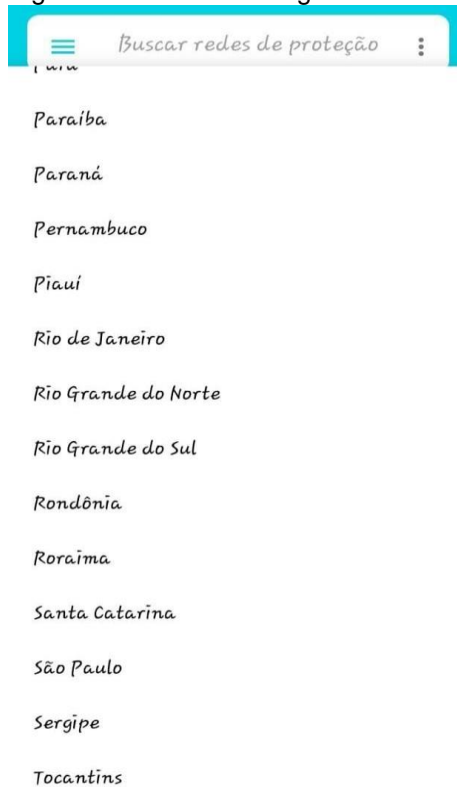
Figura 16 Localização do Dispositivo



Fonte – APP Proteja Brasil

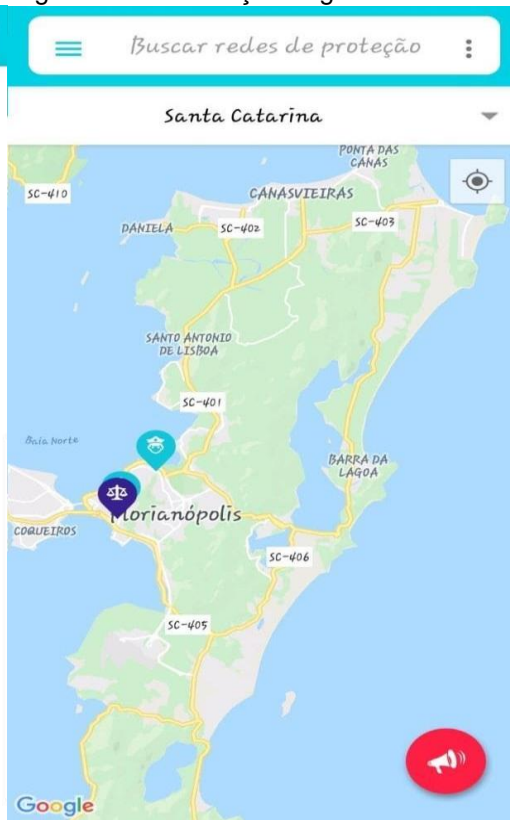
A denominação do local pode ser realizada de forma manual (Figura 17). Após selecionar o município, como exemplo Florianópolis, o mesmo irá identificar os órgãos responsáveis por receber denúncias de violências e assédios (Figura 18).

Figura 17 Selecionar Região



Fonte – APP Proteja Brasil

Figura 18 Identificação Órgão de denúncia



Fonte – APP Proteja Brasil

Na Figuras 19 e 20 indica os respectivos telefones, endereços e rotas até o local onde a denúncia pode ser realizada de forma anônima.

Figura 19 Identificação Órgão de denúncia



Fonte – APP Proteja Brasil

Figura 20 órgão competente



Fonte – APP Proteja Brasil

Também é possível a utilização do app em outras regiões do Brasil. No exterior, o usuário verá o endereço e o telefone da Embaixada Brasileira. As denúncias podem ser realizadas via ligação ou online, mediante o preenchimento de algumas questões. Podem ser denunciados todos os tipos de abusos e violências físicas, psicológicas, virtuais, entre outros.

O aplicativo é de fácil acesso, mas tem como foco inicial os adultos, contudo a geração Alpha com crianças autodidatas, onde a tecnologia já vem de berço, propicia que as denúncias sejam realizadas pelas próprias crianças e adolescentes que presenciem ou sofram algum tipo de violência.

Dessa forma, complementar o app reestruturando-o ou até mesmo a criando um novo app com a mesma finalidade, porém com linguagem e aparência lúdica para estimular o uso e possíveis denúncias, podendo usar a mascote “Tuba” como avatar, será de grande valia.

Por fim, a melhoria no aplicativo beneficiaria as cidades pequenas como Balneário Piçarras no combate à violência contra criança e adolescente. Caso a vítima não tenha acesso a celulares ou tablets, o aplicativo pode ser usado por qualquer outra pessoa que tenha contato com a criança e que esteja disposta a ajudar como parentes, professores, vizinhos, diminuindo assim, os índices de violência no município.

Tal melhoria fará com que a cidade tenha uma melhor visibilidade, que além de moderna, possa ser segura para todos. O app também tem abas para denunciar outros tipos de violências: doméstica, contra idosos, LGBT, entre outros, beneficiando dessa forma a todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência esteve presente na história do Brasil e do mundo em todas as faixas e relações sociais, sendo utilizada na luta pelo poder e presente como traço de personalidade das áreas mais obscuras da psique humana. As crianças e adolescentes foram e são vítimas desta violência, antigamente quando ainda não eram reconhecidos como sujeitos especiais de direito e sim equiparados a patrimônio e na atualidade, ainda que ocorra mesmo sendo considerado crime.

Graças a novas legislações a criança passou a ser sujeito de direito e detentores de proteção integral. Por esse motivo, a violência contra crianças e adolescentes surpreende a maioria das pessoas, já que se trata de membros indefesos que particularmente não conseguem se defender sozinhos, passando pelos mais diversos traumas que marcam suas almas e história para sempre.

Proteger é mais bonito trata de estratégias simples que podem ser incluídas não só na cidade de Balneário Piçarras - SC como em qualquer outro nicho social minimamente organizado. Na presente proposta, embasados na lei e nos dados compilados na pesquisa, a união dos esforços da família, governo, comunidade, educadores e profissionais da área da saúde trarão não apenas proteção por si só, mas ferramentas para que todos possam perceber, diagnosticar, defender e tratar aqueles que ainda necessitam de terceiros para sua segurança.

Dessa forma, a inclusão de toda e qualquer esfera social na batalha contra a violência imposta a crianças e adolescentes forjará uma cidade mais promissora, humanizada, proporcionando conhecimento e liberdade à geração atual e primordialmente um futuro sadio as gerações futuras, capazes de gerar todo o necessário para um local de habitação pacífico, próspero e atrativo para se viver e estabelecer.

Sendo assim, podendo quebrar um grande ciclo de violência contra criança e ao adolescente, o projeto Proteger é mais Bonito pode se tornar um método de apoio as crianças em um nível nacional e internacional, alcançando diversas vítimas que sofrem com essa violência brutal no mundo todo. Por meio da educação e da saúde, campos que tem uma ligação direta com essas vítimas, pode-se minimizar consideravelmente a violência e o sofrimento. É utópico dizer que ambos sejam erradicados da sociedade e comportamento humano, mas lutar para sua diminuição

é dever de todos, dizendo não à violência contra crianças e adolescentes e lembrando sempre que Proteger é Mais Bonito, proteger é garantir direitos.

REFERÊNCIAS

_____; ASSIS, S. G.; SANTORO JUNIOR, M. Violência e maus tratos contra crianças e adolescentes: velho problema com novas faces. In: WASKMAN, R. D.; GIKAS, R. M. C. (Org.). *Segurança na infância e adolescência*. São Paulo: Ateneu, 2003. p. 137-156.

<<https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2012/codMunicipio/194>>.

Acesso em: 05 nov. 2019.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: **UNESCO**, BID, 2002.

ALENCAR, E. L. S. de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, p. 6-11, 1995.

ALENCAR, E. M. L. S. *Criatividade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BIEGING, Felipe. **IBGE aponta Balneário Piçarras com população acima dos 23 mil habitantes**. *Jornal do Comercio*. 2019. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/jornaldocomercio/geral/ibge-aponta-balne%C3%A1rio-pi%C3%A7arras-com-popula%C3%A7%C3%A3o-acima-dos-23-mil-habitantes-1.2166395>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BIRKMAN, J. Measuring vulnerability to promote disaster-resilient societies and to enhance adaptation: discussion of conceptual frameworks and definitions. In: Birkman, J. (Org.), **Measuring vulnerability to natural hazards**. Tokyo: United Nations University Press, p. 9-79, 2013.

BLAIKIE, P. et al. *At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disaster*. London: Routledge, 2004.

BOLETIM INFORMATIVO. **Melhorar a saúde das gestantes Eleição é oportunidade de mudança**. Santa Catarina, set. 2012. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/boletim-odm-santa-catarina-agosto>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BORBOLADO, Bruna Martini; CARDOSO, Marcelo Pontual. O impacto do pré-natal na prevenção do parto prematuro. **Revista Thêma Et Scienti**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.147-159, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457720323.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BORGES, M. N. **Os direitos trabalhistas da gestante**. Advocacia trabalhista Borges. 2012. Disponível em: <http://www.advocaciaborges.com.br/os-direitos-trabalhistas-da-gestante-2/>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL, Constituição. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, 1990.

BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 1992.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - Idms. Sidems Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Org.). **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - IDMS: IDMS de Balneário Piçarras - 2012.** 2012.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019

Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestores e profissionais de saúde.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. . **Violência Faz Mal à Saúde.** 2006. Livrolus. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. **Bases estatísticas RAIS/CAGED.** Disponível em <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 23 jan. 20.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. (Org.). **O que é trabalho infantil?** Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS_565163/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança em políticas públicas.** Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. **IBGE.** 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sc/canelinha/panorama>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BRASÍLIA. Organização Mundial da Saúde. Ministério da Saúde. **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).** [2019]. Onu no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unicef/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRINO, R. de F., WILLIAMS, L. C. de A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cad. Pesqui.** 2003, n.119, pp.113-128.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

DE LIMA, R. M.; POLI, L. M.; SÃO JOSÉ, F. A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de

direitos e garantias fundamentais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 314, 2017.

Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

DWYER, A., ZOPPOU, C., NIELSON, O., DAY, S., ROBERTS, S. **Quantifying social vulnerability**: a methodology for identifying those at risk to natural hazards. Canberra, Commonwealth of Australia: Geoscience Australia Record. Record 14, 2004.

DWYER, A., ZOPPOU, C., NIELSON, O., DAY, S., ROBERTS, S. **Quantifying social vulnerability**: a methodology for identifying those at risk to natural hazards. Canberra, Commonwealth of Australia: Geoscience Australia Record. Record 14, 2004.

EGRY, E. Y.; APOSTOLICO, M. R.; MORAIS, T. C. P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 83-92, 2018.

GUARNIERI, P. K. et al. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidades e a naturalização da (s) violência (s). 2018

GUSTAFSSON. Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of Power. Policy Sciences 15. Amsterdam. Elsevier Scientific Publishing Company, 1983.

HÖFLING, E. DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, 2001. ANDRADE, Claudio César de. História das Políticas Públicas: teorizações e praticidades. 2012.

HUMANOS, Convenção Americana De Direitos. Pacto de San José de Costa Rica. **OEA, San José De Costa Rica**, v. 22, 1969.

JORDANA, L. D. The Politics of Regulation: institutions and regulatory reform for the age of governance. Edward Elgar Press, 2004.

JUNIOR, João Paulo Roberti. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 10 Jan/Jul, 2012.

KUHLICKE, C., SCOLOBIG, A., TAPSELL, S., STEINFÜHRER, A., DE MARCHI, B. Contextualizing social vulnerability: findings from case studies across Europe. **Natural Hazards**, v. 58, n. 2, p. 789-810, 2011.

LANGRIDGE, R., CHRISTIAN-SMITH, J., LHOSE, K. Access and resilience: analyzing the construction of social resilience to the threat of water scarcity. **Ecology and Society**, v. 11, n. 2: 18, 2006.

LOWI, T. American Business, Public policy, case Studies, and Political theory. World Politics, v. 16, n. 4, 1964, p. 677-715.

MANTOVANELI JÚNIOR, O.; DA SILVA, J. M. M. Políticas Públicas: o Desenvolvimento Regional como área contributiva. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: UFMA, 2015. p. 1-13.

MARTINS, R. C. Poder paternal vs autonomia da criança e do adolescente? Lex familiae. **Revista Portuguesa de direito da família**. Portugal, a. 1, n.1, p. 6, 2004.

MARTINS. R. C. Poder paternal vs autonomia da criança e do adolescente? Lex familiae. **Revista Portuguesa de direito da família**. Portugal, a. 1, n.1, p. 1-8, 2004.

Ministério Público de Santa Catarina. Combate à Negligência Contra Crianças e Adolescentes. 2015. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/combate-a-negligencia-contracrianças-e-adolescentes/combate-a-negligencia-contracrianças-e-adolescentes>>. Acesso em 15 dez. 2019

MONTEIRO FILHO, L.; PHEBO, L.B. (Coord). Maus-tratos contra crianças e adolescentes, proteção e prevenção: guia de orientação para educadores. 2a .ed. Petrópolis, Autores & Agentes & Associados. 1997. 40p.

MONTEIRO, S.R.P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Universidade Católica de Pelotas. Revista Sociedade em Debate. Pelotas, 17(2): 29-40.

NJAINE, Kathie. (Org) Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **ciência & saúde coletiva**, v. 21, p. 871-880, 2016.

Organização Mundial da Saúde. Consulta global sobre violência e saúde. Violência: uma prioridade de saúde pública. Genebra: OMS; 1996 (document WHO/EHA/SPI.POA.2).

PAROLIN, S. R H. A perspectiva aos líderes diante da gestão da criatividade em empresas da região metropolitana de Curitiba-PR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001

PEREIRA, P. A. P. Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências. Brasília: NEPPOS/CEAM/UNB/1994
População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 10 de julho de 2019.

RATUSZNEI, J. et al. Uma Rede WiFi Aberta de Larga Escala como Infraestrutura para Cidades Inteligentes. **42º SEMISH-Seminário Integrado de Software e Hardware**. SBC, 2015.

RIO DE JANEIRO. Roberto Cavararo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.). **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. 2015. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEBE**. 10 (jan/jun). 2012. Disponível em:<<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/7/6>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ROSSI, Dalva. Notificação da violência doméstica contra crianças e adolescentes (Procedimentos de profissionais de saúde do setor público de Campinas SP). 2004. 130 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313244>>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

SANTA CATARINA. Sérgio Izidoro Heil. Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069/90 atualizado com as Leis nº 12.010 de 2009 e nº 12.696 de 2012 Inclusa Lei nº 12.594 de 2012 (SINASE). 2014. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/eca_miolo_2014_arquivo_digital.pdf/981776d7-98c1-4497-b568-a6edc59ee51d>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SCHELNB, G. Z. **Conflitos e violência na Escola**. Guia legal e prática professores e familiares. Brasília: Inove Grafica e Editora. 2015.

SCHELNB, G. Z. **Família Educa, Escola Ensina**. Brasília: B&Z Editora. 2017.

SCHELNB, G. Z. **Manual do Professor**. Tudo o que a Escola precisa saber sobre leis e a justiça. Brasília: B&Z Editora Ltda. 2019.

SCHLICKMANN, R. et al. Projeto de Extensão Protejá: violência contra crianças e adolescente é crime. **Revista Nupex**, p.148-179, 2012.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**: Balneário Piçarras/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133p.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**: Balneário Piçarras/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SENS, M. J. A criatividade sob a ótica do processo comportamental. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

SIERRA V.; MESQUITA W. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspec., 2006.

TEIXEIRA, E. M. Criança e adolescente e o sistema de garantia de direitos. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**. Fortaleza, ano, v. 2, 2010.

UNICEF. Declaração universal dos direitos das crianças. 20 de Novembro de 1959. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm. Acesso em: 24 de jan. 2020.

UTTER, S. Moral hazard, social catastrophe: the changing face of vulnerability along the hurricane coasts. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 604, n. 1, p. 102-112, 2006.

VAN GUNDY, A. Organizational creativity and innovation. In: ISAKSEN, S. G. (ed.). *Frontiers of creativity research*. Buffalo: Bearly, 1987.

WHITING, B. G., SOLOMON, G. T. *Key issues in creativity, innovation & entrepreneurship*. Buffalo: Bearly, 1989.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Declaro para os devidos fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, estando ciente do disposto na Lei nº. 9610 de 18/02/1998, isentando a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, a coordenação do PROESDE DESENVOLVIMENTO e o orientador de conteúdo de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome do aluno: _____

Assinatura: _____

Nome do aluno: _____

Assinatura: _____

Nome do aluno: _____

Assinatura: _____

Nome do aluno: _____

Assinatura: _____

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

Nome dos acadêmicos

ÉRICA MAYARA
JESSICA DA CUNHA
KEILA NASCIMENTO
LUANA GOUVEIA

Orientador de conteúdo
Prof.^a Msc. Josiane da Luz
Prof. . Msc: Ayrton Santos

Responsável pelo Curso
Prof.^a Samara Aparecida da Silva Garcia



REDE SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIO INFRAESTRUTURA Modelo de Aplicativo às Escolas estaduais de Camboriú-SC

Danrley Gonçalves da Silva¹
Emanuela Schroeder²
Marieli Portella Glowczynski³
Paulo Mocelin⁴
Maria Eugênia Furtado⁵
Samara Aparecida da Silva Garcia⁶

RESUMO

O presente trabalho objetiva propor um aplicativo de auxílio para a gestão da infraestrutura nas escolas estaduais de Camboriú-SC, chamado “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”. Justifica-se pela comunidade escolar poder fazer a manutenção e/ou melhoria, no dia-a-dia, do espaço físico, usando o aplicativo. A metodologia na abordagem do problema qualitativa e pesquisa básica dirigida; quanto à natureza – pesquisa aplicada; quanto aos objetivos – exploratória; e, quanto à técnica – bibliográfica. O resultado é a idealização do aplicativo como projeto social pelo envolvimento e interação de papéis, onde a escola informa a necessidade na infraestrutura; os pais ajudam na solução conforme suas expertises e disponibilidades, de ordem técnica e de recursos; as empresas parceiras viabilizam a solução com apoio direto ou indireto pela pontuação de crédito como retorno das compras dos pais nesses estabelecimentos; e, a comunidade em geral, participa por interesse colaborativo.

Palavras-chave: Inovação. Escola. Participação Cidadã.

1 INTRODUÇÃO

O projeto visa propor um modelo de aplicativo (app) escolar, destaca-se que um app da *web* é fácil de ser usado, acessível pela popularização da internet (quase todos ‘ligados’ o tempo todo), democrático pelo conteúdo ser visualizado/compartilhado, simultaneamente, por todos conectados e possibilita a imediatidade de ação esperada, sinalizando a viabilidade.

Nesse sentido o objetivo geral foi propor um app para o auxílio da gestão da infraestrutura nas escolas estaduais de Camboriú-SC e, os específicos foram: apontar

¹ Estudante da 5ª fase do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: danrleygsilva@outlook.com

² Estudante da 5ª fase do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: manuhariana2000@gmail.com

³ Estudante da 3ª fase do curso de Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: marieliglowczynski244@gmail.com

⁴ Estudante da 8ª fase do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: paulomocelin@hotmail.com

⁵ Professora Dra. orientadora do Curso PROESDE Desenvolvimento e do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí - E-mail: mariaeugenia@figueiredoefurtado.com.br

⁶ Professora Msc. orientadora do Curso de Extensão PROESDE Desenvolvimento e dos Cursos de Gestão Portuária e Logística da Universidade do Vale do Itajaí - E-mail: samaras@univali.br.

possíveis demandas da infraestrutura das escolas, apresentar os benefícios do app e sugerir um modelo de app. Justifica-se pela comunidade escolar poder fazer a manutenção e/ou melhoria do espaço físico, no dia-a-dia, usando o app, como participação cidadã na escola, o que inclusive é preceito constitucional. Esta pressupõe gestão democrática que não é só provisão pública, mas também participação dos implicados na gestão escolar (LIMA, 2018).

A contribuição, quando compatível com a capacidade local, pode impactar na qualidade da educação e no sentimento de pertencimento. Acredita-se na comunidade escolar como um grande *hub* de forças pela qualidade da educação.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC

O município de Camboriú-SC foi criado em 1884, com sede na ‘Barra’ e, em 1890, passou para a atual cidade de Camboriú (CORRÊA, 2019). Mas, o desenvolvimento desacelerou após a emancipação de Balneário Camboriú, em 1964 e a inauguração da BR 101, em 1970 (PEREIRA, 2011), que inutilizou o antigo caminho que passava “dentro” da cidade. O despertar veio nos anos 80 com a migração para Camboriú de parte da mão-de-obra de Balneário Camboriú; criação dos distritos industriais e Turismo Ecológico-Rural.

Conforme o IBGE, no Portal de Turismo de Camboriú (2019), o município tem 82.989 habitantes. O IDH tem a posição 169 entre os municípios de SC (IBGE, 2019a). A educação básica pública – anos iniciais, tem a posição 254 no Estado e, nos anos finais, a posição 246 (IBGE, 2019b), sendo indicadores que precisam ser trabalhados.

O município tem escolas particulares e públicas (federal, estadual e municipal). De administração estadual - foco do projeto, são 5 escolas de educação básica (Eeb), com ensino fundamental e/ou ensino médio e 1 unidade de ensino médio supletivo (UD) – todas pertencentes à Coordenadoria Regional de Itajaí (SANTA CATARINA, 2019).

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Inovação e inovação tecnológica

A inovação é conceituada por Schumpeter *apud* Lazzarotti, Dalfovo e Hoffmann (2010, p. 2), “[...] como a formação de novos produtos ou serviços, novos processos, matéria-

prima, novos mercados e novas organizações”, sendo que “[...] ninguém tenha lançado algo igual ou semelhante ou que tenha experimentado conhecido ou existido”.

Segundo Lazzarotti, Dalfovo e Hoffmann (2010, p. 2), a inovação está em diferentes áreas do conhecimento. Na educação, segundo Cardoso (1997), é a ruptura da situação vigente e traz “[...] à realidade educativa algo efetivamente ‘novo’ [...]”. Fala-se em cultura de inovação ligada ao letramento tecnológico, à resolução criativa de problemas e à realização de projetos, sendo ideal todos serem impactados: diretores, coordenadores, professores, alunos e outros (NAVE À VELA, 2019).

Camboriú já tem iniciativas de inovação pelo Núcleo de Inovação (NI) da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (ACIBALC) como: o Polo Regional de Inovação (SOLBAS, 2019); e, o Prêmio de Inovação da ACIBALC/NI (parceria da AMFRI e UNIVALI), nas categorias Gestão e Processo, Produtos ou Serviços, Modelo de Negócio e Gestão Pública (AMFRI, 2019). O projeto do app como inovação tecnológica pode ser um *case* de sucesso em gestão pública educacional.

A inovação tecnológica é a adoção de técnicas, modelos ou ferramentas mais eficientes que impactam o fator de desenvolvimento de produtos e serviços em geral (ORTIZ, 2019). No século XX, a inovação tecnológica se destacou mais em alguns campos “[...] como o da tecnologia da informação” (KARASINSKI, 2013).

Atualmente, a TI é conhecida como tecnologia da informação e comunicação (TIC), pela fusão de três técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas”, criando “[...] no meio educacional um encantamento [...]”, uma vez que “[...] os sistemas de comunicação que estão interligados à internet propiciam aos usuários que ambos, emissor e receptor interfiram na mensagem” (RAMOS, 2019).

A internet é um meio facilitador sendo impossível numerar todos os dispositivos que temos ao nosso alcance graças a este advento tecnológico (RAMOS, 2019). E, o celular é uma inovação tecnológica para ser usada em ambiente escolar pois existem inúmeros aplicativos que você pode usar (TORRES, 2019).

Mas, para uma inovação acontecer com o uso de TIC, precisa envolver desejo do público, tecnologia para permitir executar e um custo compatível para o mercado poder adquirir (WILDT, 2019). No caso de um app escolar, o custo deve ser compatível para a escola e para a comunidade poderem baixar e utilizar.

2.2.2 Educação e participação cidadã na escola

A educação costuma figurar como um dos clamores de natureza social mais significativos no sentido de transformação e melhoria da vida humana” (PESSANHA, 2019). É um dos direitos sociais decorrentes dos direitos e garantias constitucionais, conforme art. 6º, nos termos do art. 205 (BRASIL, 1988): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, no sentido de participação cidadã. Cabe aos estabelecimentos de ensino “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” – art. 12, VI, da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Na escola, o cidadão pode “[...] se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade [...]” (CURY, 2007, p. 486). Daí a importância do processo educacional ser integrado à comunidade “[...] para melhor servir à sociedade” (CODY; SIQUEIRA, 1977, p. 15).

O Guia de Tecnologias Educacionais, do Ministério da Educação (BRASIL, 2009), refere que a participação da comunidade possibilita a introdução de inovações na escola. Portanto, a participação cidadã da comunidade escolar em geral, com sua expertise, recursos e representatividade, poderá viabilizar o sucesso do app.

2.2.3 Infraestrutura da escola

O Brasil (2019a), atendendo aos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, objetiva “ofertar infraestrutura física escolar adequada que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos”, na categoria física e de equipamentos e materiais didático-pedagógicos:

- i) física: fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, mobiliários, banheiros, cozinha, locais de convivência como pátios, parques e brinquedoteca, bibliotecas, laboratórios, quadras, salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados etc.;
- e ii) equipamentos e materiais didático-pedagógicos: computadores, televisores, retroprojetores, acesso à internet e demais insumos tecnológicos.

São categorias que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (BRASIL, 2019b), trabalha em três áreas: 1) Instalações físicas gerais (foco do projeto); 2) Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e

comunicação na educação pública; e, 3) Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.

2.3 METODOLOGIA

A metodologia em relação à abordagem da situação problema é de pesquisa básica dirigida, como uma das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica - art. 2º, II, a, do Decreto nº 5.798/2006 (BRASIL, 2006); quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada; em relação a abordagem da situação problema é de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa para Cervo & Bervian (1996), pode ser considerada de caráter descritivo por buscar conhecer as diversas situações que ocorrem nas esferas sociais, política e econômica frente aos indivíduos, sendo estes os principais sujeitos destas relações.

Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória; e, quanto à técnica, se define como pesquisa bibliográfica.

A pesquisa Exploratória “é aquela realizada em áreas de conhecimento ou focada em problemas a respeito dos quais há escasso ou nenhum conhecimento acumulado e sistematizado” (UNIVALI, 2011, p.32). Tem por objetivo aprimorar ideias; levantar hipóteses sobre assuntos pouco explorados.

A Pesquisa bibliográfica (UNIVALI, 2011, p. 39) consiste no estudo sistematizado desenvolvido a partir de material publicado em livros e artigos científicos, cujo conteúdo constitui seu material de estudo. A pesquisa bibliográfica produz instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, como também pode se esgotar por si mesma. Este tipo de pesquisa, na verdade, faz parte de toda e qualquer pesquisa, tanto nas etapas iniciais – escolha do tema e formulação do problema -, como ao longo de seu desenvolvimento.

Visitou-se as escolas e entorno, nos dias 28 a 30/01/2020, aplicando um questionário (Apêndice A) para representantes das 5 escolas estaduais de Camboriú: 4 diretores de escola, 1 secretária representando seu diretor, 1 supervisor educacional, 1 docente, 3 discentes, 3 comerciantes, bem como 1 representante da Coordenadoria Regional de Itajaí.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados são apresentados em 3 (três) momentos, consoante aos objetivos: 1º) Possíveis demandas na infraestrutura escolar; 2º) Benefícios do uso de um aplicativo; e, 3º) Sugestão de um modelo de aplicativo (app).

3.1 DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ-SC

As possíveis demandas das escolas estaduais de Camboriú-SC por manutenção e/ou melhoria nas instalações físicas gerais (Área 1 do FNDE) são na manutenção geral, banheiros, quadra e laboratórios, segundo 8 participantes. O mobiliário foi assinalado por 7 participantes; as salas de aula e biblioteca, por 6; o pátio, por 5; a brinquedoteca, por 4; a limpeza dos ambientes, sala dos professores, almoxarifado e parque, por 3; e, a energia elétrica, cozinha, secretaria e sala da coordenação foi assinalada uma vez.

A variação de opinião justifica o app, pois a escola ou envolvido percebe as necessidades conforme o interesse e o momento. Com o app, as necessidades poderão ser atualizadas e recebidas dia-a-dia e, a qualquer momento.

3.2 BENEFÍCIOS DO USO DE UM APLICATIVO COMO FERRAMENTA INOVADORA

Os benefícios do uso do app são os motivos relatados para indicar que o app seria necessário, que traria benefícios, que teria aceitação e que teriam interesse de uso. Nenhum “não” foi assinalado. Os participantes da pesquisa referem que o app:

a) é uma **necessidade** por facilitar atividades, apresentar à comunidade as necessidade da escola, buscar apoio na resolução das demandas, ser uma ferramenta para ajudar, ter acesso por todos em pouco tempo, resolver mais rápido as exigências e necessidades, agilizar e contar com apoio da escola e da comunidade, comunicar com rapidez dando noção do reparo a ser realizado, unir escola e comunidade, ser uma segurança, agilizar a manutenção e a organização da escola, levar os pais para a escola;

b) é um **benefício** porque “quanto mais pessoas envolvidas, maior os benefícios da escola”. Seria um facilitador/auxílio/ajuda em informações, manutenções, avisos, utilidades, etc.; aumentaria o envolvimento da comunidade escolar e a participação efetiva dos pais; seria um trabalho em conjunto; melhoraria o bem-estar dos estudantes, professores, funcionários; agilizaria a atuação do gestor na solução dos problemas; ajudaria na melhoria do uso da escola; teria grande alcance; valorizaria o comércio.

Embora alguns participantes revelem preocupação com certos obstáculos, os benefícios do app, reiteradamente citados, validam a ideia do projeto.

3.3 SUGESTÃO DE UM MODELO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU MELHORIA NA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ-SC

A proposição do aplicativo como inovação tecnológica denominado “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura”, consta, a princípio, da tela inicial do app (Figura 1) e, das funcionalidades básicas sobre a ideia do app.

Figura 1 – Tela inicial do app “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura”



Fonte: Criação da equipe de acadêmicos (2019).

A tela inicial, conforme Figura 1, possui, como imagem de fundo, as logomarcas de identificação institucional do Governo do Estado de Santa Catarina (origem do PROESDE), da UNIEDU (vínculo financeiro entre acadêmicos e governo no PROESDE) e da UNIVALI (origem dos acadêmicos, autores do projeto). Por sua vez, a imagem central informa as funcionalidades: Minha Conta, Escolas, Parceiros e Contato.

O botão “**Minha Conta**” é o local de cadastro e controle dos dados cadastrais (validados após a moderação do gestor escolar) e tem postura/destino conforme o perfil do cadastro, que pode ser de gestor escolar, funcionário da escola (incluindo o corpo docente), aluno, pai/responsável, empresa parceira e comunidade. Cada usuário que acessa **Minha Conta** tem o seguinte perfil, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos usuários de “Minha Conta”

FUNCIONALIDADE DO BOTÃO “MINHA CONTA”	
Status	O que faz na “Minha conta”
Se é Gestor Escolar	Faz a moderação dos cadastros (programadores fazem o cadastro), aprovando, recusando ou editando, bem como cadastram as necessidades de auxílio de acordo com os padrões de tipo (edifício, esportes, sala de aula, laboratórios, etc.), as expertises necessárias (pedreiro, carpinteiro, eletricista, informática, etc.), o tempo estimado de trabalho e a necessidade (emergência, eletiva, final de semana, etc.). Também participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos para a escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.
Funcionário ou professor	Acessa a edição do seu cadastro (com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente nas questões relacionadas às necessidades de auxílio, fiscalização da sua execução (área específica, inclusive com foto de antes e depois para registro e publicidade), recebendo também as necessidades conforme a qualificação cadastrada. Participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos à escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.
Aluno	Acessa a edição do seu cadastro (com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente no cadastro dos seus pais/responsáveis com as devidas qualificações e expertises. Recebe também as necessidades conforme a sua qualificação cadastrada. Participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos à escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.
Pai ou Responsável	Acessa a edição do seu cadastro (feito pelo aluno), principalmente nas devidas qualificações e expertises. Recebe também as necessidades conforme a qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Participa da Rede Social Escolar quanto às compras em empresas parceiras para gerar créditos à escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.
Empresa parceira	Acessa a edição do seu cadastro (com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente nas devidas qualificações e expertises. Recebe as necessidades conforme a qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Participa de forma essencial da Rede Social Escolar quanto às compras no seu estabelecimento para gerar créditos à escola, os quais faz a gerência (cadastro e baixa).
Comunidade	Participa conforme adesão (particulares interessados em ajudar a escola e entidades), tendo acesso à edição do seu cadastro (com a validação do gestor escolar fica efetivo), principalmente nas devidas qualificações e expertises. Recebe as necessidades conforme a qualificação cadastrada. Também possui função chat com os envolvidos da necessidade recebida, seja para tirar dúvidas ou para postar o andamento do trabalho. Participa da Rede Social Escolar quanto às compras nas empresas parceiras para gerar créditos à escola, gerando o seu QRCODE para apresentar quando for fazer compras.

Fonte: Elaboração pelos acadêmicos (2019).

O usuário, conforme o status, ao acessar o app no botão “Minha Conta”, pode visualizar e/ou atualizar seu cadastro e/ou acessar o botão “Escola” ou o botão “Parceiros”, conforme o interesse de, efetivamente, realizar uma participação cidadã, que se inicia com a disposição de conhecimento das informações geradas no dia-a-dia.

O botão “**Escola**” é o local de cadastro das escolas com dados de identificação (localização, direção, expediente, telefone, etc.) e dados das necessidades para as quais busca solução, via app. Serve para o usuário, que tem acesso autorizado no “**Minha Conta**”, fazer a seleção da escola, conseguir verificar as necessidades cadastradas e, “adotar” essa necessidade

se desejar, informando os detalhes da execução. A adoção da necessidade também pode ser realizada ao receber a notificação da necessidade.

O botão “**Parceiros**” é o local de cadastro de todos os parceiros empresariais que aderiram ao app. “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”. Serve para o usuário, que tem acesso autorizado no “**Minha Conta**”, fazer a pesquisa das empresas parceiras que geram créditos para a escola, e a localização e auxílio para chegar a elas (telefone, what’s, e-mail, site, etc.), além de constar o ranking dos parceiros mais efetivos. Também função de ler o QRCODE gerado pelo membro da Rede Social Escolar que compra o seu produto, bastando informar o valor para que o sistema faça o cômputo dos créditos conforme cadastro do membro (para uma escola específica, várias ou geral).

O botão “**Contato**” é o local de acesso ao conteúdo do app para quem baixá-lo, e para quem desejar solicitar cadastramento. Trata-se da forma mais direta de contato com qualquer um dos membros da Rede Social Escolar, podendo selecionar o destino, fato e demais cadastros para ser atendido.

Portanto, são funcionalidades iniciais previstas para a “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC”.

4 SUGESTÃO

Sugere-se que o app seja implantado, como piloto, em uma das escolas estaduais pesquisadas, para então, com as devidas correções, ser estendido às demais escolas, conforme a disponibilidade de continuidade dos estudos pelo PROESDE.

A sugestão para a aplicação do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” compreende desde reunião com pessoas envolvidas com a escola (alunos, professores, supervisão, direção, funcionários e pais); reunião técnica com a APP, exposição técnica aos alunos sala por sala; mutirão de cadastro empresa por empresa; audiência na Câmara de Vereadores; divulgação em diferentes mídias; desenvolvimento do aplicativo; site na web; e, outras ideias que surgirem para o sucesso de implantação.

Registra-se que o modelo do app “Auxílio Infraestrutura”, correspondente à Área 1 – Instalações Físicas gerais (FNDE), mas poderá ser ampliado para a Área 2 – Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública e/ou, Área 3 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.

Tão importante quanto às sugestões referidas é também a viabilização jurídica do projeto, levando em conta que está se tratando de entes estatais, que possuem legislação própria para o trato do recurso, da doação, etc. De forma alguma se pode deixar margem para questões de improbidade administrativa e/ou conflito de interesse. Defende-se, com isso, a transparência do trato do apoio que o app Rede Social Escolar venha trazer. Portanto, para que os benefícios projetados pela Rede Social Escolar sejam viabilizados com sucesso, pela participa cidadã prevista na Constituição Federal, registra-se a necessária da observância das questões legais, na continuidade do desenvolvimento do projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Rede Social Escolar – Auxílio infraestrutura: Modelo de Aplicativo às Escolas Estaduais de Camboriú-SC” foi idealizado com a finalidade de contribuir com as instituições de ensino. Como ideia de ferramenta inovadora, foi recebido com entusiasmo pelos participantes da pesquisa de cada âmbito escolar. Assinalaram, por unanimidade, que seria necessário, que traria benefícios, que teria aceitação e que teriam interesse de usar, se implantado o projeto.

Uma surpresa foi a sugestão da Coordenadoria Regional de Itajaí para que o app contemplasse também “doações”, sob o argumento de que “todo mundo tem uma porta, tijolo e cimento pra doar”, ou seja, doar, simplesmente, via app, fazendo o caminho inverso, de modo que a escola possa se interessar por algo que está sendo doado.

Sobre a ideia de app, ainda que possa ser aperfeiçoada (a exemplo, com a sugestão da doação), conclui-se que o básico foi descrito, contendo tela inicial e funcionalidades pertinentes à cada participação cidadã almejada, alcançando os objetivos específicos de apontar demandas de infraestrutura, apresentar os benefícios e sugerir um modelo, de modo que a ideia do app está apta a ser proposta para a gestão da infraestrutura das escolas estaduais de Camboriú-SC – objetivo geral do trabalho.

Registra-se que, durante o curso PROESDE, o grupo buscou criar algo novo, pensando no acompanhamento ativo dos alunos, na integração da comunidade escolar, na rapidez para solucionar problemas de infraestrutura, bem como, na economia do governo do Estado em relação à infraestrutura das escolas que, por consequência, poderá investir em outras necessidades educacionais.

O grupo gostaria de participar da próxima edição do curso PROESDE para dar continuidade nas fases necessárias à implantação do projeto, tais como: adequação jurídico-

tributária (ex. notas fiscais via Associação de Pais e Professores); sistema de pontuação nas empresas, desenvolvimento técnico do app e do *site* na web; divulgação e adesão; implantação piloto em uma das escolas estaduais participantes.

A possibilidade de continuidade é uma forma do PROESDE atender a expectativa gerada sobre a utilidade e validade do aplicativo, desafiar o grupo de acadêmicos em seus conhecimentos e formação profissional, bem como, entregar à comunidade escolar um produto de inovação tecnológica em funcionamento.

REFERÊNCIAS

- AMFRI. **ACIBALC lança 1º prêmio de inovação para toda região da AMFRI**. Disponível em: <http://amfri.org.br/noticias/index/ver/codMapaItem/42287/codNoticia/569559>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006**. Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5798.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Infraestrutura escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/9688-infraestrutura-escolar>. Acesso em: 13 dez. 2019b.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 13 dez. 2019a.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de tecnologias educacionais 2008**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/guia_tecnologias_atual.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.
- CARDOSO, Ana Paula. Educação e inovação. **Millenium**, n. 6, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/706/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 26 nov. 2019.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CODY, Silvia; SIQUEIRA, Frank. **Escola e comunidade: uma parceria necessária**. Cotia: Ibis, 1997.
- CORRÊA, Isaque de Borba. **Prefeitura de Camboriú: história**. Disponível em: <http://www.camboriu.sc.gov.br/estudante.php>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política Educacional**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.
- IBGE. **Camboriú: IDH**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/camboriu/pesquisa/37/0?tipo=ranking>. Acesso em: 24 nov. 2019a.

IBGE. **Camboriú**: índice de desenvolvimento da educação básica. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/camboriu/pesquisa/40/30277?tipo=ranking&indicador=78187>. Acesso em: 24 nov. 2019b.

KARASINSKI, Lucas. O que é tecnologia? **TecMundo**, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/42523-o-que-e-tecnologia-.htm>. Acesso em: 27 nov. 2019.

LAZZAROTTI, Fábio; DALFOVO, Michael Samir; HOFFMANN, Valmir Emil. O quê, como e onde da inovação: análise da produção científica em administração sob a perspectiva da abordagem de Schumpeter. In:

SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 26., 2010, Vitória. p.2. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/simposio149.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 24, mar./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

NAVE À VELA. **À prova do futuro**: o que é a cultura de inovação na educação. Disponível em: <https://naveavela.com.br/o-que-e-a-cultura-de-inovacao-na-educacao/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ORTIZ, Adilson. Inovação tecnológica. **InfoEscola**. Disponível em: https://www.infoescola.com/administracao_/inovacao-tecnologica/. Acesso em: 27 nov. 2019.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122011000100010. Acesso em: 24 nov. 2019.

PESSANHA, Vanessa Vieira. **Um panorama do direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24050/um-panorama-do-direito-fundamental-a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PORTAL DE TURISMO DE CAMBORIÚ. **Camboriú**. Disponível em: <https://turismo.camboriu.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 24 nov. 2019.

RAMOS, Patrícia Edí. **Vivendo uma nova era**: a tecnologia e o homem, ambos integrantes de uma sociedade que progride rumo ao desenvolvimento. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/vivendo-uma-nova-era-a-tecnologia-e-o-homem-ambos-integrantes-de-uma-sociedade-que-progride-rumo-ao-desenvolvimen-1>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Portal da educação**: institucional. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SOLBAS, Gustavo. BC, Camboriú, Itajaí e Brusque fundam polo regional de inovação. **BC Notícias**, Balneário Camboriú, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bcnoticias.com.br/bc-camboriu-itajai-e-brusque-fundam-polo-regional-de-inovacao/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

TORRES, Taíza. **11 inovações tecnológicas na sala de aula**. Disponível em: <https://canaldoensino.com.br/blog/11-inovacoes-tecnologicas-na-sala-de-aula>. Acesso em: 27 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. **Produção acadêmico-científica: a pesquisa e o ensaio**. Caderno de ensino. Formação continuada. Ensino Superior; Ano 7, n. 9. Itajaí, 2011.

WILDT, Daniel. **Tipos de inovação?** Disponível em: <https://blog.danielwildt.com/2016/08/07/tipos-de-inovacao/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE UM APLICATIVO ÀS DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA DAS
ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMBORIÚ

INFORMAÇÃO INICIAL

Somos acadêmicos da UNIVALI. Estamos participando do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) sobre Inovação Tecnológica. Escolhemos trabalhar em Camboriú, com foco nas escolas estaduais.

O objetivo é propor um aplicativo para a gestão da infraestrutura escolar, intitulado “Rede Social Escolar – Auxílio Infraestrutura”, e respectiva página da internet, com administração dos gestores escolares.

A ferramenta é um projeto social, visando a manutenção e/ou melhoria das instalações físicas, pelo envolvimento e interação entre:

- *comunidade escolar*: cadastra os pais, empresas parceiras e comunidade que manifeste interesse; e, quando da necessidade, informam via aplicativo/web;
- *pais*: recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e ajudam na solução conforme suas expertises e possibilidades. Visando gerar crédito nas empresas parceiras, direcionam suas compras e negócios nessas empresas;
- *empresas parceiras*: também recebem a comunicação da necessidade, via aplicativo/web, e viabilizam a solução com apoio direto ou indireto, mediante pontuação de crédito como retorno das compras dos pais no estabelecimento; e,
- *comunidade em geral*: interessados acessam o aplicativo/web e manifestam o interesse de apoio ao gestor escolar, o qual fará a devida moderação.

A razão que justifica a proposição do aplicativo está na possibilidade de cada comunidade escolar, em particular, otimizar, no dia-a-dia, o espaço físico, seja com manutenção e/ou com melhoria ao bem-estar educacional, usando a inovação tecnológica. Se a educação é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade (art. 205, da CF), então, é essa responsabilidade de participação cidadã que está sendo mediada pelo aplicativo.

MAS, GOSTARÍAMOS DE VALIDAR A IDEIA COM SUA OPINIÃO...

Sua identificação, por gentileza:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Direção escolar | <input type="checkbox"/> Família |
| <input type="checkbox"/> Corpo de funcionários | <input type="checkbox"/> Empresariado |
| <input type="checkbox"/> Corpo docente | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação |
| <input type="checkbox"/> Corpo discente | <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Itajaí |

Nome: _____ Âmbito da escola: _____

Conhece alguma demanda por manutenção e/ou melhoria nas Instalações Físicas Gerais (Área 1 do FNDE) das escolas estaduais de Camboriú? Sim Não. Qual ou quais:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de água | <input type="checkbox"/> Salas de aula | <input type="checkbox"/> Pátio |
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Mobiliários | <input type="checkbox"/> Parque |
| <input type="checkbox"/> Manutenção | <input type="checkbox"/> Banheiros | <input type="checkbox"/> Brinquedoteca |
| <input type="checkbox"/> Limpeza dos ambientes | <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Biblioteca |
| <input type="checkbox"/> Sala dos professores | <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Laboratórios |
| <input type="checkbox"/> Sala da coordenação | <input type="checkbox"/> Quadra | <input type="checkbox"/> Almoxarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala da direção | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” seria uma necessidade? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” traria benefícios? Sim Não

Motivo: _____

A ideia do aplicativo “Auxílio Infraestrutura” teria aceitação? Sim Não

Motivo: _____

Você teria interesse de usar o aplicativo “Auxílio Infraestrutura”? Sim Não

Motivo: _____

Seria importante, em outra oportunidade, aperfeiçoar a ideia do aplicativo com as outras áreas de Infraestrutura Escolar do FNDE/Ministério da Educação? Sim Não. Qual:

Área 2. Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública

Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Seu comentário (opcional):

Em janeiro de 2020, como equipe de acadêmicos, agradecemos a participação.

*Danrley Gonçalves Da Silva, Emanuela Schroeder,
Marieli Portella Glowczynski e Paulo Mocelin*

